



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**Comunicação Interna nº 29 / DADM - ALMOXARIFADO - COORDENAÇÃO DE ALMOXARIFADO - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

Em 13 de maio de 2025.

De: **DADM - ALMOXARIFADO - COORDENAÇÃO DE ALMOXARIFADO - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

Para: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Assunto: Aquisição de Bandeiras e tapetes institucional**

Prezada Amália,

Solicito aquisição de Bandeira e tapetes do Ministério Público do Estado da Bahia para atendimento das demandas da Instituição, através de dispensa eletrônica com prazo de entrega de 20 (vinte) dias corridos. Informo que os referidos itens estão no Plano de Contratações Anual - PCA 2025 da Coordenação de Almoarifado, para atendimento das solicitações periódicas das Unidades. Seguem informações:

- TAPETE, sintético, personalizado

- BANDEIRA, do Ministério Público do Estado da Bahia, em tecido poliéster, dupla face, para hasteamento em mastro, dimensoes 1,29 m x 0,90m.

A aquisição se faz necessária para o atendimento das demandas nas unidades da Capital e do Interior deste Ministério Público.

Após deliberação, favor encaminhar para a Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Lima Rodrigues dos Santos** - Assistente Técnico Administrativa, em 13/05/2025, às 15:28, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1527472** e o código CRC **EC509C3A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

### DESCRIÇÃO DA DEMANDA

#### 1. Objeto da Futura Contratação:

Aquisição de tapetes e bandeiras do Ministério Público do Estado da Bahia

**ATENÇÃO:** Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

#### 2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

( ) SIM  
( X ) NÃO

**Nota:** Resolução

CNMP 283/2024

#### 3. Unidade Solicitante:

Coordenação de Almoxarifado

#### 4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40.101/0003 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

#### 5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

( X ) RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA  
( ) RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL  
( ) RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

**CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO:** (Se aplicável; caso contrário, informar "Não se aplica")

### PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

( X ) SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA
Bandeira do MPBA	DADM-273	R\$ 7.200,00
Tapete personalizado	DADM-280	R\$ 5.250,00

( ) NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

**JUSTIFICATIVA:**



## RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

## Nome Completo:

Eliana Lima Rodrigues dos Santos

## Unidade Administrativa:

Coordenação de Almoxarifado

## IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

## Nome Completo:

Mário Augusto Maia Guimarães Miranda

## Órgão/Unidade:

Coordenação de Almoxarifado

**ATENÇÃO:** Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.  
**O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.**



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Lima Rodrigues dos Santos** - Assistente Técnico Administrativa, em 13/05/2025, às 15:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1527384** e o código CRC **132144E1**.

19.09.02345.0013911/2025-03

1527384v1

@descricao orgao m



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo (1527384).



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Maia Guimaraes Miranda** - Gestor Administrativo IV, em 03/09/2025, às 09:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1683145** e o código CRC **9B4BA7D8**.



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

<b>1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO</b>	<p><i>Aquisição de <b>tapete e Bandeira do MP</b></i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.</p>
<b>1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE</b>	<p><b>Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação</b></p>
<b>1.3 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVO DEFINIDO</b>	<p>O quantitativo solicitado levou em considerando a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.</p>
<b>1.4 NATUREZA DO OBJETO</b>	<p><b>FORNECIMENTO IMEDIATO</b></p>
<b>1.5 JUSTIFICATIVA:</b>	<p><b>Não se aplica</b> (<u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)</p>
<b>1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i></p>
<b>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b>	<p>A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA</p>
<b>1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).</b></p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

**1.9.1 Vigência da contratação:** 90 dias

**1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência:** Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

**1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência:** Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

**APLICÁVEL**, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

**2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual):** R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

**A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO**  
**B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO**

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

Será exigida a seguinte documentação:

**A) DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)** do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como **catálogos técnicos**, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

**a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico:**  
Todos os itens

**a.2) Fase para a exigência:** Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica



**2.7 EXIGÊNCIA DE  
AMOSTRA**

**NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

**2.8 HABILITAÇÃO**

**A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:**

**B.1)** Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

**B.2)** Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

**B.3)** Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;

**B.4)** Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

**B.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

**B.6)** Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);

**C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:**

**C.1)** ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.

**D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.**

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1 FORMA DE  
EXECUÇÃO**

**3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:**

**3.1.1.1** Prazo de entrega: 20 dias corridos

**3.1.1.2** Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.

**3.1.1.3** Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.

**3.1.1.4** Local de entrega (endereço): **Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.**

**3.1.1.5** Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h



	<p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b>  <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b></p>
<b>3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS</b>	<b>3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).</b>
<b>3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>3.3.1 Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</b></p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
<b>3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b>	<b>3.4.1 Vedada a subcontratação.</b>
<b>3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO</b>	<b>3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</b> 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.
	<b>3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</b> 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	<b>3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S):</b> 10 dias corridos
	<p><b>3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</b></p> <p>3.5.4.1 O MPBA rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.5.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.</p> <p>3.5.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo</p>



ocorrer no prazo  
indicado no item 3.5.2.

3.5.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### 3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS

#### **3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação**

3.6.1.1 Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

### 3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO

**3.7.1 EM PARCELA ÚNICA**, após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.

### 3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.8.1 Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.

3.8.1.1 Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica

3.8.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.

3.8.2.1 Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.

3.8.2.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

3.8.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

3.8.4 O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

3.8.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

### 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o **mês** de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

#### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades,





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;

### **3.10.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

### **3.11 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;

3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;

3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;

3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

	<p>3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;</p> <p>3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.</p> <p><b>3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):</b></p> <p><b>NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS</b>, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p>
<p><b>3.12 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</b></p>	<p><b>3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</b></p> <p>3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;</p> <p>3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.</p> <p>3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.</p> <p>3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### **3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.2.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.12.2.2.10

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### **3.12.3 DAS MULTAS:**

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.3.4.2 Der  
causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à  
Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse  
coletivo;

3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da  
contratação sem motivo justificado;

### 3.13 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao  
expediente de contratação.

### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:

**MATRÍCUL  
A:  
354915**

**NOME DO SERVIDOR:**  
Eliana Lima Rodrigues dos Santos

**INSERIR ASSINATURA DIGITAL:**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:**  
Coordenação de Almoxarifado



**APENSO I**

**TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster, acabamento em linha de nylon, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

**PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOUVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

*ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação " para hasteamento em mastro, para uso externo" que consta na nossa descrição*

*ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente " Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M", a cor tem difere no CATMAT "Bicolor/Fundo Azul-Mari-" em nossa descrição "a cor grafite";*

**ATENÇÃO:**



**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO  
SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”,  
EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**

## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2



## TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	<p><i>Aquisição de tapete e Bandeira do MP</i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.</p>
1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE	Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo solicitado levou em considerando a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.
1.4 NATUREZA DO OBJETO	FORNECIMENTO IMEDIATO
1.5 JUSTIFICATIVA:	Não se aplica ( <u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA
1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).





1.9 VIGÊNCIAS	<p>1.9.1 Vigência da contratação: 90 dias</p> <p>1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência: Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)</p> <p>1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência: Não será admitida a prorrogação</p>
<b>2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>	
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).
2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos: Coordenação de Almoxarifado
2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)	APLICÁVEL, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).
2.4 DISPUTA ELETRÔNICA	2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
	2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual): R\$ 0,10 (dez centavos)
2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA*	A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO  <i>*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas</i>
2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA	<p>Será exigida a seguinte documentação:</p> <p>A) <u>DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)</u> do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.</p> <p>Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como <u>catálogos técnicos</u>, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).</p> <p>a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico: Todos os itens</p> <p>a.2) Fase para a exigência: Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica</p>



2.7 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA	NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
2.8 HABILITAÇÃO	A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.
	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:  B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;  B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;  B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;  B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;  B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);  B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);
	C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:  C.1) ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.
	D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	



3.1 FORMA DE EXECUÇÃO	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b> <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b></p>
3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS	3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).
3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<p>3.3.1 Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	3.4.1 Vedada a subcontratação.
3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO	3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.
	3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S): 10 dias corridos
	3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:



	<p><b>3.5.4.1 O MPBA</b> rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p><b>3.5.4.2</b> Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.</p> <p><b>3.5.4.3</b> O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.</p> <p><b>3.5.4.4</b> O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>
<b>3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS</b>	<p><b>3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação</b></p> <p><b>3.6.1.1</b> Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p>
<b>3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO</b>	<p><b>3.7.1 EM PARCELA ÚNICA,</b> após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.</p>
<b>3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b>	<p><b>3.8.1</b> Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.</p> <p><b>3.8.1.1</b> Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica</p> <p><b>3.8.2</b> Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.</p> <p><b>3.8.2.1</b> Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.</p> <p><b>3.8.2.2</b> Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.</p> <p><b>3.8.3</b> As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.</p> <p><b>3.8.4</b> O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.</p> <p><b>3.8.5</b> Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de</p>





	<p>recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE <i>pro rata tempore</i>, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.</p> <p>3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.</p>
<b>3.9 REAJUSTAMENTO</b>	<p>3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE</p> <p>3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.</p> <p>3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.</p> <p>3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.</p> <p>3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.</p>
<b>3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO</b>	<p><b>3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</b></p> <p>3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;</p> <p>3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;</p> <p>3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;</p> <p>3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente,</p>



contendo descrição

do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;

### **3.10.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.



<b>3.11 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</b>	<p><b>3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</b></p> <p>3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;</p> <p>3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;</p> <p>3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;</p> <p>3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.</p> <p><b>3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):</b></p> <p><b>NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS</b>, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p>
<b>3.12 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</b>	<p><b>3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</b></p> <p>3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;</p> <p>3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua</p>

competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilatação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### **3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.2.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;





	<p>3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:</p> <p>3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);</p> <p>3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p> <p><b>3.12.3 DAS MULTAS:</b></p> <p>3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<b>3.13 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.</b>



**RESPONSÁVEL PELO  
PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:**

**MATRÍCULA:**  
354915

**NOME DO SERVIDOR:**  
Eliana Lima Rodrigues dos Santos

**INSERIR ASSINATURA DIGITAL:**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:**  
Coordenação de Almoxarifado



Documento assinado digitalmente  
**ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS**  
Data: 03/09/2025 09:52:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



## APENSO I

**TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

**PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

*ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação “ para hasteamento em mastro, para uso externo” que consta na nossa descrição*

*ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente “ Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M” , a cor tem difere no CATMAT “Bicolor/Fundo Azul-Mari-” em nossa descrição “a cor grafite”;*

**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”, EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**

## APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS



Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO

ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2





# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



## MANIFESTAÇÃO – UNIDADE GESTORA

### DISPENSA ELETRÔNICA – SALDO EXISTENTE POR CÓDIGO PDM

**INFORMA-SE** o(s) saldos(s) existente(s) dentro do limite de valor\*<sup>1</sup> por ramo de atividade neste exercício financeiro, em respeito aos ditames do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM	CÓDIGO PDM	VALOR JÁ CONTRATADO EM 2025 (POR PDM)	SALDO DISPONÍVEL PARA USO (LIMITE LEGAL – CONTRATADO)
BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m	1581	0,00	62.725,59
TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	12250	0,00	62.725,59

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
<b>Matrícula:</b> 353598	<b>Nome Completo:</b> Dayse Mara Soares Alfaya
<b>Unidade Administrativa:</b> Diretoria Administrativa - Apoio Técnico e Administrativo	<b>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</b> <div>Documento assinado digitalmente  DAYSE MARA SOARES ALFAYA Data: 03/09/2025 10:56:13-0300 Verifique em <a href="https://validar.ib.gov.br">https://validar.ib.gov.br</a></div>

■





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços,

Encaminhe-se o expediente para cotação e demais providências que entender cabíveis.

**Mariana de Araujo Pimentel**  
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** - Assistente de Gestão II, em 03/09/2025, às 15:40, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1683412** e o código CRC **30BB331A**.





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

<b>1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO</b>	<p><i>Aquisição de <b>tapete e Bandeira do MP</b></i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.</p>
<b>1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE</b>	<p><b>Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação</b></p>
<b>1.3 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVO DEFINIDO</b>	<p>O quantitativo solicitado levou em consideração a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.</p>
<b>1.4 NATUREZA DO OBJETO</b>	<p><b>FORNECIMENTO IMEDIATO</b></p>
<b>1.5 JUSTIFICATIVA:</b>	<p><b>Não se aplica</b> (<u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)</p>
<b>1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i></p>
<b>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b>	<p>A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA</p>
<b>1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).</b></p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

**1.9.1 Vigência da contratação:** 90 dias

**1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência:** Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

**1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência:** Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

**APLICÁVEL**, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

**2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual):** R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

**A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO**  
**B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO**

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

Será exigida a seguinte documentação:

**A) DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)** do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como **catálogos técnicos**, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

**a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico:**  
Todos os itens

**a.2) Fase para a exigência:** Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica



**2.7 EXIGÊNCIA DE  
AMOSTRA**

**NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

**2.8 HABILITAÇÃO**

**A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:**

**B.1)** Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

**B.2)** Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

**B.3)** Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;

**B.4)** Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

**B.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

**B.6)** Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);

**C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:**

**C.1)** ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.

**D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.**

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

<p><b>3.1 FORMA DE EXECUÇÃO</b></p>	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): <b>Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</b></p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b>  <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b> Não se aplica</p>
<p><b>3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS</b></p>	<p><b>3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).</b></p>
<p><b>3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.3.1 Garantia legal para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</b></p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
<p><b>3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.4.1 Vedada a subcontratação.</b></p>
<p><b>3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO</b></p>	<p><b>3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</b> 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.</p>
	<p><b>3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</b> 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.</p>





### **3.5.3 PRAZO**

**PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S):** 10 dias corridos

### **3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.5.4.1 O MPBA rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.5.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.

3.5.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.

3.5.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### **3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação**

3.6.1.1 Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

### **3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO**

**3.7.1 EM PARCELA ÚNICA,** após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.

### **3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

3.8.1 Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.

3.8.1.1 Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica

3.8.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.

3.8.2.1 Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.

3.8.2.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.8.3 As notas

fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

3.8.4 O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

3.8.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

## 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o **mês** de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES**

subcontratação  
definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;



**3.10.2**

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

**3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;

3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;

3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;

3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;

3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.

**3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

**3.11 DAS  
OBRIGAÇÕES DO  
CONTRATANTE**

**3.12 MODELO DE  
GESTÃO E  
FISCALIZAÇÃO  
CONTRATUAL**

**3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;

3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### **3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.12.2.2.3

Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### **3.12.3 DAS MULTAS:**

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;





**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES**

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**3.13 INFORMAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS**

**Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.**

**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:**

**MATRÍCUL  
A:  
354915**

**NOME DO SERVIDOR:  
Eliana Lima Rodrigues dos Santos**

**INSERIR ASSINATURA DIGITAL:**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:  
Coordenação de Almoxarifado**



**APENSO I**

**TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

**PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOUVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

*ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação " para hasteamento em mastro, para uso externo" que consta na nossa descrição*

*ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente " Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M" , a cor tem difere no CATMAT "Bicolor/Fundo Azul-Mari-" em nossa descrição "a cor grafite"; O material em nossa descrição é fibra e no CATMAT é borracha*



**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”, EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**

## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	<p><i>Aquisição de tapete e Bandeira do MP</i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.</p>
1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE	Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo solicitado levou em consideração a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.
1.4 NATUREZA DO OBJETO	FORNECIMENTO IMEDIATO
1.5 JUSTIFICATIVA:	Não se aplica ( <u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA
1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

1.9.1 Vigência da contratação: 90 dias

1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência: Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência: Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

APLICÁVEL, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual): R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO  
B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

Será exigida a seguinte documentação:

A) DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S) do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como catálogos técnicos, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico: Todos os itens

a.2) Fase para a exigência: Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES**

**2.7 EXIGÊNCIA DE  
AMOSTRA**

**NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

**2.8 HABILITAÇÃO**

**A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:**

**B.1)** Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

**B.2)** Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

**B.3)** Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;

**B.4)** Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

**B.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

**B.6)** Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);

**C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:**

**C.1)** ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.

**D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.**

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

<p><b>3.1 FORMA DE EXECUÇÃO</b></p>	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b> <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b> Não se aplica</p>
<p><b>3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS</b></p>	<p><b>3.2.1</b> Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).</p>
<p><b>3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.3.1</b> Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
<p><b>3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.4.1</b> Vedada a subcontratação.</p>
<p><b>3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO</b></p>	<p><b>3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</b> 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.</p> <p><b>3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</b> 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.</p> <p><b>3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S):</b> 10 dias corridos</p> <p><b>3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</b></p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.5.4.1 O MPBA

rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.5.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.

3.5.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.

3.5.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### 3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS

**3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação**

3.6.1.1 Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

### 3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO

**3.7.1 EM PARCELA ÚNICA**, após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.

### 3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.8.1 Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.

3.8.1.1 Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica

3.8.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.

3.8.2.1 Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.

3.8.2.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

3.8.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

3.8.4 O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

3.8.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

recursos do Estado  
da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

### 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

#### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente,



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

contendo descrição

do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;

### **3.10.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES**

**3.11.1 OBRIGAÇÕES  
GERAIS**

3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;

3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;

3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;

3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;

3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.

**3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

**3.11 DAS OBRIGAÇÕES DO  
CONTRATANTE**

**3.12 MODELO DE GESTÃO E  
FISCALIZAÇÃO  
CONTRATUAL**

**3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;

3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;

3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### 3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.2.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### 3.12.3 DAS MULTAS:

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;


3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

### 3.13 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO  
DESTE DOCUMENTO:

MATRÍCULA: 354915	NOME DO SERVIDOR: Eliana Lima Rodrigues dos Santos	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:   Documento assinado digitalmente ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS Data: 03/09/2025 16:49:16-0300 Verifique em <a href="https://validar.ibi.gov.br">https://validar.ibi.gov.br</a>
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Coordenação de Almoxarifado		





APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

*ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação “ para hasteamento em mastro, para uso externo” que consta na nossa descrição*

*ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente “ Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M” , a cor tem difere no CATMAT “Bicolor/Fundo Azul-Mari-” em nossa descrição “a cor grafite”; O material em nossa descrição é fibra e no CATMAT é borracha*

**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”, EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**





## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

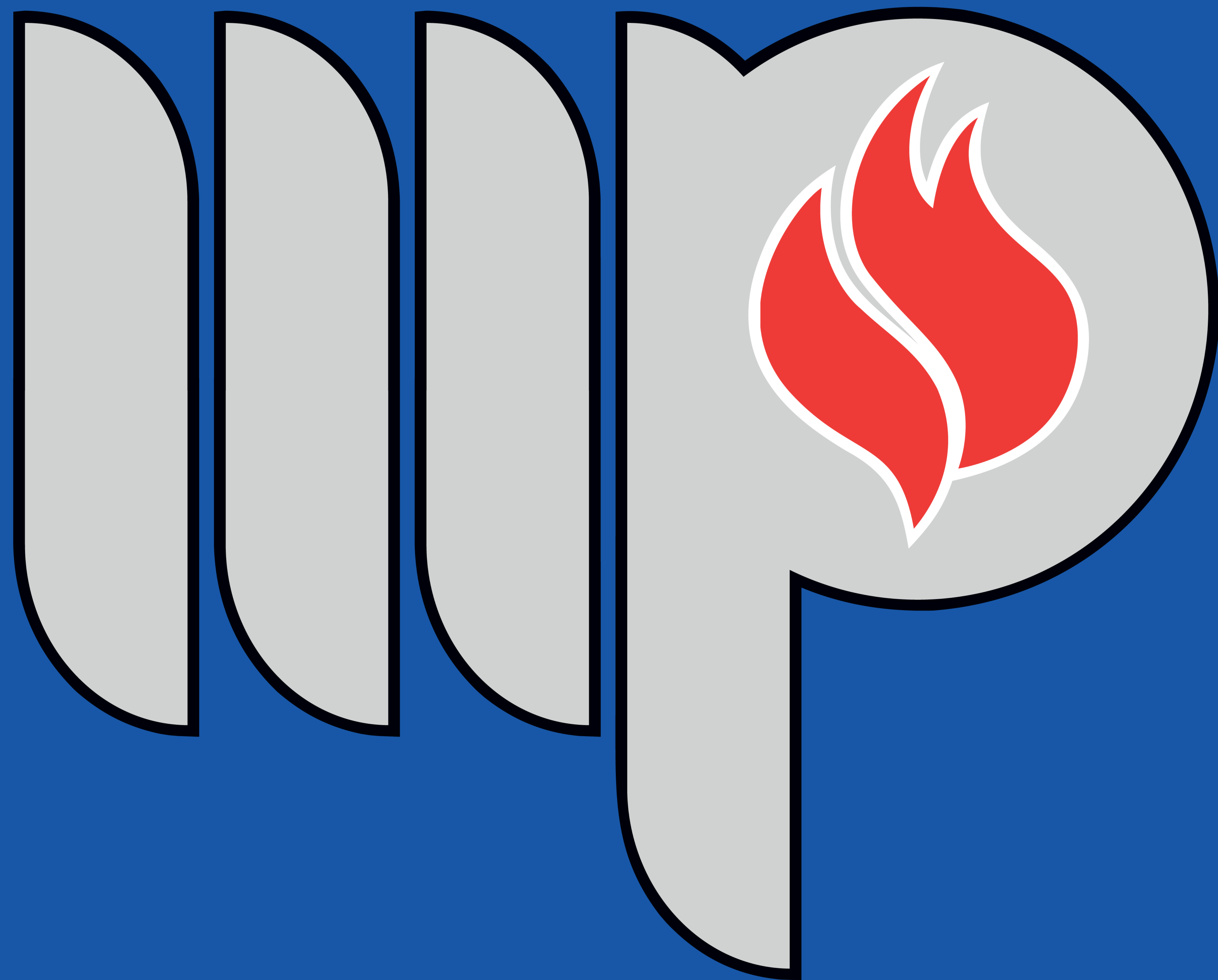
Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2





# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

## Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
152/2025	926302	Rascunho	CLARISSA CUMMING FARANI FERNANDES

**Título:** Tapetes e bandeiras do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Observações:**

**Total de itens cotados:** 2      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 18.100,0000

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
441697 - Bandeira Institucional Material: Poliéster , Comprimento: 130 CM, Largura: 90 CM, Cor: De Acordo Projeto , Características Adicionais: Dupla Face , Representação: Diversas	Unidade	50
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 118,7300	R\$ 159,2229	R\$ 170,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 20,4582% Desvio Padrão: 32,5742 Maior Preço: R\$ 198,0000		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 197,0000	22/07/2025	Sim
---	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
18017905900162025	22/07/2025	44	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de consumo diversos para o 5º BAEP.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	180179	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>	<b>Marca/modelo</b>		
VIDEBAND INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	VideBand		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i2	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 122,0000	15/04/2025	Sim
----	---	---	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
15800906001872025	15/04/2025	1	Aquisição de bandeiras personalizadas para o Campus Curitiba/IFPR.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	158009	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>	<b>Marca/modelo</b>		
ANTONIO MOREIRA GONCALVES	NA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

<b>UF / Município</b>	<b>Logradouro</b>	<b>CEP</b>	<b>Quantidade</b>
PR/Curitiba	Rua João Negrão	80230150	5



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 128,8300	08/04/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
92609706900192025			08/04/2025		4		Objeto: Aquisição de bandeiras oficiais para uso em ambiente externo, incluindo a bandeira Nacional, Estadual, Municipal e Institucional
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			926097		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA					BANDEIRAS ONLINE		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 118,7300	08/04/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
92609706900192025			08/04/2025		3		Objeto: Aquisição de bandeiras oficiais para uso em ambiente externo, incluindo a bandeira Nacional, Estadual, Municipal e Institucional
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			926097		SISPP		Dispensa
Fornecedor					Marca/modelo		
BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA					BANDEIRAS ONLINE		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 180,0000	09/12/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
11040405900362024		09/12/2024		14	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo para atender as necessidades requisitadas pelas Unidades Organizacionais da Administração Central do Ministério da Defesa.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		110404		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
N. F. GRANDE & CIA LTDA				Und			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 6	I	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 198,0000	08/09/2024	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
18303806900612023		08/09/2024		2	Aquisição de bandeira, pedestal e mastro para bandeiras, nos termos da tabela do Termo de Referência e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		183038		SISPP	Dispensa		
Fornecedor				Marca/modelo			
FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECCOES SERVICOS E ACESSORIOS LTD				sem marca			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		-		-	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item							
Sem critério de julgamento							

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/Rio de Janeiro	Rua Mayrink Veiga 9	20090910	4

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	IV	CIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA. - Fornecedor	50		R\$ 170.0000	08/09/2025	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
46.884.905/0001-72	-	<a href="#">PROPOSTA DE FORNECEDOR</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
08/09/2025	14:14	07/11/2025
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
ORÇAMENTO CIA DAS BANDEIRAS..pdf		

**Legenda:**  
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M. Largura: 1,20 M. Aplicação: Piso . Características Adicionais: Trama Vinil /Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-	Unidade	40
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 18,9652%
R\$ 226.1600 R\$ 275.5700	R\$ 240.0000	Desvio Padrão: 52,2623 Maior Preço: R\$ 359.0000
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 240.0000	06/08/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
72030006900282025	06/08/2025	6	Objeto: Aquisição de tapetes de vinil personalizados para a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	720300	SISPP	Dispensa
Fornecedor	Marca/modelo		
CAPACHERIA TAPETES CRIATIVOS E DIVERTIDOS LTDA	euromats		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 226,1600	06/08/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
72030006900282025		06/08/2025		5		Objeto: Aquisição de tapetes de vinil personalizados para a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		720300		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
CAPACHERIA TAPETES CRIATIVOS E DIVERTIDOS LTDA				euromats			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 237,6900	23/07/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
16032806002752025		23/07/2025		5		Aquisição de capachos e tapetes personalizados para as dependências do LQFEx em substituição aos que estão danificados / desgastados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		160328		SISPP		Dispensa	
Fornecedor				Marca/modelo			
PRATTIBRAS INDUSTRIAL LTDA				VINIL TAPETES			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		<a href="#">Acesse a compra</a>	
Critério Julgamento Item							
Sem critério de julgamento							

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RJ/Rio de Janeiro	Rua Licínio Cardoso	20960015	2

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i 4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 359,0000	11/03/2025	Sim
-----	---	--------------------------------------	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
8001406000752025	11/03/2025	1	CD 70/2025 - Aquisição de tapete para a Vara do Trabalho de Camaquã.
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	80014	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>	<b>Marca/modelo</b>		
TIAGO LEITE	conforme documentos em anexo		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

<b>UF / Município</b>	<b>Logradouro</b>	<b>CEP</b>	<b>Quantidade</b>
RS/Porto Alegre	Avenida Praia de Belas 1100	90110903	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

i 5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 315,0000	04/09/2024	Sim
-----	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
15813206002562024	04/09/2024	22	Aquisição de tapetes tipo Capachos Personalizados para as unidades do IFMS
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	158132	SISPP	Dispensa
<b>Fornecedor</b>	<b>Marca/modelo</b>		
PERSONAL TAPETES E CAPACHOS LTDA	PERSONAL TAPETES E CAPACHOS LTDA		
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

<b>UF / Município</b>	<b>Logradouro</b>	<b>CEP</b>	<b>Quantidade</b>
MS/Campo Grande	Rua Jornalista Belizário Lima	79004270	2

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 08/09/2025 17:30

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ ,



onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

### MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA COMPOSIÇÃO DE TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	441697	R\$170.00			mediana	R\$	R\$

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	329019	R\$240.00			mediana	R\$	R\$

**OBS:** Para o **item 1**, o Relatório comprasgov foi composto por preços públicos e orçamento de fornecedor; para o **item 2**, o Relatório comprasgov foi composto somente de preços públicos.

#### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTOS

<b>Matrícula:</b> 353.219	<b>Nome completo:</b> Clarissa Cumming Farani Fernandes
<b>Unidade Administrativa:</b> Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM	<b>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</b>


**MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA COMPOSIÇÃO DE TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	441697	R\$170,00			mediana	R\$	R\$

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	329019	R\$240,00			mediana	R\$	R\$

**OBS:** Para o **item 1**, o Relatório comprasgov foi composto por preços públicos e orçamento de fornecedor; para o **item 2**, o Relatório comprasgov foi composto somente de preços públicos.

**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO**

Matrícula: 353.219	Nome completo: Clarissa Cumming Farani Fernandes	
Unidade Administrativa: Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	
		Documento assinado digitalmente <b>CLARISSA CUMMING FARANI FERNANDES</b> Data: 09/09/2025 09:43:53-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>

## TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS MÁXIMOS PARA A DISPUTA ELETRÔNICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD E.	CÓDIGO PDM (NÚMERO E DESCRIÇÃO)	CÓDIGO CATMAT / CATSER (NÚMERO)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL POR PDM
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	1581 - Bandeira Institucional	441697	R\$170,00	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	12550 - Tapete De Borracha	329019	R\$ 240,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
<b>VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>							<b>R\$ 18.100,00</b>	

### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTOS

<b>Matrícula:</b> 353.219	<b>Nome Completo:</b> Clarissa Cumming Farani Fernandes
<b>Unidade Administrativa:</b> Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM	<b>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</b>

## ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PREENCHIMENTO:

**(EXCLUIR ESTA PÁGINA APÓS PREENCHER)**

a) Inserir quantas linhas forem os itens da dispensa de licitação ou excluir linhas sobressalentes.

b) Explicações sobre os campos:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECI MENTO	QTDE.	CÓDIG O PDM (NÚME RO E DESCR IÇÃO)	CÓDI GO CATM AT/ CATSE R (NÚM ERO)	VALO R UNITÁ RIO MÁXI MO ESTIM ADO	VALO R TOTAL MÁXI MO ESTIM ADO	VALO R TOTA L POR PDM *
<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar APENS O I do TR</i>	<i>Replicar valor indicado no documento "MEMÓRIA DE CÁLCULO"</i>	<i>Replicar valor indicado no documento "MEMÓRIA DE CÁLCULO"</i>	<i>Indicar somatório de valor de todos os itens com mesmo PDM</i>
<b>VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>							<b>Somatório do valor total de todos os itens, em reais</b>	

c) **ATENÇÃO ( \* ):**

Para preenchimento do campo "VALOR TOTAL POR PDM", deve-se somar o valor de todos os itens com mesmo PDM.

Para tanto, organize-os sequencialmente (mesmo que a ordem fique diferente do TR) e mescle este campo da coluna (na qual deverá constar o valor do somatório).



## TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS MÁXIMOS PARA A DISPUTA ELETRÔNICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTDE.	CÓDIGO PDM (NÚMERO E DESCRIÇÃO)	CÓDIGO CATMAT/CATSER (NÚMERO)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL POR PDM
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	1581 - Bandeira Institucional	441697	R\$170,00	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	12550 - Tapete De Borracha	329019	R\$ 240,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO							R\$ 18.100,00	

### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

**Matrícula:** 353.219

**Nome Completo:** Clarissa Cumming Farani Fernandes

**Unidade Administrativa:**  
Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM

**INSERIR ASSINATURA DIGITAL:**



Documento assinado digitalmente  
**CLARISSA CUMMING FARANI FERNANDES**  
Data: 09/09/2025 11:11:37-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Coordenação de Execução Orçamentária,

Encaminhe-se o referido processo para prestação das informações orçamentárias, considerando que foi realizada pesquisa de preços (1691723), com inclusão da memória de cálculo (1691864) e da tabela de preços referenciais (1692195).

Ato contínuo, solicita-se o encaminhamento à Diretora Administrativa para análise e deliberação sobre a execução da despesa com a juntada do formulário de manifestação do gestor orçamentário e demais providências pertinentes à contratação.

Atenciosamente,

Clarissa Cumming Farani Fernandes

Assistente Técnico-Administrativo

Coord. de Aquisições de Bens e Serviços - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Cumming Farani Fernandes** - Assistente Técnico Administrativa, em 09/09/2025, às 11:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1692198** e o código CRC **12A74F89**.



## CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

**DECLARO**, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

### I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**
1	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência / 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público	2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos	9900 - Estado	1.500.0.100.000000.00.00.00	33.90.30.000 - Material de consumo

\* Ex: 40x 01 / 00xx

\*\* Ex: xx.xx.xx

\*\*\* Obs: Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

### II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

#### 1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais)  
(Valor por extenso)

#### 2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA *	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.30.000	R\$ 174.527,16	R\$ 18.100,00	10,37%
2**				

\* Ex: xx.xx.xx

\*\* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

\*\*\* Percentual da despesa sobre o saldo orçamentário

#### 3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

( x ) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

( ) O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

#### 4) ORIGEM DO RECURSO:

( x ) Recursos Próprios Orçamento próprio do MPBA.

( ) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

( ) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

\* É possível assinalar mais de uma opção.

<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b>		
<b>Matrícula:</b> 353.495	<b>Nome Completo:</b> Mariana Costa de Abreu Alves	<b>Cargo/Função:</b> Ass. Gestão I
<b>Unidade Administrativa:</b> CEOA/DADM		



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** - Assistente de Gestão I, em 16/09/2025, às 10:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1702110** e o código CRC **C5A7C636**.

19.09.02345.0013911/2025-03

1702110v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - [www.mpba.mp.br](http://www.mpba.mp.br)



## Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2025  
Código da Unidade Gestora igual a 3  
Código do PAOE igual a 2000

Exercício:	2025														
Esfera:	F - Fiscal														
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE														
Unidade Orçamentária:	40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência														
Unidade Gestora:	0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público														
Função:	03 - Essencial à Justiça														
Subfunção:	122 - Administração Geral														
Programa de Governo:	503 - Ações de Apoio Administrativo do Ministério Público														
PAOE:	2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos														
Região:	9900 - Estado														
Objetivo do PAOE:	Atender despesas administrativas e outros serviços auxiliares, bem como de assessoramento e controle														
Produto:															
Quantidade Prevista:															
Quantidade Atual:															
Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.14.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	5.200.000,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.589.435,50	4.579.535,50	4.513.839,50	4.438.657,50	610.564,50
3.3.90.15.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.766,00	379.766,00	379.766,00	374.386,00	220.234,00
3.3.90.30.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	1.600.000,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	603.900,00	0,00	0,00	821.572,84	821.572,84	757.072,36	757.072,36	174.527,16
3.3.90.33.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	481.930,08	481.930,08	380.222,64	322.477,29	2.918.069,92
3.3.90.35.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
3.3.90.36.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	740.485,65	740.485,65	656.449,86	656.449,86	459.514,35
3.3.90.37.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	28.679.000,00	0,00	0,00	28.679.000,00	0,00	348.297,53	0,00	0,00	19.091.134,5	18.324.870,8	10.562.977,74	10.552.328,11	9.239.567,94
3.3.90.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	9.020.000,00	0,00	0,00	9.020.000,00	0,00	2.507.844,00	0,00	0,00	4.530.261,65	4.523.261,65	4.088.750,14	4.083.615,30	1.981.894,35
3.3.90.47.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.548,78	1.548,78	1.548,78	1.548,78	451,22
3.3.90.92.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	848.297,53	0,00	0,00	0,00	463.777,98	463.777,98	463.201,95	463.201,95	384.519,55





## Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.93.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.296,54	516.306,66	503.426,16	502.755,16	132.703,46
3.3.91.39.000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	346,80	346,80	346,80	346,80	653,20
Região	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
PAOE	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
Programa	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
UO	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
Órgão	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Órgão		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,3	30.833.402,8	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
Geral	Total do Tesouro		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,35	30.833.402,83	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		52.000.000,00	0,00	0,00	52.000.000,00	850.297,53	4.760.041,53	0,00	0,00	31.617.556,35	30.833.402,83	22.307.601,93	22.152.839,11	16.472.699,65



### MANIFESTAÇÃO - GESTOR ORÇAMENTÁRIO

**AUTORIZO** a realização da despesa, mediante contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**.

**Obs: Informar se é Eletrônica ou Não Eletrônica**

**DECLARO**, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**INFORMO**, ademais, que o valor dispendido se encontra dentro do limite por ramo de atividade no exercício financeiro, em respeito aos ditames do art.75 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme quadro a seguir.

Descrição do item Descrever o item objeto da contratação.	Código PDM/Código do serviço Inserir código PDM do item OU o código do serviço	Saldo disponível para uso (R\$)* Fazer a subtração entre o limite de valor para dispensa de licitação e o valor já contratado. Neste sentido, esclareceremos conforme segue abaixo ("a" e "b")	Valor previsto nesta dispensa (R\$) Informar o valor previsto na contratação
Bandeira do Ministério Público da Bahia, dimensões 1,30m x 0,90m.	1581	62.725,59	8.500,00
Tapete de fibra sintética, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	12550	62.725,59	9.600,00

Obs: Incluir quantas linhas forem necessárias, a fim de constarem todos os itens da dispensa

- a) Limite de valor:
- Obras e serviços de engenharia: R\$ 125.451,15 (2025)
  - Outros serviços e compras: R\$ 62.725,59 (2025)
- b) Valor contratado = Informação prestada na coluna "Código PDM / Código do Serviço".

**INDICO** os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	MARIA AMALIA BORGES FRANCO	351470
FISCAL ADMINISTRATIVO	MÁRIO AUGUSTO MAIA GUIMARÃES MIRANDA	352797
SUPLENTE	ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS	354915
FISCAL TÉCNICO	ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS	354915
SUPLENTE	MÁRIO AUGUSTO MAIA GUIMARÃES MIRANDA	352797

Havendo designação de fiscais setoriais e/ou auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário

Obs: Registra-se que o(a) servidor(a) indicado(a) como fiscal administrativo pode também exercer a função de fiscal técnico da mesma forma que seus suplentes.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 01 (um) dia útil.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome Completo: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	Matrícula: 351470
Unidade Administrativa: DIRETORIA ADMINISTRATIVA	Cargo/Função: DIRETORA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** - Diretora, em 18/09/2025, às 00:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1702299** e o código CRC **62DD5A87**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Coordenação de Almojarifado,

Para ciência dos servidores Mário Augusto Miranda e Eliana Lima para fiscal e suplente da pretensa contratação.

Após, encaminhe-se à DCCL/CEACC para providências pertinentes.

**Mariana de Araujo Pimentel**  
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** - Assistente de Gestão II, em 18/09/2025, às 08:41, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1702339** e o código CRC **66C26EC8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Lima Rodrigues dos Santos** - Assistente Técnico Administrativa, em 18/09/2025, às 08:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1706337** e o código CRC **70A6FB6C**.

19.09.02345.0013911/2025-03

1706337v2





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Maia Guimaraes Miranda** - Gestor Administrativo IV, em 18/09/2025, às 09:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1706460** e o código CRC **A6516457**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Trata-se de procedimento de **dispensa de licitação eletrônica**, instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, catalogada nesta unidade sob o nº **251/2025**, encaminhado pela **DADM**, para a **aquisição de tapete e Bandeira do MP**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc 1527384) e no Termo de Referência (doc 1684699).

Considerando que na referida dispensa **não haverá celebração de instrumento formal de contrato**, apenas emissão de instrumento substitutivo ao mesmo (AFM e/ou empenho), conforme se verifica no **item 1.8.1 do TR**, encaminhamos o referido expediente à **Coordenação de Licitação** para análise da conformidade processual bem como elaboração de aviso de contratação direta e demais providências cabíveis.

Ademais, solicitamos posterior encaminhamento à esta Coordenação quando da homologação, fracasso e/ou revogação da referida dispensa.

**Thalita Brito Caldas**

Assistente técnico - administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Matrícula 354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 18/09/2025, às 10:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1706638** e o código CRC **2FE9E18E**.

## DESPACHO

Inicialmente cumpre salientar que:

1. Este processo poderá ser objeto de auditoria por parte dos Órgãos de Controle interno e externo (Controladoria e TCE);
2. A Coordenação de Licitações não pratica atos de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

Após análise processual, esta Coordenação de Licitações sinaliza os seguintes pontos passíveis de ajustes e/ou esclarecimentos dos documentos, pelas unidades responsáveis pelas respectivas elaborações, a seguir indicadas:

### I. Pelo(a) Coordenação de Almoxarifado:

TERMO DE REFERÊNCIA (DOCUMENTO Nº 1684696 e 1684699)

**Item 1:** Verificamos uma incorreção no modelo de termo de referência disponibilizado na base de conhecimento, deste modo, solicitamos a correção do nº do Ato Normativo informado no subitem 1.1.3 do referido documento, nos seguintes termos:

DE: Ato Normativo nº 004/2024;

PARA: Ato Normativo nº 048/2024.

**IMAGENS:** Solicita-se, se possível, que as imagens dos itens sejam encaminhadas em arquivo PDF apartado do TR para facilitar a inserção no Aviso de Contratação.

### II. Pelo(a) Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços:

MEMÓRIA DE CÁLCULO (DOCUMENTO Nº 1691864)

1. Na tabela não constam os valores unitários dos itens e os valores totais. Por isso, solicita-se que sejam juntados novos arquivos (em formato word e pdf) com o preenchimento desses dados.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 19/09/2025, às 09:52, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1708025** e o código CRC **9C455C9D**.



## TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
<b>1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO</b>	<p><i>Aquisição de <b>tapete e Bandeira do MP</b></i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 048/2024.</p>
<b>1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE</b>	<p><b>Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação</b></p>
<b>1.3 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVO DEFINIDO</b>	<p>O quantitativo solicitado levou em consideração a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.</p>
<b>1.4 NATUREZA DO OBJETO</b>	<p><b>FORNECIMENTO IMEDIATO</b></p>
<b>1.5 JUSTIFICATIVA:</b>	<p><b>Não se aplica</b> (<u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)</p>
<b>1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i></p>
<b>1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</b>	<p>A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA</p>
<b>1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).</b></p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

**1.9.1 Vigência**  
**da contratação:** 90 dias

**1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência:** Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

**1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência:** Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

**APLICÁVEL**, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

**2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual):** R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

**A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO**  
**B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO**

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

**Será exigida a seguinte documentação:**

**A) DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)** do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como **catálogos técnicos**, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

**a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico:**  
Todos os itens

**a.2) Fase para a exigência:** Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica



**2.7 EXIGÊNCIA DE  
AMOSTRA**

**NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

**2.8 HABILITAÇÃO**

**A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:**

**B.1)** Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

**B.2)** Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

**B.3)** Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;

**B.4)** Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

**B.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

**B.6)** Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);

**C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:**

**C.1)** ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.

**D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.**

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



<p><b>3.1 FORMA DE EXECUÇÃO</b></p>	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): <b>Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</b></p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b>  <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b> Não se aplica</p>
<p><b>3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS</b></p>	<p><b>3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).</b></p>
<p><b>3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.3.1 Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</b></p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
<p><b>3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b></p>	<p><b>3.4.1 Vedada a subcontratação.</b></p>
<p><b>3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO</b></p>	<p><b>3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</b> 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.</p>

	<p><b>3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</b> 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.</p> <p><b>3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S):</b> 10 dias corridos</p> <p><b>3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</b></p> <p>3.5.4.1 O MPBA rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.5.4.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.</p> <p>3.5.4.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.</p> <p>3.5.4.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>
<p><b>3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS</b></p>	<p><b>3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação</b></p> <p>3.6.1.1 Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p>
<p><b>3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO</b></p>	<p><b>3.7.1 EM PARCELA ÚNICA,</b> após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.</p>
<p><b>3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b></p>	<p>3.8.1 Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.</p> <p>3.8.1.1 Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica</p> <p>3.8.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.</p> <p>3.8.2.1 Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.8.2.2

Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.

3.8.3 As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

3.8.4 O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

3.8.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

## 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o **mês** de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

seus os  
riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;



**3.10.2**

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

**3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;

3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;

3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;

3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;

3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.

**3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

**3.11 DAS  
OBRIGAÇÕES DO  
CONTRATANTE**

**3.12 MODELO DE  
GESTÃO E  
FISCALIZAÇÃO  
CONTRATUAL**

**3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;

3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### **3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 3.12.2.2.3

Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### 3.12.3 DAS MULTAS:

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA  
AQUISIÇÕES**

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**3.13 INFORMAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS**

**Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.**

**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:**

**MATRÍCUL  
A:  
354915**

**NOME DO SERVIDOR:  
Eliana Lima Rodrigues dos Santos**

**INSERIR ASSINATURA DIGITAL:**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:  
Coordenação de Almoxarifado**



**APENSO I**

**TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

**PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOUVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

*ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação " para hasteamento em mastro, para uso externo" que consta na nossa descrição*

*ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente " Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M" , a cor tem difere no CATMAT "Bicolor/Fundo Azul-Mari-" em nossa descrição "a cor grafite"; O material em nossa descrição é fibra e no CATMAT é borracha*



**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA "DESCRIÇÃO DO BEM", EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**

## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2



## TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	<p><i>Aquisição de tapete e Bandeira do MP</i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 048/2024.</p>
1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE	Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo solicitado levou em consideração a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.
1.4 NATUREZA DO OBJETO	FORNECIMENTO IMEDIATO
1.5 JUSTIFICATIVA:	Não se aplica ( <u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA
1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

1.9.1 Vigência da contratação: 90 dias

1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência: Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência: Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

**APLICÁVEL**, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual): R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO  
B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

Será exigida a seguinte documentação:

A) **DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)** do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como **catálogos técnicos**, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico: Todos os itens

a.2) Fase para a exigência: Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica



2.7 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA	NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
2.8 HABILITAÇÃO	A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.
	<p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;</p> <p>B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;</p> <p>B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;</p> <p>B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);</p> <p>B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);</p>
	<p>C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:</p> <p>C.1) ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.</p>
	D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	

3.1 FORMA DE EXECUÇÃO	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b>  <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b> Não se aplica</p>
3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS	3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).
3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<p>3.3.1 Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	3.4.1 Vedada a subcontratação.
3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO	3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.
	3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S): 10 dias corridos
	3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:



	<p><b>3.5.4.1 O MPBA</b> rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p><b>3.5.4.2</b> Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.</p> <p><b>3.5.4.3</b> O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.</p> <p><b>3.5.4.4</b> O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>
<b>3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS</b>	<p><b>3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação</b></p> <p><b>3.6.1.1</b> Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p>
<b>3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO</b>	<p><b>3.7.1 EM PARCELA ÚNICA</b>, após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.</p>
<b>3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b>	<p><b>3.8.1</b> Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.</p> <p><b>3.8.1.1</b> Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica</p> <p><b>3.8.2</b> Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.</p> <p><b>3.8.2.1</b> Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.</p> <p><b>3.8.2.2</b> Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.</p> <p><b>3.8.3</b> As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.</p> <p><b>3.8.4</b> O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.</p> <p><b>3.8.5</b> Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

recursos do Estado  
da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

### 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

#### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente,





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

contendo descrição

do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;

### **3.10.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

<p><b>3.11 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</b></p>	<p><b>3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</b></p> <p>3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;</p> <p>3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;</p> <p>3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;</p> <p>3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.</p> <p><b>3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):</b></p> <p><b>NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS</b>, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p>
<p><b>3.12 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</b></p>	<p><b>3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</b></p> <p>3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;</p> <p>3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua</p>





## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### 3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.2.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### 3.12.3 DAS MULTAS:

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;


3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

### 3.13 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.

**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO  
DESTE DOCUMENTO:**

MATRÍCULA: 354915	NOME DO SERVIDOR: Eliana Lima Rodrigues dos Santos	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  <div>Documento assinado digitalmente</div> <div> ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS Data: 19/09/2025 10:10:48-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></div>
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Coordenação de Almoxarifado		



APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação “ para hasteamento em mastro, para uso externo” que consta na nossa descrição

ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente “ Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M” , a cor tem difere no CATMAT “Bicolor/Fundo Azul-Mari-” em nossa descrição “a cor grafite”; O material em nossa descrição é fibra e no CATMAT é borracha

**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”, EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**



## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

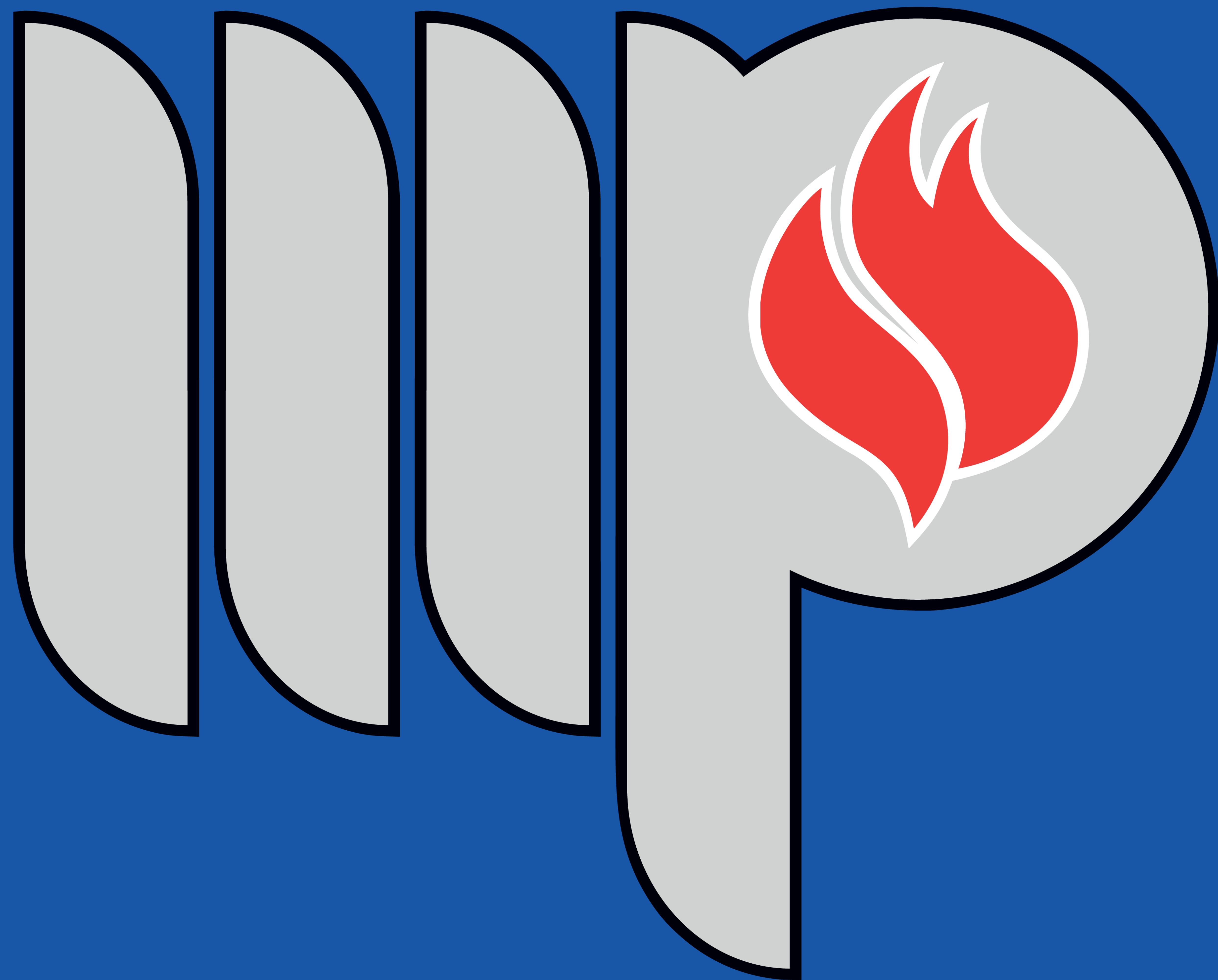
Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2







# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À Coordenação de Licitação,

TR sanado e layout dos itens foram anexados apartados do TR conforme despacho 1708025.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Lima Rodrigues dos Santos** - Assistente Técnico Administrativa, em 19/09/2025, às 10:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1708582** e o código CRC **D00066EC**.

### MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA COMPOSIÇÃO DE TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	441697	R\$170.00			mediana	R\$170,00	R\$8,500.00

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	329019	R\$240.00			mediana	R\$240.00	R\$9,600.00

**OBS:** Para o **item 1**, o Relatório comprasgov foi composto por preços públicos e orçamento de fornecedor; para o **item 2**, o Relatório comprasgov foi composto somente de preços públicos.

#### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTES DOCUMENTOS

<b>Matrícula:</b> 353.219	<b>Nome completo:</b> Clarissa Cumming Farani Fernandes
<b>Unidade Administrativa:</b> Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM	<b>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</b>

### MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA COMPOSIÇÃO DE TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
1	Bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões 1,30m x 0,90m.	unidade	50	441697	R\$170,00			mediana	R\$170,00	R\$8.500,00

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	Unidade de fornecimento	Quantidade	CÓDIGO CATMAT	CONJUNTO DE PREÇOS COLETADOS (MÍNIMO DE 3)			Metodologia de cálculo	Valor unitário Máximo Referencial	Valor Total Máximo Referencial
					Relatório Comprasgov					
2	Tapete de fibra sintética, personalizado com a logomarca do Ministério Público do Estado da Bahia; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura); espessura 10 mm.	unidade	40	329019	R\$240,00			mediana	R\$240,00	R\$9.600,00

OBS: Para o item 1, o Relatório comprasgov foi composto por preços públicos e orçamento de fornecedor; para o item 2, o Relatório comprasgov foi composto somente de preços públicos.

#### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Matrícula: 353.219

Nome completo: Clarissa Cumming Farani Fernandes

Unidade Administrativa:  
Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:



Documento assinado digitalmente  
CLARISSA CUMMING FARANI FERNANDES  
Data: 19/09/2025 10:42:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Coordenação de Licitações,

Seguem os documentos solicitados (1708619 e 1708703).

Atenciosamente,

Clarissa Cumming Farani Fernandes

Assistente Técnico-Administrativo

Coordenação de Aquisições de Bens e Serviços - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Cumming Farani Fernandes** - Assistente Técnico Administrativa, em 19/09/2025, às 10:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1708713** e o código CRC **AB2598DF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À Coordenação de Licitação,

No Termo de Referência SEI (1708558) onde lê-se: "*Aquisição de tapete e Bandeira do MP*" Leia-se: "*tapete e bandeira para o Ministério Público do Estado da Bahia*"



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Lima Rodrigues dos Santos** - Assistente Técnico Administrativa, em 19/09/2025, às 16:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1709846** e o código CRC **3F1DC709**.

## PREÂMBULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90058/2025 (Contratação n.º 201/2025)		
O <b>Ministério Público do Estado da Bahia</b> , CNPJ nº 04.142.491/0001-66, comunica aos interessados que realizará <b>Dispensa Eletrônica</b> de licitação, em data e horário indicados neste preâmbulo, regida pela Lei Estadual nº 14.634/2023, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, todas consideradas com suas alterações.		
<b>1. OBJETO</b>		
Aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições estabelecidas neste aviso e seus anexos. (Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.)		
<b>2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL</b>		
R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais).		
<b>3. RELAÇÃO DE ITENS E VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS ESTIMADOS</b>		<b>4. REGISTRO DE PREÇOS</b>
Conforme ANEXO II – Termo de Referência		NÃO
<b>5. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA</b>	<b>6. EXIGÊNCIA DE MODELO/MARCA ESPECÍFICO(A)(S)</b>	<b>7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO
<b>8. REQUISITO DE PARTICIPAÇÃO</b>		<b><u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</u></b>
<b>9. SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA</b>		
<b>9.1 ENDEREÇO ELETRÔNICO:</b>		<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
<b>9.2 DATA DA SESSÃO:</b>		<b>26/09/2025</b>
<b>9.3 HORÁRIO DA FASE DE LANCES:</b>		<b>DAS 08H ATÉ 14H</b>
<b>10. UNIDADE SOLICITANTE</b>		<b>11. PROCESSO ADMINISTRATIVO</b>
Coordenação de Almoxarifado		19.09.02345.0013911/2025-03
<b>12. ANEXOS:</b>		
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA		ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – TABELA INDICATIVA DE ITENS A SEREM LICITADOS		
<b>13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE AVISO</b>		
Coordenação de Licitações - <b>E-MAIL:</b> <a href="mailto:licitacao@mpba.mp.br">licitacao@mpba.mp.br</a> .		

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
  - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
  - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
  - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Considerando o valor global estimado desta dispensa de licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, e equiparados, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
  - 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
  - 2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito

a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo do objeto, e que satisfaçam às condições deste aviso de contratação e seus anexos.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, deverá registrar a proposta em campo próprio do Sistema de Dispensa Eletrônica, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.



- 3.2.1. O cadastramento da proposta deverá observar todas as exigências contidas em sistema e englobar, obrigatoriamente, a marca, o modelo e o preço ofertado, por item disputado, sob pena de desclassificação.
- 3.2.2. Os valores ofertados nas propostas deverão estar expressos em moeda corrente nacional (Real - R\$) e serem indicados com apenas duas casas decimais, observados os itens e respectivas quantidades constantes neste Edital.
- 3.3. Não serão aceitas propostas cadastradas no sistema que:
  - a) sejam cadastradas sem preenchimento de todos os campos exigidos para cada item ofertado;
  - b) indiquem conteúdo genérico incapaz de individualizar marca, modelo, fabricante e/ou características gerais do produto ofertado, a exemplo de expressões como "*conforme edital*", "*conforme TR*", "*nos termos solicitados*", "*compatível*" ou "*similar*"; entre outros.
  - c) contenham indicativo de alternativa(s) de modelo, marca, fabricante e/ou de preço, ainda que de forma genérica, a exemplo de expressões "*ou similar*" e "*ou equivalente*";
- 3.3.1. O fornecedor deverá estar ciente que a marca e o modelo indicados em proposta de preços ajustada deverão ser iguais àqueles originalmente cadastrados em sistema antes da disputa eletrônica, sob pena de desclassificação.
- 3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial preço e modelo/marca ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
  - 3.5.1. A apresentação de proposta de preços em sistema implica no compromisso do fornecedor em arcar com a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de abertura da disputa eletrônica.
  - 3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 3.9. A proposta de preços terá validade mínima de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação, ainda que o fornecedor estipule prazo menor ou que não a consigne.
- 3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 3.10.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
  - 3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
  - 3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

#### 4 FASE DE LANCES

- 4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

- 4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).
- 4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1 Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas.
  - 5.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários (**vide termo de referência em anexo**).
  - 5.3.1 O fornecedor será convocado a encaminhar proposta e documentos, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro, por igual período, mediante solicitação formal e justificada de prorrogação por parte da licitante.
  - 5.3.2 Juntamente com a proposta deverá ser encaminhada a **DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO Nº 37/2009 – CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público)**, conforme modelo abaixo:

**DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO N.º 37/2009 DO CNMP**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, interessada na participação na **Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**, **DECLARA**, sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que, em atendimento aos artigo 3º da Resolução nº 37/2009 do CNMP, não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE - CNPJ**  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL – CPF**

5.4 Encerrada a etapa de negociação, se houver, a Administração verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1 SICAF;

5.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7 Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1 conter vícios insanáveis;

- 5.8.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.8.3 apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.9.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7 CONTRATAÇÃO



- 7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para receber a nota de empenho (instrumento equivalente ao contrato, nos termos do item anterior), mediante correspondência eletrônica, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 7.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

- 8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 8.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 8.2** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, nos percentuais definidos em Termo de Referência, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Não se trata de contratação através do Sistema de Registro de Preços.

## 10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- 10.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

- 10.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 10.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 10.2 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.3 As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4.1 É facultado ao agente público, à autoridade a ele superior e às áreas técnicas competentes do Ministério Público do Estado da Bahia - MPBA, em qualquer fase da dispensa, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 10.4.2** O(s) proponente(s) intimado(s) para prestar quaisquer esclarecimentos ou realizar quaisquer diligências adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação .
- 10.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.

10.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1 ANEXO I – Modelo de Proposta

10.13.2 ANEXO II – Termo de Referência

10.13.3 ANEXO III – Apensos do termo de referência

10.13.4 ANEXO IV – Tabela Indicativa de Itens a Licitar

**André Luís Sant'ana Ribeiro**  
Superintendente de Gestão Administrativa

## ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

### PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90058/2025 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DADOS DO FORNECEDOR:		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:	CNPJ:	
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
REPRESENTANTE LEGAL:	CPF:	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
TELEFONE COMERCIAL: ( )	E-MAIL:	
DADOS PARA PAGAMENTO		
BANCO:	AGÊNCIA:	Nº CONTA CORRENTE:

PROPOSTA DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA e MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m.	Unidade	50			
02	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40			

DATA: **XX/XX/XXXX**

Representante legal

A proponente **DECLARA**, ainda, sob as penas da lei:

- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- b. Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.
- c. Que, em atendimento ao artigo 3º da Resolução nº 37/2009 do CNMP, não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

DATA: **XX/XX/XXXX**

REGRAS/OBSERVAÇÕES PARA PRECIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"><li>- Validade da proposta: mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da proposta.</li><li>- Prazo de entrega: 20 dias corridos</li><li>- Local de entrega: Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA-AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange (São Cristóvão), 1.559, Galpão 10, Salvador/BA, CEP: 41.505-220.</li></ul> <p>A descrição do item deverá abranger todas as características do objeto ofertado, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO II</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Somente serão admitidas propostas com valores <u>unitários e totais</u> que estejam dentro dos limites máximos estimados pelo MPBA, conforme Termo de Referência.</li><li>- Este é apenas um modelo de documento, apresentado com a finalidade de demonstrar as informações mínimas que deverão constar na proposta comercial do fornecedor, sob pena de desclassificação. O fornecedor, portanto, poderá utilizar o formato que melhor lhe convier, desde que todas as informações solicitadas estejam claramente disponíveis.</li></ul>

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBS: DOCUMENTO SEGUE EM ARQUIVO EM SEPARADO.**

**ANEXO III – APENSOS DO TERMO DE REFERÊNCIA - LAYOUTS**

**OBS: DOCUMENTO SEGUE EM ARQUIVO EM SEPARADO.**

**ANEXO IV – TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR**

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR					
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster, acabamento em linha de nylon, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m.	Unidade	50	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
02	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	R\$ 240,00	R\$ 9.600,00
TOTAL					R\$ 18.100,00



## TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	<p><i>Aquisição de tapete e Bandeira do MP</i></p> <p>1.1.1 As especificações e quantidades dos itens constam de tabela no APENSO I deste documento.</p> <p>1.1.2 Os bens deverão ser novos e de primeiro uso.</p> <p>1.1.3 Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 048/2024.</p>
1.2 INDICAÇÃO DE MARCA E/OU MODELO ESPECÍFICOS DE DETERMINADO FABRICANTE	Não há indicação de marca/modelo específico(s) para esta contratação
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo solicitado levou em consideração a quantidade atendida no último ano e a quantidade de atendimentos pendentes.
1.4 NATUREZA DO OBJETO	FORNECIMENTO IMEDIATO
1.5 JUSTIFICATIVA:	Não se aplica ( <u>não</u> se trata de contratação de fornecimento continuado)
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<i>A aquisição de Bandeiras e tapetes personalizados faz-se necessária para o atendimento das unidades da Capital e do interior (tanto regional ou quanto sede própria/ou alugada).</i>
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	A contratação se refere a aquisição imediata de expediente, sem exigência de obrigações acessórias, para além da entrega no MPBA
1.8 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	1.8.1 Haverá somente emissão de instrumento substitutivo ao contrato (AFM e/ou empenho).



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

### 1.9 VIGÊNCIAS

1.9.1 Vigência da contratação: 90 dias

1.9.1.1 Marco para início da contagem do prazo de vigência: Data de envio do empenho ao fornecedor (para contratações sem instrumento formal de contrato)

1.9.1.2 Possibilidade de prorrogação da vigência: Não será admitida a prorrogação

## 2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A seleção do fornecedor será por dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço obtido mediante disputa de lances em sessão pública (dispensa eletrônica).

### 2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Unidade administrativa responsável por analisar proposta e documentos técnicos:  
Coordenação de Almoxarifado

### 2.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

**APLICÁVEL**, considerando que o valor máximo referencial de cada item está enquadrado no limite de valor previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 3º da Lei Estadual nº 11.619/2009 (R\$80.000,00).

### 2.4 DISPUTA ELETRÔNICA

2.4.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

2.4.2 INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (em reais ou em percentual): R\$ 0,10 (dez centavos)

### 2.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS A SEREM SOLICITADAS NA PROPOSTA AJUSTADA\*

A) MARCA/FABRICANTE DE CADA PRODUTO  
B) MODELO OU REFERÊNCIA DE CADA PRODUTO

*\*Obs.: Para além de preços e especificações técnicas*

### 2.6 DOCUMENTAÇÃO A SER SOLICITADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA

Será exigida a seguinte documentação:

A) **DOCUMENTO TÉCNICO EMITIDO PELO(S) FABRICANTE(S)** do(s) item(ns) ofertado(s), que comprove o atendimento deste(s) às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Serão admitidos documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como **catálogos técnicos**, folders, manuais, fichas de especificação técnica e link para acesso a site oficial (o qual contenha as informações técnicas).

a.1) Itens abrangidos pela exigência de documento técnico: Todos os itens

a.2) Fase para a exigência: Após análise da proposta de preços ajustada, caso solicitado pela área técnica

2.7 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA	NÃO SERÁ EXIGIDA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
2.8 HABILITAÇÃO	A) JURÍDICA, conforme exigido no art. 66 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.
	<p>B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:</p> <p>B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;</p> <p>B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;</p> <p>B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia;</p> <p>B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;</p> <p>B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);</p> <p>B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);</p>
	<p>C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Será exigida a seguinte documentação:</p> <p>C.1) ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa.</p>
	D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não será exigida.
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	

3.1 FORMA DE EXECUÇÃO	<p><b>3.1.1 REGRAS SOBRE ENTREGA:</b></p> <p>3.1.1.1 Prazo de entrega: 20 dias corridos</p> <p>3.1.1.2 Prazo computado a partir da data de envio da nota de empenho ao fornecedor, envio este que ocorrerá através de e-mail ao endereço eletrônico indicado na proposta de preços.</p> <p>3.1.1.3 Admissibilidade de prorrogação do prazo de entrega: SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.</p> <p>3.1.1.4 Local de entrega (endereço): Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA- AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange,( São Cristóvão) 1.559 Galpão 10 Salvador – BA, CEP 41505-220.</p> <p>3.1.1.5 Dias e horários para entrega: Dias úteis, das 9h às 16h</p> <p>3.1.1.6 Necessidade de agendamento: SIM.</p> <p>3.1.1.7 Setor responsável por recepcionar os bens: <i>Coordenação de almoxarifado</i></p> <p>3.1.1.8 Telefone e e-mail para contato: (71) 3103-0123/ 3103-0126 e almoxarifado@mpba.mp.br</p> <p><b>3.1.2 REGRAS E/OU TIPOS DE EMBALAGEM DO(S) BEM(NS):</b>  <i>Os bens deverão ser entregues armazenados em embalagens adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação e uso. As embalagens deverão conter os dados de identificação do produto e marca do fabricante.</i></p> <p><b>3.1.3 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:</b> Não se aplica</p>
3.2 PRAZO DE VALIDADE DOS BENS ADQUIRIDOS	3.2.1 Não se aplica (não há necessidade de verificação de validade).
3.3 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO	<p>3.3.1 Garantia <u>legal</u> para todos os itens, conforme prazos e condições definidos no Código de Defesa do Consumidor - CDC.</p> <p>3.3.1.1 A contagem da garantia legal começará a partir do recebimento definitivo dos bens.</p>
3.4 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	3.4.1 Vedada a subcontratação.
3.5 RECEBIMENTO DO OBJETO	3.5.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 05 dias corridos, contados da entrega dos bens.
	3.5.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.
	3.5.3 PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE BEM(NS) REJEITADO(S): 10 dias corridos
	3.5.4 DEMAIS REGRAMENTOS:





	<p><b>3.5.4.1 O MPBA</b> rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p><b>3.5.4.2</b> Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo indicado no item 3.5.3, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade, quando cabível.</p> <p><b>3.5.4.3</b> O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis previstos em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 3.5.2.</p> <p><b>3.5.4.4</b> O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade do Fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao MPBA, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>
<b>3.6 ABRANGÊNCIA DOS PREÇOS CONTRATADOS</b>	<p><b>3.6.1 Os preços contratados englobam todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento da contratação</b></p> <p><b>3.6.1.1</b> Englobam, exemplificativamente, todos os custos com pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, serviços acessórios, taxas, alvarás, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p>
<b>3.7 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO</b>	<p><b>3.7.1 EM PARCELA ÚNICA</b>, após entrega e recebimento total dos bens previstos em cada nota de empenho.</p>
<b>3.8 PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b>	<p><b>3.8.1</b> Para fins de faturamento e pagamento, deverá o fornecedor, dentro da periodicidade prevista no item 3.7, apresentar nota fiscal e certidões de regularidade cabíveis, após a entrega de todos os bens previstos em autorização de fornecimento de material (AFM) e/ou nota de empenho.</p> <p><b>3.8.1.1</b> Demais documentos exigidos para faturamento: Não se aplica</p> <p><b>3.8.2</b> Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, desde que não haja pendência a ser regularizada a cargo do fornecedor.</p> <p><b>3.8.2.1</b> Anteriormente ao pagamento, o MPBA realizará consulta à situação de regularidade e idoneidade do fornecedor e verificará, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação previstas neste termo de referência.</p> <p><b>3.8.2.2</b> Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, a contagem do prazo para pagamento ocorrerá a partir da data aquela na qual foi realizada a respectiva regularização.</p> <p><b>3.8.3</b> As notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.</p> <p><b>3.8.4</b> O MPBA realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.</p> <p><b>3.8.5</b> Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor, preferencialmente em banco de movimentação oficial de</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

recursos do Estado  
da Bahia;

3.8.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2, e seus subitens.

3.8.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MPBA.

### 3.9 REAJUSTAMENTO

3.9.1 Índice oficial para o cálculo da variação de preços: INPC/IBGE

3.9.2 A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.

3.9.3 Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.

3.9.4 Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de fornecimento formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.

3.9.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### 3.10 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

#### 3.10.1 OBRIGAÇÕES GERAIS

3.10.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes neste instrumento, nos locais, dias e/ou turnos determinados pelo MPBA (caso aplicável), não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

3.10.1.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.10.1.2 Prestar diretamente os fornecimentos ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;

3.10.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos fornecimentos objeto deste instrumento, assumindo exclusiva responsabilidade pela completa e eficiente consecução do objeto contratual;

3.10.1.4 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste termo de referência e em eventuais legislações aplicáveis;

3.10.1.5 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.10.1.6 Emitir notas fiscais de acordo as regras deste instrumento e com a legislação vigente,



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

contendo descrição

do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas notas fiscais, conforme os comandos legais específicos;

3.10.1.6.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) pelo fornecedor;

3.10.1.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver) o valor correspondente aos danos sofridos;

3.10.1.8 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de substituição ou adequação de bens que não tenham sido entregues em conformidade com as condições deste instrumento ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando a substituição, sem ônus para o MPBA;

3.10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.10.1.10 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização e gestão contratual;

### **3.10.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

**NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.



<p><b>3.11 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</b></p>	<p><b>3.11.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</b></p> <p>3.11.1.1 Prestar as informações necessárias para que o Fornecedor possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.11.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução da contratação, nos termos e condições previstos neste instrumento;</p> <p>3.11.1.3 Permitir o acesso do Fornecedor às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução das entregas e eventuais serviços acessórios;</p> <p>3.11.1.4 Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.11.1.5 Fornecer ao Fornecedor, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento;</p> <p>3.11.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, observado o disposto no art. 123 da lei federal nº 14.133/2021.</p> <p><b>3.11.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):</b></p> <p><b>NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS</b>, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</p>
<p><b>3.12 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</b></p>	<p><b>3.12.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</b></p> <p>3.12.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.12.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.12.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega/execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.12.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.12.1.2.3 Promover a verificação dos fornecimentos efetuados, subsidiando o gestor de contrato com informações para a habilitação para pagamentos;</p> <p>3.12.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MPBA, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.12.1.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.12.1.2.6 Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua</p>



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

competência.

3.12.1.3 A fiscalização e a gestão contratual, pelo MPBA, não desobrigam o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.12.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MPBA, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.

3.12.1.4 O MPBA poderá recusar, sustar e/ou determinar a devolução de bens que não estejam sendo ou não tenham sido fornecidos de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.12.1.4.1 Qualquer bem ou serviço acessório considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído/refeito pelo fornecedor, às suas expensas;

3.12.1.4.2 A não aceitação de algum bem ou serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega/execução, salvo expressa concordância do MPBA.

3.12.1.5 Para fins de gestão e fiscalização, o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente instrumento.

3.12.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

### 3.12.2 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.12.2.1 O fornecedor sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.12.2.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor que:

3.12.2.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.2.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.12.2.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.2.2.4 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.2.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.12.2.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.2.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.2.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.2.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.2.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



## TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA ELETRÔNICA AQUISIÇÕES

3.12.2.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.12.2.3.1 Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.12.2.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

3.12.2.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.12.2.2.5 a 3.12.2.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.12.2.2.2 a 3.12.2.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

### 3.12.3 DAS MULTAS:

3.12.3.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3.12.3.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.12.3.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.12.3.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.12.3.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.12.3.2.12 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.12.3.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.12.3.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.12.3.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.12.3.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.12.3.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.12.3.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.12.3.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;


3.12.3.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

### 3.13 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme formulários de informações orçamentárias anexos ao expediente de contratação.



**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO  
DESTE DOCUMENTO:**

<b>MATRÍCULA:</b> 354915	<b>NOME DO SERVIDOR:</b> Eliana Lima Rodrigues dos Santos	<b>INSERIR ASSINATURA DIGITAL:</b>  <div> Documento assinado digitalmente <b>ELIANA LIMA RODRIGUES DOS SANTOS</b> Data: 19/09/2025 10:10:48-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a></div>
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b> Coordenação de Almoxarifado		



APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	CÓDIGO PDM com descrição*	CÓDIGO CATMAT com descrição*
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	Unidade	50	PDM: 1581 - Bandeira Institucional	441697 Bandeira Institucional Material: Poliéster Comprimento: 130 CM Largura: 90 CM Cor: De Acordo Projeto Características Adicionais: Dupla Face Representação: Diversas
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	Unidade	40	PDM: 12550 - Tapete De Borracha	329019 - Tapete De Borracha Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M Aplicação: Piso Características Adicionais: Trama Vinil/Personalizado Bicolor/Fundo Azul-Mari-

PARAMETRIZAÇÃO ENTRE OBJETO E CÓDIGO(S) CATMAT INFORMADO(S) - DIVERGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

A) ITENS SEM DIVERGÊNCIA (SE HOVER):

B) INDICAR DIFERENÇAS PARA OS ITENS DIVERGENTES (PORMENORIZAR POR ITEM LICITADO):

ITEM 1 – no CATMAT não tem a informação “ para hasteamento em mastro, para uso externo” que consta na nossa descrição

ITEM 02 – no CATMAT a medida é diferente “ Comprimento: 2,00 M Largura: 1,20 M” , a cor tem difere no CATMAT “Bicolor/Fundo Azul-Mari-” em nossa descrição “a cor grafite”; O material em nossa descrição é fibra e no CATMAT é borracha

**ATENÇÃO:**

**PARA ITENS DIVERGENTES, DEVERÃO SER CONSIDERADAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NA COLUNA “DESCRIÇÃO DO BEM”, EM PREJUÍZO DOS CÓDIGOS CATMAT.**



## **APENSO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS**

Item 1 BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira.

Item 2 TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, a logomarca deverá estar centralizada no tapete; tapete em fibra de vinil; antiderrapante; antifungos; antichamas; lavável; alta resistência; especial para retenção de sujeira; base lisa/sólida; sem barras laterais; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm. OBSERVAÇÕES: 1 - a seguir modelo da logomarca a ser inserida nos tapetes; 2 - será admitida uma variação percentual de +/-10% (mais ou menos dez por cento) nas dimensões.

Conforme respectivos modelos anexos:

Item 1

Item 2



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



# Aviso de Contratação Direta nº 201/2025

Última atualização 22/09/2025

**Local:** Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**Unidade compradora:** 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

**Modalidade da contratação:** Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

**Modo de disputa:** Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não **Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 22/09/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 22/09/2025 12:13 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 26/09/2025 08:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 04142491000166-1-000270/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Dispensa 90058 - Aquisição de tapete e bandeira para o Ministério Público do Estado da Bahia.

## VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 18.100,00

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Bandeira Institucional material: poliéster, comprimento: 130, largura: 90, cor: de acordo projeto, características adicionais: dupla face, representação: diversas	50	R\$ 170,00
2	Tapete De Borracha comprimento: 2,00, largura: 1,20, aplicação: piso, características adicionais: trama vinil/personalizado bicolor/fundo azul-marí	40	R\$ 240,00

Exibir: 5

1-2 de 2 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.



É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

# Dispensa de licitação eletrônica nº 90058/2025

---

**Processo nº:**

19.09.02345.0013911/2025 03

**Tipo:**

Dispensa de Licitação

**Data:**

segunda-feira, Setembro 22, 2025 12:15

**Objeto:**

Aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições estabelecidas neste aviso e seus anexos.

**Fundamentação legal:**

Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

**Envio de Propostas de Abertura:**

UASG 926302

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Data e hora da fase de lances: dia 26/09/2025 a partir das 08:00 horas (Horário de Brasília - DF).

ID PNCP 04142491000166-1-000270/2025

**Informações gerais:**

Unidade Gestora do Recurso 40.101/0003 – Diretoria Administrativa

**Arquivos:**

Aviso de contratação e seus anexos



Publicidade (PNCP)



NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ ATIVIDADE
RAFAEL TRINDA- DE DA SILVA	354154	BOM JESUS DA LAPA – 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CON- NERNTE À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 910, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.00938.0006839/2025-91, resolve CONCEDER a gratificação por serviços especiais à servidora relacionada abaixo, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ ATIVIDADE
MÁRCIA MARIA SEI- XAS DE MAGALHÃES	352197	BOM JESUS DA LAPA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CON- NERNTE À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 964, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.00852.0009363/2022-40, resolve CONCEDER a gratificação por serviços especiais à servidora relacionada abaixo, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ ATIVIDADE
JULIANA RIBEI- RO ARAÚJO	354.847	SIMÕES FILHO	SUPERVISÃO TÉCNICA DE SECRETARIAS PROCESSUAIS E ADMINISTRATIVAS

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 970, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 2º, IV, da Lei Complementar nº 11/96, com fundamento nos Arts. 6º e 7º da Lei Estadual nº 14.634/2023, e nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 14.634/2023 e Decreto Estadual nº 22.885/2024:

I - Andreza Ribeiro Lima;

II - Carina dos Santos Pereira;

III - Christian Heberth Silva Borges;

IV – Monica Fabiane da Silva Sobrinho.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 2º Designar os Agentes de Contratação acima nominados para atuarem como Pregoeiros, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 3º No processo licitatório será indicado o Agente de Contratação responsável pela sua condução e demais atos subsequentes.

Parágrafo único. Em caso de impedimento do Agente indicado, este será substituído por qualquer um dentre os designados no artigo 1º.

Art. 4º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Contratação deste Ministério Público do Estado da Bahia, na qualidade de membros titulares:

I - Monica Fabiane da Silva Sobrinho;

II - Carina dos Santos Pereira;

III - Christian Heberth Silva Borges;

IV - Andreza Ribeiro Lima;

§ 1º. A comissão de contratação, que será indicada em cada procedimento e será composta por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos, escolhidos dentre os servidores designados neste artigo.

§ 2º Na Ausência da presidente, a Comissão de Contratação será presidida por um dos demais membros, indicados neste artigo.

Art. 5º Designar as servidoras Fernanda da Costa Peres Valentim e Paula Souza de Paula Marques para membro suplente da Comissão Permanente de Contratação.

Art. 6º Designar como membros da equipe de apoio aos Agentes de Contratação os servidores listados no artigo 1º.

Art. 7º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Nº 1872, de 12 de junho de 2024.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

---

## SECRETARIA GERAL

---

ATO Nº 207, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições previstas nos arts. 15, XLII, e 166 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 77817/2025, CONSIDERA SUSPENSAS AS FÉRIAS da Promotora de Justiça JULIANA ROCHA SAMPAIO, no dia 12/3/2025, por necessidade do serviço, remanejando para gozo oportuno.

Eu, Luís Alberto Vasconcelos Pereira, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 208, DE 17 DE MARÇO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto nos artigos 15, incisos V e VI e 268, §1º, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e com o Ato nº 554, de 22 de julho de 2024, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 77843/2025, NOMEIA a Promotora de Justiça PAOLA ROBERTA DE SOUZA ESTEFAM, para exercer, interinamente, o cargo de Coordenador de Promotoria de Justiça Regional, durante os períodos de 17/2/2025 a 26/2/2025 e de 9/3/2025 a 18/3/2025.

Eu, Luís Alberto Vasconcelos Pereira, Secretário-Geral Adjunto, subscrevi.

Salvador, 17 de março de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

volvimento de Pessoas, da Diretoria de Gestão de Pessoas, por meio Sistema Eletrônico de Informações – SEI, preferencialmente através do mesmo processo em que foi formulado o requerimento de inscrição, em caso de dúvidas, devendo entrar em contato pelo tel. 71 3103-0324.

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2175, 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.01495.0002515/2024-76, resolve REVOGAR a gratificação por serviços especiais da servidora relacionada abaixo, a partir de 05/05/2025, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ATIVIDADE
AGDA EOLAYA MASCA- RENHAS DA CUNHA	355.401	MAIRI – SECRETA- RIA PROCESSUAL	CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2176, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.01495.0002515/2024-76, resolve CONCEDER a gratificação por serviços especiais ao servidor relacionado abaixo, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ATIVIDADE
JOÃO CARLOS SAN- TOS DA SILVA	355.688	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA	CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2189, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 12.607, de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações, regulamentada pelo Ato Normativo nº 6, de 18 de março de 2013, e em atenção ao procedimento SEI nº 19.09.00859.0012168/2025-22, resolve CONCEDER a gratificação por serviços especiais à servidora relacionada abaixo, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	GRATIFICAÇÃO/ATIVIDADE
STEFANNE MATOS SANTANA DE ANDRADE	355.387	DTI – APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONCERNENTE À EXECU- ÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2190, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 2º, IV, da Lei Complementar nº 11/96, com fundamento nos Arts. 6º e 7º da Lei Estadual nº 14.634/2023, e nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei nº 14.133/2021,

RESOLVE



Art. 1º Modificar a composição disposta nos artigos 1º e 4º da Portaria nº 970 de 17 de março de 2025, fazendo constar, além dos servidores já mencionados nesta, a servidora Maria Lorena de Lima Fernandes, sem prejuízo das atribuições laborais em sua respectiva unidade de lotação, para atuar como Agente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 14.634/2023 e Decreto Estadual nº 22.885/2024.

Art. 2º Designar o Agente de Contratação acima nominado para atuar como Pregoeiro, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 3º As demais disposições da Portaria nº 970 de 17 de março de 2025 permanecem inalteráveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

#### DECISÕES EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:

PROCEDIMENTO SEI Nº 19.09.40816.0010616/2025-81. Interessado: LUAN AUGUSTO VALETE. Assunto: Gratificação por Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral – RTI. Decisão: Deferido.

PROCEDIMENTO SEI Nº 19.09.02135.0029660/2024-78. Interessado: ROGER LUIS SOUZA E SILVA. Assunto: Licença-prêmio. Decisão: Deferido.

---

### SECRETARIA GERAL

---

#### ATO Nº 363, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o disposto nos artigos 15, incisos V e VI e 268, §1º, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e com o Ato nº 576, de 1º de agosto de 2024, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 80357/2025, NOMEIA o Promotor de Justiça, GEORGE ELIAS GONÇALVES PEREIRA, para exercer, interinamente, o cargo de Coordenador de Promotoria de Justiça Regional, durante os períodos de 25/6/2025 a 27/6/2025, 30/6/2025 a 1º/7/2025 e de 3/7/2025 a 4/7/2025.

Eu, Ana Paula Coité de Oliveira, Secretária-Geral em exercício, subscrevi.

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

#### EDITAL Nº 1597, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o artigo 2º-A, §5º, do Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 78082/2025, TORNA PÚBLICA A AUSÊNCIA DE INSCRITOS, nos termos do EDITAL Nº 1449/2025, publicado na edição do DJE de 20/5/2025, para exercício das funções do Ministério Público, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, em ALAGOINHAS - 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA.

Eu, Ana Paula Coité de Oliveira, Secretária-Geral em exercício, subscrevi.

Salvador, 23 de maio de 2025.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES  
Procurador-Geral de Justiça

#### EDITAL Nº 1598, DE 23 DE MAIO DE 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no art. 15, X, “e”, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, em conformidade com o Ato Normativo nº 1, de 10 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 78082/2025, TORNA PÚBLICA a abertura de prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do dia imediato ao da publicação deste edital, para que os Promotores de Justiça se habilitem, querendo, a exercer as funções do Ministério Público abaixo indicadas, durante o período de 14/7/2025 a 23/7/2025, cumulativamente com as atribuições que já exerçam, firmando o compromisso de conciliar as atuações cumulativas, sem prejuízo da possibilidade de revogação da designação, a qualquer tempo, a critério da Administração:



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

**Sessão Pública aberta em 26/09/2025 às 08:00 no sistema eletrônico de licitações.**

Na data e hora marcados o sistema iniciou a disputa de lances automaticamente.

Após o encerramento da disputa de lances a Agente de Contratação iniciou a convocação das empresas classificadas em primeiro lugar para apresentação das propostas ajustadas, bem como das declarações exigidas em conjunto com a proposta.

Foram convocadas as seguintes empresas:

Item 1) N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ nº 79.034.153/0001-00;

Item 2) CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ nº 43.296.980/0001-24;

Considerando que os valores estavam abaixo dos valores orçados, a Agente de Contratação não realizou a negociação.

A empresa N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ nº 79.034.153/0001-00, no item 1, não enviou a proposta ajustada e por esse motivo foi desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.

A empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ nº 43.296.980/0001-24 encaminhou a proposta ajustada e os demais documentos em sistema dentro do prazo informado.

Assim, a Agente de Contratação suspendeu a sessão para continuidade no dia 29/09/2025 às 14h00min.

Junta-se a seguir os documentos da empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ nº 43.296.980/0001-24, que serão encaminhados para análise da área técnica, conforme se segue:

- a) Proposta ajustada;
- b) ficha técnica do item 2;

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 26/09/2025, às 16:36, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1718857** e o código CRC **8582235F**.

A

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Ref: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90058/2025

Proposta Comercial

Dados do Fornecedor:

CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

CNPJ: 43.296.980/0001-24 Inscrição Estadual: 91025330-19

Endereço: Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130 Curitiba/PR

Telefone (41)3248-8191 ramal 7515 WhatsApp: (41) 98450-0287 - contato: Lenita Santos

E-mail: licitacao@euromats.com.br

Dados Bancários:

Dados do representante legal: JEAN CLEVERSON CAVALHERI - CPF/MF

Apresentamos nossa proposta:

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	40	Euromats / capacho	R\$ 178,71	R\$ 7.148,40

Valor Total: R\$ 7.148,40 (sete mil cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos)

Curitiba 26 de setembro de 2025

CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE  
TAPETES E CAPACHOS  
LT  
2025.09.26 14:59:49 -03'00'

JEAN CLEVERSON CAVALHERI

CPF

A proponente **DECLARA**, ainda, sob as penas da lei:

- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.
- Que, em atendimento ao artigo 3º da Resolução nº 37/2009 do CNMP, não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

**Prazo de entrega:** 20 dias corridos

**Local de entrega:** Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA-AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange (São Cristóvão), 1.559, Galpão 10, Salvador/BA, CEP: 41.505-220

licitacao@euromats.com.br

Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel, Curitiba-PR CEP: 80420-130



# EuroMats.

São 25 anos de esforços que fizeram a empresa se tornar uma indústria e alcançar um nível nacional de personalização de tapetes e capachos.

Os tapetes personalizados tornaram-se parte essencial da sociedade pois tem como características a proteção contra bactérias, proteção de pisos, entradas e espaços públicos e privados.

## Atributos da Empresa.

Formal.  
Criativa.  
Profissional.  
Inovadora.  
Moderna.  
Dinâmica.

## Nossos Produtos.

Tapetes e Capachos Personalizados  
Tapetes Liso  
Tapetes Sanitizante  
Tapetes Secante.

Bobinas  
Chinelos  
AquaMat  
EuroSoap.

Kit Cozinha  
Jogo Americano  
Escorredor de Louças  
Capachos para Banheiro.

 0800 600 8191

 [www.euromats.com.br](http://www.euromats.com.br)



# Nossa Fábrica

- Vendas em todo território nacional;
- Vendas no Atacado;
- Industria Localizada em Curitiba Paraná.

## Contatos

☎ 0800 600 8191

☎ 41 3073-0298

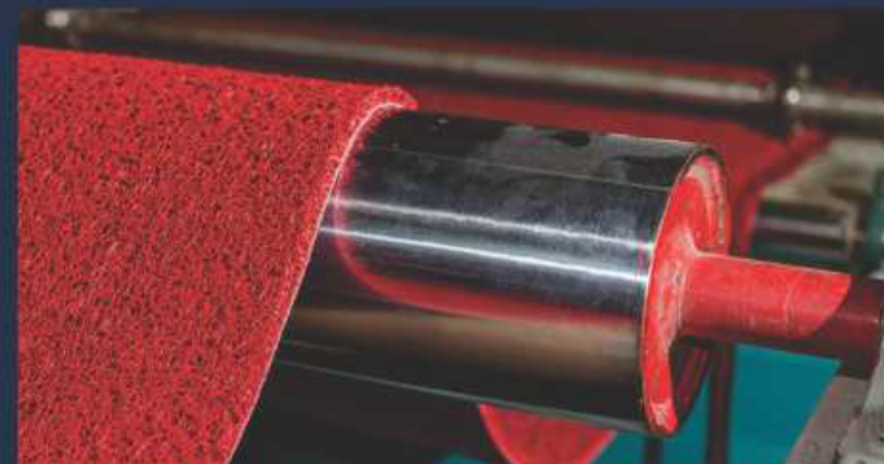
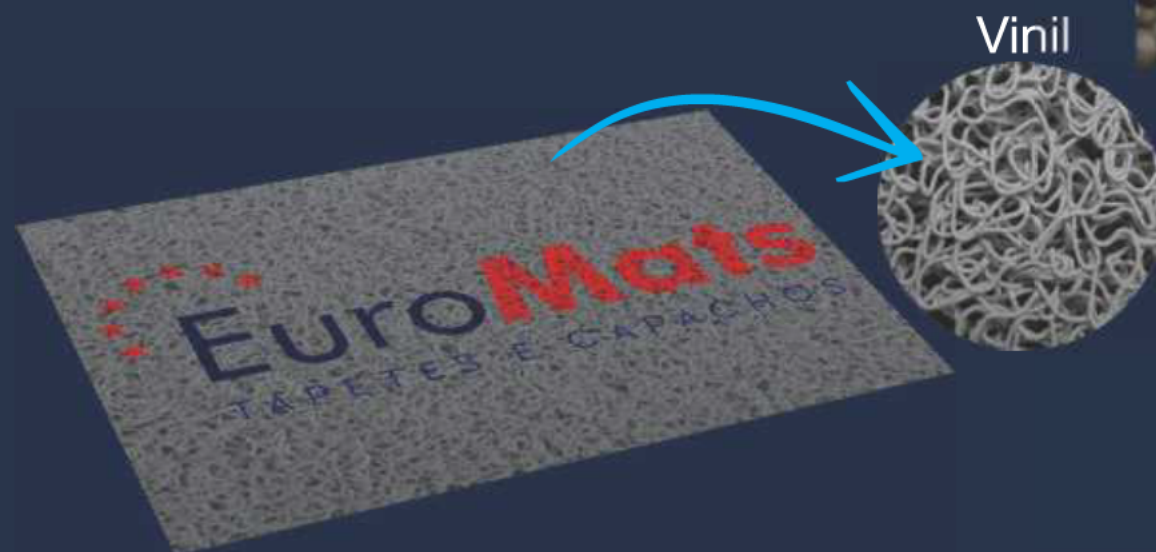
☎ 3003-8410

☎ 41 99861-1071

✉ contato@euromats.com.br

🌐 www.euromats.com.br

📍 Rua Santo Antonio Tortato 251,  
Barracão A - Umbára - Curitiba - PR













# TABELA DE CORES

 <b>Branco</b>	 <b>Azul Bebê</b>	 <b>Verde Água</b>	 <b>Amarelo</b>	 <b>Rosa Bebê</b>	 <b>Bege</b>
 <b>Prata</b>	 <b>Azul Náutico</b>	 <b>Azul Griffe</b>	 <b>Amarelo Kodak</b>	 <b>Pink</b>	 <b>Ouro</b>
 <b>Cinza</b>	 <b>Azul Royal</b>	 <b>Verde Limão</b>	 <b>Laranja</b>	 <b>Lilás</b>	 <b>Marrom</b>
 <b>Grafite</b>	 <b>Azul Marinho</b>	 <b>Verde Bandeira</b>	 <b>Vermelho</b>	 <b>Roxo</b>	
 <b>Preto</b>	 <b>Pantone 321C</b>	 <b>Verde Musgo</b>	 <b>Bordô</b>		

## **TAPETE PERSONALIZADO**

---

O Tapete Capacho de fibra de vinil, cria uma barreira de contenção de sujeira, fungos, o mesmo pode ser lavado com água e sabão neutro, tapete personalizado com tinta resinada para maior durabilidade.

Tapete em fibra de vinil sintética, isento de FTALATO, costado sólido de borracha PVC antiderrapante, com espessura mínima de 10mm na parte central, peso mínimo de 4 quilos/m<sup>2</sup>, inibe formação de fungos, não propaga chamas, resistente a água, eficiência na retenção de sujeira, fácil manutenção e limpeza. Com opção de borda pintada de no mínimo 3cm em todas as laterais. Aplicação de logotipo de acordo com a tabela de cores que disponibilizamos. Para bordas rebaixadas (perfil anti-tropeço) caso seja solicitadas a mesma é feita um rebaixo da própria trama do tapete em 2,5cm em cada laterais.

Capachos com largura superior a 1,20m de largura, terão emendas no verso da manta e reforço com fita bagun para garantir a durabilidade do mesmo.

## **FABRICAÇÃO**

- Fibra de Vinil Sintética
- Espessura 5mm até 14mm
- Base emborrachada PVC antiderrapante
- Antichamas, antifungos e retenção de sujeira.
- Peso médio por m<sup>2</sup> 4kg
- Borda rebaixada caso solicitada com 2,5cm em cada laterais.
- Fabricação Própria Nacional

CNPJ: 29.432.229/0001-87 - [www.euromats.com.br](http://www.euromats.com.br)

Rua Santo Antônio Tortato, 251 - Barracão A - Umbará - CEP:81940-452

### Descrição:

Produto constituído de vinil entrelaçado, com um costado sólido também de vinil (tramas inseridas/fundidas com o costado).

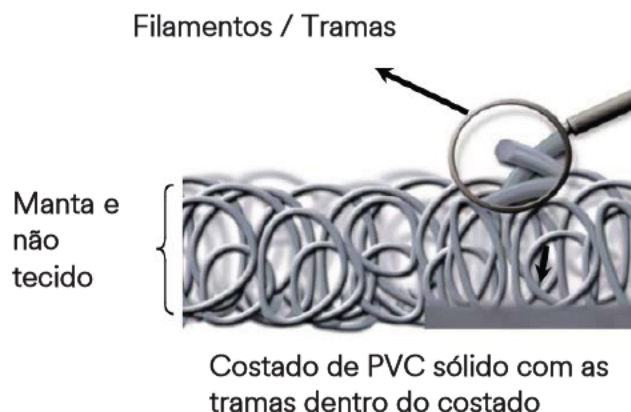
**Utilização:** O capacho de polívilica (PVC) tem como principal utilização servir como barreira de contenção de sujeiras, principalmente nas entradas. Isto impede que a sujeira seja “carregada” para o interior do ambiente. Funciona como um excelente auxiliar na manutenção de pisos no sentido de prolongar sua durabilidade e diminuir os custos com manutenção e limpeza.

**Personalização:** Fortaleça a presença de sua marca através de tapetes personalizados.

**Cor:** Conforme paletas de cores para mantas e Manual de Identidade Visual para personalização

### Características Especiais:

- Além de servir como uma barreira de contenção de sujeiras, também pode ser personalizado processo possibilita a inserção de imagens, textos e logotipo no tapete.
- Como barreira de contenção de sujeiras, retém, segura e esconde principalmente as partículas sólidas pelo simples caminhar. Desta forma, mantém o ambiente interior limpo por mais tempo e prolonga a vida útil dos acabamentos de pisos, reduzindo o consumo de água e produtos químicos na limpeza e tratamento de piso.
- É lavável (com água e detergente neutro) e antiderrapante.
- Tapete composto de um costado sólido (não espumado) de vinil e filamentos de vinil entrelaçados. Os filamentos são fixados no costado por fusão térmica durante o processo de produção, ou seja, ficam inseridos no costado do tapete (não colado), o que garante maior resistência no manuseio e uso do tapete.
- Pode ser personalizado por impressão ou pintura.
- Produto totalmente reciclável (PVC).



1. Limpe a área onde o tapete será instalado. Remova toda gordura, óleo, água, escombros, etc. Utilize um produto químico de limpeza adequado à condição do piso.
2. Deixe o piso secar antes da instalação do tapete.  
**Limpeza:**  
É importante seguir estas orientações cuidadosamente para atingir uma ótima performance do produto, além de serem necessárias para a garantia aplicável.

**Propriedades Físicas:**

Largura: 1,20m ASTM-D418-68

Não propaga chama: Inflamabilidade ASTM 2859;

**ATENÇÃO:** as medidas físicas do tapete são caracterizadas antes do mesmo ser embalado. Após isso, é natural que o produto sofra variações de especificação, normalmente relacionadas ao amassamento e temperatura. Essas variações são recuperadas na personalização ou uso regular do tapete. Caso haja interesse em fazer as medições, recomenda-se sempre fazer o condicionamento prévio do produto (abrir em uma superfície plana e deixar que absorva um pouco de calor por um curto período de tempo).

**Alto Tráfego**

5mm - recomenda para ambiente com até 1.000 pessoas/dia.

10mm - recomenda para ambiente com até 3.500 pessoas/dia.

12mm - recomenda para ambiente com até 4.000 pessoas/dia.

14mm - recomenda para ambiente com tráfego acima de 4.000 pessoas/dias ou ambiente industrial (fornecimento somente por bobina nas cores preto/gafite/cinza)

**NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.**

Rebaixamento da borda mediante solicitação para atendimento a legislação de acessibilidade. Rebaixamento 2,5cm na manta do capacho, garantindo maior durabilidade e aderência as normas legais. (confeção de perfil anti-tropeço incorporado a manta vinílica)

**Resistência Química**

Água: Excelente

Água + Álcool Etilico (50%): Boa

Solventes Hidrocarbonetos: Ruim

Óleo Vegetal e/ou Animal: Ruim

Ácido Sulfúrico e outros ácidos: Ruim

Gasolina: Ruim

Compostos glicerizados, oleosos ou aquosos: Ruim

**Preparação para Instalação:**

**Nota:** Não instale o tapete caso ele não esteja reto. Deixe-o descansar por 24 horas.

**Fabricação Própria Nacional**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 29/09/2025 às 14:00 no sistema eletrônico de licitações.

A agente de Contratações abriu a sessão convocando a 2ª empresa classificada pra o item 01 - BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03, para apresentação da proposta ajustada, declaração do CNMP e comprovação de exequibilidade da proposta tendo em vista o preço ofertado inferior a 50% do orçado pela Administração.

Findo o prazo de duas horas, a empresa encaminhou os documentos solicitados que serão encaminhados para análise da área técnica.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno agendado para o dia 01/10/2025 às 09h30min.

Junta-se os documentos da empresa BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03, conforme se segue:

- a) Proposta ajustada;
- b) Comprovação de exequibilidade da proposta (planilha de custos);
- c) Catálogo;

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 29/09/2025, às 16:27, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1720632** e o código CRC **D9AE50E1**.



**BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA**  
Rua: 8, 1405, Santa CRUZ, RIO CLARO - SP CEP: 13500-210  
Telefone: 19 3024-2444 / 11 94203-5599  
CNPJ: 00.295.234/0001-03 IE: 587.092.306.113 IM: 16929  
Email: [angela@bandeirasonline.com.br](mailto:angela@bandeirasonline.com.br) Site: <https://www.bandeirasonline.com.br>

Ao Órgão 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA. Dispensa N° 2012025. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	R\$ Unitário	Valor Total (R\$)
1	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster , acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m.	UN.	50	R\$ 78,00	R\$ 3.900,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 3.900,00

<b>Dados Comerciais:</b> Banco: 001 - Banco do Brasil [REDACTED]	Validade da proposta: 120 dias Prazo de entrega: conforme edital/ termo de referência Prazo para pagamento: conforme edital/ termo de referência Prazo de garantia: 90 dias.
--	---

#### Observações:

A proponente DECLARA, ainda, sob as penas da lei:

- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.
- Que, em atendimento ao artigo 3º da Resolução no 37/2009 do CNMP, não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

Rio Claro, 29 de setembro de 2025.

**Representante Legal**



**BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA**

**Rua:** 8, 1405, Santa CRUZ, RIO CLARO - SP **CEP:** 13500-210

**Telefone:** 19 3024-2444 / 11 94203-5599

**CNPJ:** 00.295.234/0001-03 **IE:** 587.092.306.113 **IM:** 16929

**Email:** angela@bandeirasonline.com.br **Site:** https://www.bandeirasonline.com.br

TIAGO PAVAO MENDES

RG:

[REDACTED]

CPF:

1 [REDACTED]



**BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA**  
Rua: 8, 1405, Santa CRUZ, RIO CLARO - SP CEP: 13500-210  
Telefone: 19 3024-2444 / 11 94203-5599  
CNPJ: 00.295.234/0001-03 IE: 587.092.306.113 IM: 16929  
Email: [angela@bandeirasonline.com.br](mailto:angela@bandeirasonline.com.br) Site: <https://www.bandeirasonline.com.br>

Ao Órgão 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA. Dispensa N° 2012025. Apresentamos nossa planilha de custos.

	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL %	Valor Total (R\$)
1	Custos Diretos (compra/produção)	72%	R\$ 56,16
2	Custos Indiretos	9%	R\$ 7,02
3	Lucro	10%	R\$ 7,80
4	Tributos	9%	R\$ 7,02
5	C.1. Tributos Federais (especificar)	0%	R\$ 0,00
6	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	R\$ 0,00
7	C.3. Tributos Municipais (especificar)	0%	R\$ 78,00
7	Quantidade Total		50
VALOR POR UNIDADE DE MEDIDA			R\$ 78,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA			R\$ 3.900,00

**Dados Comerciais:**

Banco: 001 - Banco do Brasil  
Conta: 87954-1  
Agencia: 0172-4

Validade da proposta: 120 dias

Prazo de entrega: conforme edital/ termo de referência  
Prazo para pagamento: conforme edital/  
termo de referência  
Prazo de garantia: 90 dias.

**Observações:**

Declaramos que estão incluídos no valor da proposta todos os tributos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando-o de quaisquer ônus por despesas decorrentes e que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das proposta Rio Claro, 29 de setembro de 2025.

Rio Claro, segunda-feira, 29 de setembro de 2025.

**Representante Legal**

TIAGO PAVAO MENDES

RG

CPF





# Quem somos?

Em atividade desde 1969,  
a Bandeiras Online é um dos empreendimentos pioneiros  
na fabricação de Bandeiras Oficiais no país.  
Atualmente sob o comando da segunda geração da família,  
a empresa está comprometida com a alta qualidade dos  
produtos e busca cada vez mais a excelência no  
atendimento aos clientes.

Nossos clientes podem contar com diversos canais de vendas:

loja virtual ([www.bandeirasonline.com.br](http://www.bandeirasonline.com.br))

whatsapp (11) 94203-5599  
(11) 94047-5413

departamento comercial (19) 3024-2444

[adm@bandeirasonline.com.br](mailto:adm@bandeirasonline.com.br)  
[angela@bandeirasonline.com.br](mailto:angela@bandeirasonline.com.br)

Estamos localizados em Rio Claro - SP  
Mas enviamos para todo Brasil e para o exterior.



# Missão, Visão e Valores

## Missão:

**"Produzir bandeiras oficiais com qualidade e precisão, representando com dignidade as instituições que nos confiam essa responsabilidade."**

## Visão:

**"Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela excelência na confecção de bandeiras."**

## Valores:

**"Qualidade, comprometimento, integridade e inovação."**



# Produtos e Serviços

## Bandeiras Oficiais de Alta Qualidade

Nossa empresa é especializada na confecção de bandeiras oficiais, atendendo às necessidades de diversas instituições com produtos de alta qualidade e durabilidade.

As bandeiras que mais se destacam em nosso portfolio incluem:

- Bandeira do Brasil
- Bandeiras Estaduais
- Bandeiras Municipais
- Bandeiras Militares

## Bandeiras Personalizados

Além da produção de bandeiras oficiais, oferecemos uma gama de serviços personalizados para atender às necessidades específicas de nossos clientes, incluindo o designer gráfico (arte).

## Manutenção de Bandeiras

Oferecemos aos nossos clientes o cuidado e manutenção das bandeiras, visando o aumento da durabilidade e redução de custo, pois, uma vez que o cliente faça a manutenção corretamente a bandeira terá uma vida útil muito maior.



# Características

**Todas as nossas bandeiras possuem o mesmo processo produtivo.**

**Tecido 100% Poliéster ou Poliamida Indasmalhaven, com aproximadamente 176 gr/m<sup>2</sup>.**

**Tralha com entretela de nylon com ilhoses inoxidáveis.**

**Estampa digital com maquinário de última geração.**

**Costuras reforçadas com linha de nylon.**

**Inoxidáveis.**

# Curiosidade

**Aproveitamos a oportunidade para compartilhar que orgulhosamente há 3 anos somos o fabricante da Bandeira do Brasil da Praça dos 3 Poderes, em Brasília, considerada a maior bandeira do mundo hasteada pelo livro dos recordes (280 m<sup>2</sup>).**

**Enfatizamos tal fato pois é sabido os rigorosos critérios de qualidade os quais nossa empresa é submetida e todas as nossas bandeiras são produzidas da mesma forma, com a mesma matéria-prima e excelência.**





# Fotos





# Fotos



**Para mais imagens e  
feedbacks, acesse nosso  
instagram  
@bandeirasonline**





# Durabilidade

**As bandeiras com tamanhos superior a 4,50 x 6,40 mts,  
duram cerca de 6 a 8 meses,  
podendo durar ainda mais fazendo as manutenções corretamente.  
Bandeiras com tamanho inferior duram até um ano.**



**Bandeirão de Brasília  
14x20m**



# Principais Clientes

- **Mega Atacadista**
- **Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (Bandeirão)**
  - **Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)**
- **Amaral Representações (representando a JBS Alimentos)**
- **DNP (Terraplenagem e Pavimentadora Foresto LTDA)**
  - **Grupo Aralco**
  - **Glapan (Mogi Guaçu, Campinas, Varginha.)**
  - **Friato Alimentos**
- **Atacadão (manutenção de todas as unidades do interior de SP.)**
  - **Centro Logístico de Rio Claro**
  - **Brazil Trading**
- **Prefeituras, Tribunais de Justiça, Polícia Militar/ Civil/ Federal, dentre outros diversos Órgãos Públicos.**



# Obrigado!

**Estamos à disposição para  
responder quaisquer perguntas.**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente à Coordenação de Almoxarifado, para análise e manifestação sobre a **aceitação ou rejeição técnica** do(s) documento(s) a seguir listado(s), apresentado(s) pelas empresas a seguir listadas, no que tange ao atendimento das especificações/exigências técnicas elaboradas por essa unidade:

### I. ITEM 01

EMPRESA: **BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ N.º 00.295.234/0001-03;**

DOCUMENTO(S):

- 1) **PROPOSTA DE PREÇOS (Doc. SEI nº 1721105);**
- 2) **COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (Doc. SEI nº 1721111);**
- 3) **CATÁLOGO (Doc. SEI nº 1721115);**

### II. ITEM 02

EMPRESA: **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24**

DOCUMENTO(S):

- 1) **PROPOSTA DE PREÇOS (Doc. SEI nº 1718917).**

Destacamos que a resposta dessa área deve fazer referência expressa a **todos** os documentos acima listados, pormenorizando o resultado da análise (aceitação ou rejeição) por item/lote e empresa, com indicação detalhada de motivos em caso de resposta negativa.

Ressaltamos que nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública promover **diligências** destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, inclusive para sanar dúvidas quanto à documentação apresentada pelos licitantes.

A vasta jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido a importância da diligência como instrumento de garantia do contraditório, da ampla defesa e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa, a área técnica deve avaliar a pertinência da realização ou não de diligências como boa prática, respeitando a observância dos princípios da isonomia, competitividade e eficiência.

Por fim, sinalizamos que o certame tem continuidade prevista para este **dia 01/10/2025, às 09:30 horas**.

Deste modo, fineza observar a viabilidade de resposta em tempo hábil para continuidade do feito pelo(a) Pregoeiro(a), sinalizando **antecipadamente** a eventual necessidade de dilação de prazo.

Neste sentido, observamos que, na hipótese de ausência de resposta em tempo hábil, o(a) Pregoeiro realizará, cautelarmente, a suspensão do certame, com remarcação para o primeiro dia útil subsequente em que houver disponibilidade de agenda, respeitada a antecedência legal mínima de 24 (vinte e quatro) horas entre o ato de remarcação e a nova data de continuação da sessão.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 29/09/2025, às 16:37, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1721119** e o código CRC **35162C03**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente a Coordenação de Licitações com análise e manifestação dos documentos apresentados, conforme solicitação conste no Despacho (1721119):

EMPRESA: BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ N.º 00.295.234/0001-03

ITEM 01: Em diligência esta Coordenação de Almoxarifado procedeu à análise dos documentos apresentados pelo fornecedor, tendo sido identificada uma dúvida quanto ao efetivo conhecimento das especificações técnicas detalhadas constantes no Apenso II do Termo de Referência, especialmente no que se refere aos seguintes aspectos:

"BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster composto por fios de alta resistência e com alto brilho, acabamento em linha de nylon de alta resistência, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m, a logomarca do Ministério Público deve ser costurada sobre o pano e a borda bordada (costura de pano sobre pano), tipo saco (pano dobrado) e dupla face. As características (cor e layout) devem respeitar os arquivos (anexo) com o descritivo da bandeira."

Observa-se que tais especificações, em especial as destacadas acima, não constam de forma explícita em nenhum dos documentos apresentados.

Dessa forma, solicita-se ao fornecedor que apresente documento complementar que comprove o pleno conhecimento das especificações técnicas detalhadas e sua viabilidade de execução, conforme disposto no Apenso II do Termo de Referência.

EMPRESA: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24

ITEM 02: Em diligência esta Coordenação de Almoxarifado verificou que o produto ofertado atende as especificações do termo de referência e a proposta (1718917) deverá ser aceita.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Maia Guimaraes Miranda** - Gestor Administrativo IV, em 30/09/2025, às 17:42, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1723170** e o código CRC **B772EEC5**.



## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 01/10/2025 às 09:30h.

Diante do despacho (documento SEI n.º 1723170), com relação ao item 01, a Agente de Contratação convocou a empresa BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TEXTÉIS LTDA, CNPJ N.º 00.295.234/0001-03, para, em sede de diligência, apresentar documento complementar que comprove o pleno conhecimento das especificações técnicas detalhadas e sua viabilidade de execução, conforme disposto no Apenso II do Termo de Referência, no prazo de 02 horas. Findo o prazo, a empresa não apresentou a documentação solicitada e por isso foi desclassificada com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.

Com relação ao item 2, a Agente de Contratação aceitou a proposta da empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24, em sistema, solicitando que a referida empresa encaminhasse os documentos de habilitação, no prazo de 02 horas. A empresa havia enviado os documentos de habilitação em 26/09/2025, no qual constavam dois documentos com o título de "atestado", entretanto, ao tentar abrir os arquivos, não foi possível, pois dava erro. Assim, antes do término do prazo, a empresa encaminhou os documentos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista antes do término do prazo concedido. A Agente de Contratação informou a empresa em chat que não conseguiu abrir os arquivos de atestado de qualificação técnica, mas consultou o SICAF e verificou que continha dois documentos de habilitação técnica que se referem a atestado de capacidade técnica.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno agendado para o dia 06/10/2025 às 09h30min.

Junta-se os documentos da empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24, para análise da área técnica, conforme se segue:

a) atestados de capacidade técnica;

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 01/10/2025, às 14:36, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1724257** e o código CRC **9A638968**.

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, forneceu para a MS BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.680.562/0001-70. O serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 15 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de 10 dias úteis. Período de 04/07/2025 a 16/07/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos, assim como em relação aos prazos pré- fixados para entrega dos mesmos.

Fazenda Rio Grande/PR, 08 de agosto de 2025



---

Pedro Cauê Da Rocha Maschio  
Representante Legal  
CNPJ: 36.680.562/0001-70



**F SERVIÇOS EM GERAL LTDA.**

**CNPJ 44.870.649/0001-39**

### **Atestado de Capacidade**

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.870.649/0001-39, estabelecida na Rua Senador Xavier da Silva, nº 488, Sala 206A, bairro Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP: 80530-060, Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, nos forneceu o serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 10 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de até 10 dias úteis. Período de 31/07/2025 a 08/08/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos.

Curitiba 14 de agosto de 2025



Documento assinado digitalmente  
**LEOMAR FREITAS PELISAO**  
Data: 14/08/2025 19:38:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA  
Leomar Freitas Pelisao

**Rua Senador Xavier da Silva, 488, Sala 206A, Centro Cívico, Curitiba/PR - 80530-060**  
**(41) 99636-0677 -**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente à setor, para análise e manifestação sobre a aceitação ou rejeição técnica do(s) documento(s) a seguir listado(s), apresentado(s) pela empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24, no que tange ao atendimento das especificações/exigências técnicas elaboradas por essa unidade:

### 1) DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a incluir:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica (Doc. SEI nº 1724639)

Destacamos que a resposta dessa área deve fazer referência expressa a todos os documentos acima listados, pormenorizando o resultado da análise (aceitação ou rejeição) para cada um deles, com indicação detalhada de motivos em caso de resposta negativa.

Ressaltamos que, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública promover **diligências** destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, inclusive para sanar dúvidas quanto à documentação apresentada pelos licitantes.

A vasta jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido a importância da diligência como instrumento de garantia do contraditório, da ampla defesa e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa, a **área técnica deve avaliar a pertinência da realização ou não de diligências** como boa prática, respeitando a observância dos princípios da isonomia, competitividade e eficiência.

Por fim, sinalizamos que o certame tem continuidade prevista para o/este dia **06/10/2025, às 09:30 horas**.

Deste modo, fineza observar a viabilidade de resposta em tempo hábil para continuidade do feito pelo(a) Pregoeiro(a), sinalizando antecipadamente a eventual necessidade de dilação de prazo.

Neste sentido, observamos que, na hipótese de ausência de resposta em tempo hábil, o(a) Pregoeiro realizará, cautelarmente, a suspensão do certame, com remarcação para o primeiro dia útil subsequente em que houver disponibilidade de agenda, respeitada a antecedência legal mínima de 24 (vinte e quatro) horas entre o ato de remarcação e a nova data de continuação da sessão.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 01/10/2025, às 14:41, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1724641** e o código CRC **CE44EAB0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 06/10/2025 às 09:30h.

Diante da ausência de análise e envio do processo pela área técnica, no horário agendado, a agente de contratação abriu a sessão informando em chat que a sessão foi suspensa e seu retorno agendado para 08/10/2025 às 09h30min.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 06/10/2025, às 09:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1730321** e o código CRC **64D49B49**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Retorne-se o presente expediente a Coordenação de Licitações com análise e manifestação dos documentos apresentados, conforme solicitação constata no Despacho (1724641):

EMPRESA: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ N.º 43.296.980/0001-24

ITEM 02

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA: O atestado (1724639) apresentado atende ao exigido no termo de referência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Maia Guimaraes Miranda** - Gestor Administrativo IV, em 06/10/2025, às 16:31, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1732003** e o código CRC **55E81D2E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 08/10/2025 às 09:30h.

No horário agendado a Agente de Contratação acessou o sistema do Compras Governamentais, entretanto, por motivos técnicos/operacionais o sistema estava indisponível. Assim, a Agente de Contratação suspendeu a sessão e marcou seu retorno para o dia 10/10/2025 às 09h30min.

Junta-se "*print*" da tela que confirma a inconsistência do sistema do Compras Governamentais.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 08/10/2025, às 11:41, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1735492** e o código CRC **C1366A92**.

Compras.gov.br - O maior site de compras do Brasil

Faça o Login no Compras.gov.br

comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp

Certidões Administrativas Cadastro Nacional de Empresas e Profissionais Diário da Justiça Eletrônica TABELA DE PRAZOS...



## Bem-vindo ao Compras.gov.br!

Estamos de cara nova, reunindo esforços para fornecer uma nova experiência aos nossos usuários.

Preencha as informações ao lado para entrar no sistema. Não tem acesso ao sistema? Clique na opção **Quero me Cadastrar**.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

### Inovações no módulo de Gestão de Riscos do Compras.gov.br

Novas funcionalidades possibilitam utilizar o mesmo mapa de riscos ao longo das fases do metaprocessos de contratação pública e assinatura eletrônica

Publicado em 05/08/2025

### Comunicado nº 27/25 - Volume reduzido de dados na API de Compras Públicas

As equipes técnicas já estão trabalhando para restabelecer os serviços.

Publicado em 31/07/2025

[Todas as Notícias](#)

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Acesse o sistema

Selecione o perfil

Problema no login? Caso o problema persista, clique aqui para nos informar.


Forneça o CPF

Forneça a senha

Alterar senha cadastrada

Deseja se cadastrar?

Pesquisar







## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 10/10/2025 às 09:30h.

No horário agendado, no item 01, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA, CNPJ n.º 59.314.564/0001-41, para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação, no prazo de 02 horas. Antes do término do prazo, a empresa solicitou a desclassificação no chat do sistema Compras Governamentais, entretanto, a Agente de Contratação informou que a empresa deveria encerrar a convocação para envio de anexo. Como a empresa não encerrou a convocação, no final do prazo, por ausência de envio de proposta, a empresa foi desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno será agendado para o dia 10/10/2025 às 14h00.

### Sessão Pública aberta em 10/10/2025 às 14:00h.

No horário agendado, no item 01, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS, CNPJ n.º 30.510.368/0001-60, para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação, no prazo de 02 horas. Antes do término do prazo, a empresa alegou que estava com dificuldade de acessar o portal do Compras Governamentais e enviar a documentação, solicitando um e-mail para envio dos documentos. Entretanto, a Agente de Contratação informou a empresa quer toda comunicação deve ser feita pelo chat do sistema e envio pela plataforma.

Findo o prazo, por ausência de envio de proposta, a empresa foi desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. A empresa também foi informada que a ausência de justificativa para o envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno será agendado para o dia 14/10/2025 às 09h30min.

### Sessão Pública aberta em 14/10/2025 às 09h30min.

No horário agendado, no item 01, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ n.º 53.365.489/0001-61, para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação, no prazo de 02 horas. Findo o prazo, por ausência de envio de proposta sem qualquer justificativa, a empresa foi desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. A empresa também foi informada que a ausência de justificativa para o envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno será agendado para o dia 17/10/2025 às 09h30min.

### Sessão Pública aberta em 17/10/2025 às 09h30min.

No horário agendado, no item 01, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n.º 18.111.373/0001-03, para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação, no prazo de 02 horas. Findo o prazo, por ausência de envio de proposta sem qualquer justificativa, a empresa foi desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. A empresa também foi informada que a ausência de justificativa para o envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno será agendado para o dia 17/10/2025 às 14h30min.

### Sessão Pública aberta em 17/10/2025 às 14h30min.

No horário agendado, no item 01, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72, para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação, no prazo de 02 horas. Findo o prazo, a empresa encaminhou a proposta que segue para análise da área técnica.

Por não haver mais tempo hábil, a sessão foi suspensa e seu retorno será agendado para o dia 21/10/2025 às 09h30min.

Junta-se a seguir os documentos da empresa COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72, conforme segue:

- a) proposta ajustada;
- b) atestados de capacidade técnica;

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 17/10/2025, às 15:54, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1739831** e o código CRC **B675CD5D**.



Cia das Bandeiras

CIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA.

END: RUA 44 ESQ. COM ARUANÃ Q. 35A L. 12D BAIRRO: JD. BELA VISTA AP. DE GOIÂNIA-GO

CEP: 74.912.160 TEL. 9 8164-2302

E-MAIL: [ciadasbandeiras@gmail.com](mailto:ciadasbandeiras@gmail.com)

IE: 10.941.536-1

IM: 3110093701



Proposta nº 146

## Proposta de Preços

A EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA DISP: 90058/2025 UASG:926302

It.	Unid.	Quant.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
01	Unid.	50	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster acabamento em linha de nylon, para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m.	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00

Valor total da proposta apresentada R\$ 8.500,00

A proponente **DECLARA**, ainda, sob as penas da lei:

a. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b. Que estão inclusos, nos preços propostos, todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

c. Que, em atendimento ao artigo 3º da Resolução nº 37/2009 do CNMP, não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

**Local de entrega:** Ministério Público do Estado da Bahia, situado à Rodovia BA 526, CIA-AEROPORTO, KM 12, Bairro Cassange (São Cristóvão), 1.559, Galpão 10, Salvador/BA, CEP: 41.505-220.

Validade da Proposta: 90 dias. Prazo de entrega: até 20 dias Prazo de pagamento: em até 30 dias após NF  
Marca dos Produtos: Cia das Bandeiras Fabricante: FABRICAÇÃO PRÓPRIA Garantia: 12 meses contra defeitos de fabricação

DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRASIL AGÊNCIA 1610-1 CONTA CORRENTE 140.143-2 FRETE: CIF

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA FIM DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E ASSINATURA DA ATA E OU CONTRATO**

**Nome completo:** Andréia do Nascimento Souza **CPF:** 021.179.571-29 **RG:** 4753627 SSP/GO  
**Nacionalidade:** Brasileiro **Cargo:** Administrador / Sócio **E-mail:** ciadasbandeiras@gmail.com  
**Telefone:** (62) 98164-2302 **Estado Civil:** casada

DATA: 17/10/2025

ANDREIA DO  
NASCIMENTO  
SOUZA

Assinado de forma digital  
por ANDREIA DO  
NASCIMENTO  
SOUZA  
Dados: 2025.10.17 14:34:39  
-03'00'

Representante legal: Andréia do Nascimento Souza



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

**ATESTADO**

**DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins e a pedido da parte interessada, que a empresa **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.172.665/0001-21, situado à Rua 44 esq. com Aruanã, Q. 35A L. 12D - JD. Bela vista aparecida de Goiânia - GO, forneceu à **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA/SEJUS - RO**, situada à Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira (Centro Político Administrativo, Ed. Rio Cautário, 4º Andar) - Porto Velho - RO, os materiais a seguir discriminados:

Atestamos, ainda, que o fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Processo	Empenho	Nota fiscal	Valor total	Quantidade/Descrição
0033.016498/2023-40	2023NE000628 0038915888	148 0041158009	R\$ <b>22.048,95</b>	<b>Item 01:</b> 77,00 Bandeira de Rondônia oficial; <b>item 02:</b> 77,00 Bandeira do Brasil (nacional) oficial; <b>item 03:</b> 77,00 Bandeira da Polícia Penal; <b>item 04:</b> 77,00 Bandeira da SEJUS.

Porto Velho, 20 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ricardino de Jesus, Policial Penal**, em 20/09/2023, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELISSANDRO DE ALMEIDA AGUIAR, Gerente**, em 21/09/2023, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 21/09/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 25/09/2023, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0041950366** e o código CRC **427A51CF**.


---

**Referência:** Caso responda este(a) Atestado, indicar expressamente o Processo nº 0033.016498/2023-40

SEI nº 0041950366



RECEBEMOS DE COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.000.148
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

<b>COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA</b>		<b>DANFE</b> Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica	<b>CONTROLE DO FISCO</b> 
RUA 44, S/N - QUADRA 35A LOTE 12D - JARDIM BELA VISTA, Aparecida de Goiânia, GO - CEP: 74912160 - Fone/Fax: 62996211844		0 - Entrada 1 - Saída <b>1</b>	<b>CHAVE DE ACESSO</b> 5223 0846 8849 0500 0172 5500 1000 0001 4815 9060 6075
		Nº 000.000.148 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 152236596774594 - 14/08/2023 10:36	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 109415361	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 46.884.905/0001-72	

<b>DESTINATÁRIO/REMETENTE</b>		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA-SEJUS		07.172.665/0001-21	14/08/2023
ENDEREÇO AVENIDA FARQUAR, 2986 - ANDAR 4 ANDAR,	BAIRRO/DISTRITO PEDRINHAS	CEP 76801-361	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Porto Velho	FONE/FAX	UF RO	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

<b>FATURA</b>

<b>CÁLCULO DO IMPOSTO</b>					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 22.048,95	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 22.048,95

<b>TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS</b>					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 0-Remetente (CIF)	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 2	ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
90X128 RO	BANDEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128	00099991	0102	6101	UN	77,0000	75,6100	5.821,97					
90X128 BR	BANDEIRA DO BRASIL DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	63,4300	4.884,11					
90X128 PP	BANDEIRA DA POLÍCIA PENAL DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	63,9100	4.921,07					
90X128 SJ	BANDEIRA PERSONALIZADA DA SEJUS DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	83,4000	6.421,80					

<b>CÁLCULO DO ISSQN</b>			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

<b>DADOS ADICIONAIS</b>	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NOTA DE EMPENHO 2023NE000628 DADOS PARA DEPÓSITO BANCO BRAD ESCO AGÊNCIA 1283 CONTA CORRENTE 14219-0 ENTREGAR NO ALMOX ARIFADO DA SECRETARIA NA RUA ANTONIO LACERDA Nº 4228 BAIRRO : INDUSTRIAL PORTO VELHO RONDONIA CEP: 76.821-038 FONE 69 3217-7918 DAS 7:30 AS 13:30 DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA EM PRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	RESERVADO AO FISCO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente à setor, para análise e manifestação sobre a aceitação ou rejeição técnica do(s) documento(s) a seguir listado(s), apresentado(s) pela empresa COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA - CNPJ nº 46.884.905/0001-72, no que tange ao atendimento das especificações/exigências técnicas elaboradas por essa unidade:

- 1) PROPOSTA DE PREÇOS (Doc. SEI nº 1750627)
- 2) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (Doc. SEI nº 1750654)

Destacamos que a resposta dessa área deve fazer referência expressa a todos os documentos acima listados, pormenorizando o resultado da análise (aceitação ou rejeição) para cada um deles, com indicação detalhada de motivos em caso de resposta negativa.

Ressaltamos que, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública promover **diligências** destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, inclusive para sanar dúvidas quanto à documentação apresentada pelos licitantes.

A vasta jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido a importância da diligência como instrumento de garantia do contraditório, da ampla defesa e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa, a **área técnica deve avaliar a pertinência da realização ou não de diligências** como boa prática, respeitando a observância dos princípios da isonomia, competitividade e eficiência.

Por fim, sinalizamos que o certame tem continuidade prevista para o dia **21/10/2025, às 09:30 horas**.

Deste modo, fineza observar a viabilidade de resposta em tempo hábil para continuidade do feito pelo(a) Pregoeiro(a), sinalizando antecipadamente a eventual necessidade de dilação de prazo.

Neste sentido, observamos que, na hipótese de ausência de resposta em tempo hábil, o(a) Pregoeiro realizará, cautelarmente, a suspensão do certame, com remarcação para o primeiro dia útil subsequente em que houver disponibilidade de agenda, respeitada a antecedência legal mínima de 24 (vinte e quatro) horas entre o ato de remarcação e a nova data de continuação da sessão.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 17/10/2025, às 15:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1750630** e o código CRC **BC946993**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Retorne-se o presente expediente a Coordenação de Licitações com análise e manifestação dos documentos apresentados, conforme solicitação constata no Despacho (1750630):

EMPRESA: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ nº 46.884.905/0001-72

ITEM 01: Em diligência esta Coordenação de Almoxarifado verificou que os produtos ofertados atendem todas as especificações do termo de referência e a proposta (1750627) deverá ser aceita.

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA: O atestado (1750654) apresentado atende ao exigido no termo de referência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Maia Guimaraes Miranda** - Gestor Administrativo III, em 20/10/2025, às 17:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1752837** e o código CRC **3ACDBB83**.



## MANIFESTAÇÃO

### Sessão Pública aberta em 21/10/2025 às 09h30min.

No item 01, diante do teor do Despacho (doc. SEI n.º 1752837), no horário agendado, a Agente de Contratação abriu a sessão e convocou a empresa COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72, para apresentar os documentos de habilitação, no prazo de 02 horas. Findo o prazo, a empresa encaminhou os documentos que foram analisados pela Agente de Contratação e, juntamente com a área técnica, verificou o atendimento da empresa no que tange aos documentos de habilitação, além de verificada a ausência de restrição à participação em certames nos sites/sistemas indicados no item 5.4 e seguintes do edital.

No item 02, diante do teor do Despacho (doc. SEI n.º 1732003), a Agente de Contratação habilitou a empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ n.º 43.296.980/0001-24, uma vez que, após análise, foi verificado o atendimento da empresa no que tange aos documentos de habilitação, além de verificada a ausência de restrição à participação em certames nos sites/sistemas indicados no item 5.4 e seguintes do edital.

Junta-se a seguir os documentos das empresas CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ n.º 43.296.980/0001-24 e COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72, respectivamente, conforme segue:

- a) CHECKLIST - CAPACHO EXPRESS;
- b) documentos de habilitação - CAPACHO EXPRESS;
- c) documentos de consulta de idoneidade - CAPACHO EXPRESS;
- d) CHECKLIST - COMPANHIA DAS BANDEIRAS;
- e) documentos de habilitação - COMPANHIA DAS BANDEIRAS;
- f) documentos de consulta de idoneidade - COMPANHIA DAS BANDEIRAS;

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 21/10/2025, às 12:12, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1753543** e o código CRC **817FFDF8**.



## CHECK-LIST DOCUMENTAL

DISPENSA Nº 90058/2025 (201/2025)

EMPRESA: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

CNPJ: 43.296.980/0001-24

DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS CORRELATOS			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	ATENDIDO?	
Proposta de preços ajustada	SIM	SIM	
DEMAIS DOCUMENTOS E/OU CONFERÊNCIAS EXIGIDAS EM EDITAL (PARTES I e II)			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
Compatibilidade entre o ramo de atividade explorada pela licitante e o objeto licitado	SIM	NÃO	SIM
Empresa enquadrada como ME/EPP	SIM	NÃO	SIM
Declaração de adequação à Resolução Nº 37/2019 – CNMP	SIM	NÃO CABE SUBSTITUIÇÃO	SIM
Procuração para empresas que se fizerem representar na licitação através de procurador(a) <u>Observação:</u> para procuração particular, tem que haver apresentação de prova de legitimidade de quem outorgou os poderes	NÃO SE APLICA	NÃO CABE SUBSTITUIÇÃO	NÃO SE APLICA
Documento comprobatório de poderes de representação, para empresas que se fizerem representar na licitação através de sócio(a), administrador(a) ou dirigente	SIM	NÃO	SIM

DA HABILITAÇÃO			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
HABILITAÇÃO JURÍDICA			
SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social. <u>Observação:</u> documento consolidado ou acompanhado das alterações supervenientes	SIM	NÃO	SIM
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA			
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Bahia	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS	SIM	NÃO	SIM





Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	SIM	NÃO	SIM
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	SIM	NÃO	SIM

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
ATESTADO ou CERTIDÃO de capacidade técnica para fornecimento de bens similares ao da contratação, sendo aceitos aqueles que comprovem: fornecimento de bandeiras e/ou tapetes em 30% que será contratado nesta dispensa	SIM	NÃO	SIM

OUTRAS CONSULTAS A CARGO DO(A) PREGOEIRO(A)		
CONSULTAR IDONEIDADE NOS SITES		
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	EXISTE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO?	
CNJ - empresa e sócios	NÃO	
CEIS - empresa e sócios	NÃO	
TCU (Consolida TCU, CEIS, CNJ e CNEP) - empresa	NÃO	
CONSULTAR REGISTRO CADASTRAL		
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	EMPRESA CADASTRADA?	EXISTE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO?
CRC	SIM	NÃO
SICAF	SIM	NÃO
Consulta planilha de Fornecedores Sancionados	NÃO	NÃO

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

**NIRE: 41211932748**

**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

**FLS. 01**

**SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**, brasileira, natural de Curitiba-PR., nascida em 01/08/1977, casada por regime de comunhão parcial de bens, empresaria, e inscrita no C.P.F. sob n. [REDACTED] portadora da carteira

[REDACTED] **Unica sócia** da sociedade empresaria limitada que gira nesta praça sob o nome de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**, com sede e fôro na cidade de Curitiba-PR., na Rua Emilio Mercuri, n. 71, bairro Santo Inacio, Cep: 82010-070, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41211932748, inscrita no CNPJ sob o nº 43.296.980/0001-24, resolvem por este instrumento particular de alteração contratual, modificar e consolidar seu contrato primitivo de acordo com as clausulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** – A sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**, que possui inteiramente integralizados na sociedade 20.000 (vinte mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) **vende e transfere, suas quotas, ao sócio ingressante JEAN CLEVERSON CAVALHERI**.

**CLAUSULA SEGUNDA** - A sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**, dá ao sócio ingressante da sociedade **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, plena geral e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas, declarando este conhecer a situação econômica financeira da sociedade, ficando portanto subrogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

**CLAUSULA TERCEIRA** - Em decorrência da transferência das quotas da sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI** para o sócio ingressante da sociedade **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, o capital social no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma ficam assim distribuídos entre os sócios:

<b>SOCIOS</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>CAPITAL R\$</b>
<b>JEAN CLEVERSON CAVALHERI</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>
	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 02**

**CLAUSULA QUARTA** - Fica destituída da administração da sociedade a sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**. A administração da sociedade caberá ao sócio, **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, com poderes e atribuições de individualmente assinar pela firma, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

**CLAUSULA QUINTA** - O sócio administrador, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vale, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA SEXTA** - A sociedade, passa a ter sua sede na **Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80420-130.**

**CLAUSULA SETIMA** - A sociedade, passa a ter por objeto social o ramo de **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA E LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR.**

**CLAUSULA OITAVA** - À vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDASE O CONTRATO SOCIAL**, com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO  
CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
CNPJ/MF Nº 43.296.980/0001-24  
NIRE: 41211932748**

**JEAN CLEVERSON CAVALHERI**

**Unico sócio** da sociedade empresaria limitada que gira nesta praça sob o nome de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**, com sede e fôro na cidade de Curitiba-PR., na Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, CEP: 80420-130, registrada na Junta Comercial do Parana

# **ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

**NIRE: 41211932748**

**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

**FLS. 03**

sob o NIRE 41211932748, inscrita no CNPJ sob o nº 43.296.980/0001-24, pelas demais exposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob o nome empresarial de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA** e terá sede e domicílio na Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Parana, CEP: 80420-130.

**CLAUSULA SEGUNDA:** O capital social inteiramente subscrito e realizado na forma prevista neste ato, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do País.

<b>SOCIOS</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>CAPITAL R\$</b>
<b>JEAN CLEVERSON CAVALHERI</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>
	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA TERCEIRA:** Seu objeto social será; **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA E LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR.**

**CLAUSULA QUARTA:** A sociedade iniciará suas **atividades** em **26 de Agosto de 2021** e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLAUSULA QUINTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLAUSULA SEXTA:** As deliberações responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA SETIMA:** A administração da sociedade caberá ao sócio **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, isoladamente com os poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto da sociedade, sempre de interesse da

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 04**

sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao do objeto social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo único: No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró labore, ou juros sob capital próprio cujo valor será definido.

§1º - Faculta-se ao sócio, constituir procuradores em nome da sociedade limitada, por período determinado, devendo o documento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§2º - O sócio poderá designar administrador não sócio, quantos acharem necessários, obedecendo o disposto no art. 1.061 da Lei Complementar 10.406/02.

**CLAUSULA OITAVA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**CLAUSULA NONA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLAUSULA DECIMA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores, e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLAUSULA DECIMA TERCEIRA:** O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 05**

efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA DECIMA QUARTA:** Conforme autoriza o art. 1007 do Código Civil, a distribuição de lucros ou perdas apuradas poderá ser feita de forma desproporcional a participação dos sócios no capital, desde que tal distribuição seja aprovada em reunião de sócios por todos os envolvidos.

**CLUSULA DECIMA QUINTA:** DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA – O administrador declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006.

**CLAUSULA DECIMA SEXTA:** Fica eleito o foro de Curitiba, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em via única.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2024

---

**JEAN CLEVERSON CAVALHERI**

---

**SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
██████████	SANDRA REGINA SENN CAVALHERI
██████████	JEAN CLEVERSON CAVALHERI



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/12/2024 09:51 SOB Nº 20240092457.  
PROTOCOLO: 240092457 DE 19/12/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12418008224. CNPJ DA SEDE: 43296980000124.  
NIRE: 41211932748. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/12/2024.  
CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.296.980/0001-24</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>26/08/2021</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</b> <b>47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R FRANCISCO ROCHA</b>	NÚMERO <b>198</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>80.420-130</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BATEL</b>	MUNICÍPIO <b>CURITIBA</b>
UF <b>PR</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CAPACHOEXPRESS1@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(41) 9627-5927</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/08/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/06/2025** às **15:38:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 43.296.980/0001-24

Certidão nº: 31746962/2025

Expedição: 08/06/2025, às 17:58:26

Validade: 05/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.296.980/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 43.296.980/0001-24  
**Razão Social:** CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CA  
**Endereço:** RUA EMILIO MERCURI 71 / SANTO INACIO / CURITIBA / PR / 82010-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/09/2025 a 06/10/2025

**Certificação Número:** 2025090703496119968254

Informação obtida em 19/09/2025 14:23:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 036993415-76**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **43.296.980/0001-24**

Nome: **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 06/10/2025 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**  
**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:59:35 do dia 08/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/12/2025.

Código de controle da certidão: **CAD1.CB5E.8704.97D9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

Certidão nº: 12.469.826

CNPJ: 43.296.980/0001-24

Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço  
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 08:43 do dia 09/09/2025.

Código de autenticidade da certidão: 789DE4713DF144F209E736D3B6E582A920

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Válida até 08/12/2025 – Fornecimento Gratuito**



Você também pode validar a autenticidade  
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

**NIRE: 41211932748**

**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

**FLS. 01**

**SANDRA REGINA SENN CAVALHERI,** [REDACTED]

[REDACTED] **Unica sócia** da sociedade empresaria limitada que gira nesta praça sob o nome de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**, com sede e fôro na cidade de Curitiba-PR., na Rua Emilio Mercuri, n. 71, bairro Santo Inacio, Cep: 82010-070, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob o NIRE 41211932748, inscrita no CNPJ sob o nº 43.296.980/0001-24, resolvem por este instrumento particular de alteração contratual, modificar e consolidar seu contrato primitivo de acordo com as clausulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA** – A sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**, que possui inteiramente integralizados na sociedade 20.000 (vinte mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) **vende e transfere, suas quotas**, ao sócio ingressante **JEAN CLEVERSON CAVALHERI,** [REDACTED]

[REDACTED] o qual ingressa pelo presente instrumento na sociedade.

**CLAUSULA SEGUNDA** - A sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**, dá ao sócio ingressante da sociedade **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, plena geral e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas, declarando este conhecer a situação econômica financeira da sociedade, ficando portanto subrogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

**CLAUSULA TERCEIRA** - Em decorrência da transferência das quotas da sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI** para o sócio ingressante da sociedade **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, o capital social no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma ficam assim distribuídos entre os sócios:

<b>SOCIOS</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>CAPITAL R\$</b>
<b>JEAN CLEVERSON CAVALHERI</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>
	<hr/> <b>20.000</b>	<hr/> <b>20.000,00</b>

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 02**

**CLAUSULA QUARTA** - Fica destituída da administração da sociedade a sócia **SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**. A administração da sociedade caberá ao sócio, **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, com poderes e atribuições de individualmente assinar pela firma, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

**CLAUSULA QUINTA** - O sócio administrador, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vale, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA SEXTA** - A sociedade, passa a ter sua sede na **Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80420-130.**

**CLAUSULA SETIMA** - A sociedade, passa a ter por objeto social o ramo de **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA E LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR.**

**CLAUSULA OITAVA** - À vista da modificação ora ajustada, **CONSOLIDASE O CONTRATO SOCIAL**, com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO  
CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
CNPJ/MF Nº 43.296.980/0001-24  
NIRE: 41211932748**

**JEAN CLEVERSON**

**Unico sócio** da sociedade empresaria limitada que gira nesta praça sob o nome de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**, com sede e fôro na cidade de Curitiba-PR., na Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, CEP: 80420-130, registrada na Junta Comercial do Parana



# **ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

**NIRE: 41211932748**

**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

**FLS. 03**

sob o NIRE 41211932748, inscrita no CNPJ sob o nº 43.296.980/0001-24, pelas demais exposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob o nome empresarial de **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA** e terá sede e domicílio na Rua Francisco Rocha, n. 198, bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Parana, CEP: 80420-130.

**CLAUSULA SEGUNDA:** O capital social inteiramente subscrito e realizado na forma prevista neste ato, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do País.

<b>SOCIOS</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>CAPITAL R\$</b>
<b>JEAN CLEVERSON CAVALHERI</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>
	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA TERCEIRA:** Seu objeto social será; **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA, CORTINAS E PERSIANAS; COMERCIO VAREJISTA DE CALÇADOS; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE JOALHERIA E LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR.**

**CLAUSULA QUARTA:** A sociedade iniciará suas **atividades** em **26 de Agosto de 2021** e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLAUSULA QUINTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a sessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLAUSULA SEXTA:** As deliberações responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLAUSULA SETIMA:** A administração da sociedade caberá ao sócio **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**, isoladamente com os poderes de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto da sociedade, sempre de interesse da

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 04**

sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao do objeto social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo único: No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró labore, ou juros sob capital próprio cujo valor será definido.

§1º - Faculta-se ao sócio, constituir procuradores em nome da sociedade limitada, por período determinado, devendo o documento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

§2º - O sócio poderá designar administrador não sócio, quantos acharem necessários, obedecendo o disposto no art. 1.061 da Lei Complementar 10.406/02.

**CLAUSULA OITAVA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**CLAUSULA NONA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLAUSULA DECIMA:** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores, e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLAUSULA DECIMA TERCEIRA:** O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 DA SOCIEDADE: CAPACHO EXPRESS  
COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA****NIRE: 41211932748****CNPJ: 43.296.980/0001-24****FLS. 05**

efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLAUSULA DECIMA QUARTA:** Conforme autoriza o art. 1007 do Código Civil, a distribuição de lucros ou perdas apuradas poderá ser feita de forma desproporcional a participação dos sócios no capital, desde que tal distribuição seja aprovada em reunião de sócios por todos os envolvidos.

**CLUSULA DECIMA QUINTA:** DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA – O administrador declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006.

**CLAUSULA DECIMA SEXTA:** Fica eleito o foro de Curitiba, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em via única.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2024

---

**JEAN CLEVERSON CAVALHERI**

---

**SANDRA REGINA SENN CAVALHERI**



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
██████████	SANDRA REGINA SENN CAVALHERI
██████████	JEAN CLEVERSON CAVALHERI



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/12/2024 09:51 SOB Nº 20240092457.  
PROTOCOLO: 240092457 DE 19/12/2024.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12418008224. CNPJ DA SEDE: 43296980000124.  
NIRE: 41211932748. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/12/2024.  
CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.296.980/0001-24</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>26/08/2021</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados</b> <b>47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R FRANCISCO ROCHA</b>	NÚMERO <b>198</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>80.420-130</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BATEL</b>	MUNICÍPIO <b>CURITIBA</b>
UF <b>PR</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CAPACHOEXPRESS1@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(41) 9627-5927</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/08/2021</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/06/2025** às **15:38:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 43.296.980/0001-24

Certidão nº: 31746962/2025

Expedição: 08/06/2025, às 17:58:26

Validade: 05/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.296.980/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 43.296.980/0001-24  
**Razão Social:** CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CA  
**Endereço:** RUA EMILIO MERCURI 71 / SANTO INACIO / CURITIBA / PR / 82010-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/09/2025 a 06/10/2025

**Certificação Número:** 2025090703496119968254

Informação obtida em 19/09/2025 14:23:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 036993415-76**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **43.296.980/0001-24**

Nome: **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 06/10/2025 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**  
**CNPJ: 43.296.980/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:59:35 do dia 08/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/12/2025.

Código de controle da certidão: **CAD1.CB5E.8704.97D9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

Certidão nº: 12.469.826

CNPJ: 43.296.980/0001-24

Nome: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço  
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 08:43 do dia 09/09/2025.

Código de autenticidade da certidão: 789DE4713DF144F209E736D3B6E582A920

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Válida até 08/12/2025 – Fornecimento Gratuito**



Você também pode validar a autenticidade  
da certidão utilizando um leitor de QRCode.





## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255008113**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	43.296.980/0001-24

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255008113**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	43.296.980/0001-24

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.296.980/0001-24  
Razão Social: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 16/06/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	05/12/2025	Automática
FGTS	Validade:	06/10/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	14/12/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/10/2025
Receita Municipal	Validade:	08/12/2025

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 24/09/2025 15:07

1 de 1

CPF: 815.XXX.XXX-20 Nome: LENITA OLIVEIRA SANTOS

Ass: \_\_\_\_\_

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, forneceu para a MS BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.680.562/0001-70. O serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 15 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de 10 dias úteis. Período de 04/07/2025 a 16/07/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos, assim como em relação aos prazos pré- fixados para entrega dos mesmos.

Fazenda Rio Grande/PR, 08 de agosto de 2025



---

Pedro Cauê Da Rocha Maschio  
Representante Legal  
CNPJ: 36.680.562/0001-70



**F SERVIÇOS EM GERAL LTDA.**

**CNPJ 44.870.649/0001-39**

### **Atestado de Capacidade**

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.870.649/0001-39, estabelecida na Rua Senador Xavier da Silva, nº 488, Sala 206A, bairro Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP: 80530-060, Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, nos forneceu o serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 10 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de até 10 dias úteis. Período de 31/07/2025 a 08/08/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos.

Curitiba 14 de agosto de 2025

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LEOMAR FREITAS PELISAO  
Data: 14/08/2025 19:38:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA  
Leomar Freitas Pelisao



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255008113**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	43.296.980/0001-24

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.296.980/0001-24  
Razão Social: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 16/06/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	05/12/2025	Automática
FGTS	Validade:	06/10/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	14/12/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/10/2025
Receita Municipal	Validade:	08/12/2025

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 24/09/2025 15:07

1 de 1

CPF: 815.XXX.XXX-20 Nome: LENITA OLIVEIRA SANTOS

Ass: \_\_\_\_\_

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, forneceu para a MS BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS E INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.680.562/0001-70. O serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 15 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de 10 dias úteis. Período de 04/07/2025 a 16/07/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos, assim como em relação aos prazos pré- fixados para entrega dos mesmos.

Fazenda Rio Grande/PR, 08 de agosto de 2025



---

Pedro Cauê Da Rocha Maschio  
Representante Legal  
CNPJ: 36.680.562/0001-70



**F SERVIÇOS EM GERAL LTDA.**

**CNPJ 44.870.649/0001-39**

### **Atestado de Capacidade**

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.870.649/0001-39, estabelecida na Rua Senador Xavier da Silva, nº 488, Sala 206A, bairro Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP: 80530-060, Atestamos que CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sito a Rua Francisco Rocha, 198, bairro Batel CEP 80420-130, inscrita no CNPJ sob nº 43.296.980/0001-24, nos forneceu o serviço de confecção de capacho personalizado, em vinil 10mm de espessura, lavável, resistente, antichamas e antiderrapante com função sanitizante um quantitativo de 10 metros quadrados e o mesmo foi finalizado conforme solicitado no prazo de máximo de até 10 dias úteis. Período de 31/07/2025 a 08/08/2025.

Atestamos ainda, nada constar em seu desabono quanto a sua parte comercial, qualidade dos produtos fornecidos.

Curitiba 14 de agosto de 2025



Documento assinado digitalmente

LEOMAR FREITAS PELISAO

Data: 14/08/2025 19:38:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

LF SERVIÇOS EM GERAL LTDA  
Leomar Freitas Pelisao

## DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 09/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 09/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

Dados da consulta: 01/10/2025 11:24:48

## FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado



## Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------

Nenhum registro encontrado



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (01/10/2025 às 11:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 68DD.3A1C.2A12.7796 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JEAN CLEVERSON CAVALHERI**

CPF/

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:28:45 do dia 01/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 4DKX011025112845

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 01/10/2025 11:21:57

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**  
CNPJ: **43.296.980/0001-24**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 43.296.980/0001-24  
Razão Social: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 16/06/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	05/12/2025	Automática
FGTS	Validade:	06/10/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	14/12/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/10/2025
Receita Municipal	Validade:	08/12/2025

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

Emitido em: 01/10/2025 11:16

CPF: 036.XXX.XXX-85 Nome: ANDREZA RIBEIRO LIMA

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



**ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Administração**



**CERTIFICADO DE REGISTRO SIMPLIFICADO - CRS**  
**Nº 0035234-9**

Data Inscrição: 25/08/2025

Data Renovação:

Vencimento : 23/09/2026

**DADOS DO FORNECEDOR**

CNPJ: 43.296.980/0001-24  
Razão Social: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
Nome Fantasia: CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA  
Situação Cadastral: Ativos  
Endereço: Rua Francisco Rocha, 198 Batel  
Município: Curitiba  
Estado: PR CEP: 80.420-130

**SÓCIO (S)**

NOME:	CGC/CPF:	PARTICIPAÇÃO:	SÓCIO SERVIDOR:
JEAN CLEVERSON CAVALHERI	[REDACTED]	100%	NÃO

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

Válido para a Modalidade de Convite ou Pregão até o valor de Convite, conforme legislação vigente, observadas as exigências adicionais estabelecidas nos instrumentos convocatórios.

**DOCUMENTOS**

**Habilitação Jurídica**  
CONTRATO SOCIAL

Nº Documento

**Regularidade Fiscal e Trabalhista**

Nº Documento

Vencimento

Vencido

Situação da  
Certidão

CNPJ/CPF

43.296.980/0001-24

CADASTRO DE CONTRIBUINTE ESTADUAL	9102533019		
CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL	1772271	31/12/2025	
REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL E A DIVIDA ATIVA E INSS	s/n	05/12/2025	Negativa
REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL	036993415-76	06/10/2025	Negativa
REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL	12469826	08/12/2025	Negativa
REGULARIDADE FAZ. ESTADUAL (LICITAÇÃO)	20254338196	24/10/2025	NEGATIVA
REGULARIDADE COM O FGTS - CEF	2025090703496119968254	06/10/2025	
CERTIDAO DE DEBITOS TRABALHISTAS	31746962/2025	05/12/2025	Negativa

#### Qualificação Técnica

Nº Documento

Vencimento

#### Qualificação Econômico-Financeira

Nº Documento

Vencimento

#### Formulários e Declarações

DECLARACAO DO EMPREGADOR

DECLARACAO DE SUPERVENIENCIA

### CÓDIGOS DAS FAMÍLIAS DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS PARA OS QUAIS A EMPRESA ESTÁ APTA A FORNECER

72.20 REVESTIMENTOS PARA PISOS

72.30 TAPECARIAS, CORTINAS E PERSIANAS

93.20 ARTIGOS DE BORRACHA

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação da validade na internet no endereço [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) - Imprimir Certificado ou através do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços - SIMPAS - Extrato do Fornecedor.

Emitido em, 01/10/2025 às 11:31





## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255009545**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	43.296.980/0001-24

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



### CHECK-LIST DOCUMENTAL

DISPENSA Nº 90058/2025 (Comprasgov 201/2025)

EMPRESA: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA

CNPJ: 46.884.905/0001-72

DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS CORRELATOS			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	ATENDIDO?	
Proposta de preços ajustada	SIM	SIM	
DEMAIS DOCUMENTOS E/OU CONFERÊNCIAS EXIGIDAS EM EDITAL (PARTES I e II)			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
Compatibilidade entre o ramo de atividade explorada pela licitante e o objeto licitado	SIM	NÃO	SIM
Empresa enquadrada como ME/EPP	SIM	NÃO	SIM
Declaração de adequação à Resolução Nº 37/2019 – CNMP	SIM	NÃO CABE SUBSTITUIÇÃO	SIM
Procuração para empresas que se fizerem representar na licitação através de procurador(a) <u>Observação:</u> para procuração particular, tem que haver apresentação de prova de legitimidade de quem outorgou os poderes	NÃO	NÃO CABE SUBSTITUIÇÃO	NÃO
Documento comprobatório de poderes de representação, para empresas que se fizerem representar na licitação através de sócio(a), administrador(a) ou dirigente	NÃO	SIM (Consultado pela Agente de Contratação)	SIM

DA HABILITAÇÃO			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
HABILITAÇÃO JURÍDICA			
SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social. <i>Observação:</i> documento consolidado ou acompanhado das alterações supervenientes	NÃO	SIM (Consultado pela Agente de Contratação)	SIM
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA			
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ	NÃO	SIM (Consultado pela Agente de Contratação)	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Bahia	SIM	NÃO	SIM





Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS	SIM	NÃO	SIM
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	SIM	NÃO	SIM
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	SIM	NÃO	SIM

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA			
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	ANÁLISE PREGOEIRO(A)		
	APRESENTADO PELA LICITANTE	SUBSTITUÍDO POR CRC/SICAF	ATENDIDO?
Atestado(s) de capacidade técnica	SIM	NÃO	SIM

OUTRAS CONSULTAS A CARGO DO(A) PREGOEIRO(A)		
CONSULTAR IDONEIDADE NOS SITES		
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	EXISTE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO?	
CNJ - empresa e sócios		
CEIS - empresa e sócios		
TCU (Consolida TCU, CEIS, CNJ e CNEP) - empresa		
CONSULTAR REGISTRO CADASTRAL		
EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL	EMPRESA CADASTRADA?	EXISTE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO?
CRC	SIM	NÃO
SICAF	SIM	NÃO
Consulta planilha de Fornecedores Sancionados	NÃO	NÃO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

**ATESTADO**

**DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins e a pedido da parte interessada, que a empresa **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.172.665/0001-21, situado à Rua 44 esq. com Aruanã, Q. 35A L. 12D - JD. Bela vista aparecida de Goiânia - GO, forneceu à **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA/SEJUS - RO**, situada à Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira (Centro Político Administrativo, Ed. Rio Cautário, 4º Andar) - Porto Velho - RO, os materiais a seguir discriminados:

Atestamos, ainda, que o fornecimento foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Processo	Empenho	Nota fiscal	Valor total	Quantidade/Descrição
0033.016498/2023-40	2023NE000628 0038915888	148 0041158009	R\$ <b>22.048,95</b>	<b>Item 01:</b> 77,00 Bandeira de Rondônia oficial; <b>item 02:</b> 77,00 Bandeira do Brasil (nacional) oficial; <b>item 03:</b> 77,00 Bandeira da Polícia Penal; <b>item 04:</b> 77,00 Bandeira da SEJUS.

Porto Velho, 20 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ricardino de Jesus, Policial Penal**, em 20/09/2023, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ELISSANDRO DE ALMEIDA AGUIAR, Gerente**, em 21/09/2023, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 21/09/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 25/09/2023, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0041950366** e o código CRC **427A51CF**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Atestado, indicar expressamente o Processo nº 0033.016498/2023-40

SEI nº 0041950366

RECEBEMOS DE COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.000.148
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

<b>COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA</b>		<b>DANFE</b> Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica	<b>CONTROLE DO FISCO</b>
RUA 44, S/N - QUADRA 35A LOTE 12D - JARDIM BELA VISTA, Aparecida de Goiânia, GO - CEP: 74912160 - Fone/Fax: 62996211844		0 - Entrada 1 - Saída <b>1</b>	
		Nº 000.000.148 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CHAVE DE ACESSO 5223 0846 8849 0500 0172 5500 1000 0001 4815 9060 6075
			Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 152236596774594 - 14/08/2023 10:36	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 109415361	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 46.884.905/0001-72	

<b>DESTINATÁRIO/REMETENTE</b>		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA-SEJUS		07.172.665/0001-21	14/08/2023
ENDEREÇO AVENIDA FARQUAR, 2986 - ANDAR 4 ANDAR,	BAIRRO/DISTRITO PEDRINHAS	CEP	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Porto Velho	FONE/FAX	UF RO	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

<b>FATURA</b>

<b>CÁLCULO DO IMPOSTO</b>					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 22.048,95	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 22.048,95

<b>TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS</b>					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 0-Remetente (CIF)	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 2	ESPÉCIE CAIXA	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
90X128 RO	BANDEIRA DO ESTADO DE RONDÔNIA DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128	00099991	0102	6101	UN	77,0000	75,6100	5.821,97					
90X128 BR	BANDEIRA DO BRASIL DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	63,4300	4.884,11					
90X128 PP	BANDEIRA DA POLÍCIA PENAL DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	63,9100	4.921,07					
90X128 SJ	BANDEIRA PERSONALIZADA DA SEJUS DE 2 PANOS, MEDINDO 90X128CM.	00099991	0102	6101	UN	77,0000	83,4000	6.421,80					

<b>CÁLCULO DO ISSQN</b>			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

<b>DADOS ADICIONAIS</b>	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NOTA DE EMPENHO 2023NE000628 DADOS PARA DEPÓSITO BANCO BRAD ESCO AGÊNCIA 1283 CONTA CORRENTE 14219-0 ENTREGAR NO ALMOX ARIFADO DA SECRETARIA NA RUA ANTONIO LACERDA Nº 4228 BAIRRO : INDUSTRIAL PORTO VELHO RONDONIA CEP: 76.821-038 FONE 69 3217-7918 DAS 7:30 AS 13:30 DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA EM PRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	RESERVADO AO FISCO



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255268251**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	46.884.905/0001-72

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 17/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.884.905/0001-72

Certidão nº: 37546225/2025

Expedição: 03/07/2025, às 15:14:40

Validade: 30/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.884.905/0001-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: Nº 56546500**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**NOME:**

**COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**

**CNPJ**

**46.884.905/0001-72**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

**NAO CONSTA DEBITO**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**SEGURANÇA:**

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.537.824.550**

**EMITIDA VIA INTERNET**

**SGTI-SEFAZ:**

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 17 OUTUBRO DE 2025**

**HORA: 15:20:35:9**



ESTADO DE GOIÁS  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE GOIÂNIA

# CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

### Identificação:

Requerente : **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**  
Profissão : **PESSOA JURIDICA**  
CPF /CGC : **46.884.905/0001-72**  
Domicílio : **APARECIDA DE GOIANIA - GO**

Quaisquer distribuições de ações de **Falência e Concordata**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

**CERTIFICA** mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco. **(29/09/2025)**.

Cartório Distribuidor Cível  
Bel. Luis Silva  
Escrivão

**Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias**

Valor da certidão.....: R\$ 55,08  
Valor da Taxa Judiciária.....: R\$ 19,17  
Total.....: R\$ 74,25  
Data Receita.....: 29/09/2025  
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 854739605



40000258547396056486



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 29/09/2025 às 14:19:24  
Para validar este documento informe o código 4000 0258 5473 9605 6486 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**  
**CNPJ: 46.884.905/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:49:18 do dia 27/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2025.

Código de controle da certidão: **FA3F.EA1A.C83B.DADD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 46.884.905/0001-72  
**Razão Social:** COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ASCESSORIOS LT  
**Endereço:** RUA 44 / JD BELA VISTA / APARECIDA DE GOIANIA / GO / 74912-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/09/2025 a 25/10/2025

**Certificação Número:** 2025092607105836832717

Informação obtida em 30/09/2025 15:59:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

CERTIDÃO NÚMERO 2424050

## DADOS DO CONTRIBUINTE:

SUJEITO PASSIVO: **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**  
CPF/CNPJ: **46884905000172** INSCRIÇÃO MUNICIPAL: **0**  
ENDEREÇO: **RUA 44 44 Nº 0 QUADRA 35A;LOTE 12D;SALA 02;, JARDIM BELA VISTA CONTINUACAO, Jardim Bela Vista - Continuação, APARECIDA DE GOIANIA / GO, CEP 74912160**

## CERTIDÃO E FUNDAMENTO

**Certifica-se**, nos termos dos artigos 367 e 368 da Lei Complementar Municipal nº 046/2011, para os fins de direito, que o sujeito passivo não possui pendência em seu nome e/ou imóvel acima citado, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS, até a presente

**Fica ressalvado** o direito da Fazenda Pública Municipal lançar e cobrar quaisquer dívidas tributárias de responsabilidade do sujeito passivo acima epigrafado, que vierem a ser apuradas e constituídas.

**Finalidade:**

## SEGURANÇA:

**VALIDADE ATÉ: Quarta-feira 29 Outubro 2025.**

**EMITIDA: Segunda-feira 29 Setembro 2025 às 03:42:59**

**Código de Validação: 126752424050**

Certidão emitida gratuitamente.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade no portal :[www.aparecida.go.gov.br](http://www.aparecida.go.gov.br) e/ou através do QRCode

QRCode





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>46.884.905/0001-72</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>23/06/2022</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CB BANDEIRAS</b>	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida</b> <b>14.12-6-03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas</b> <b>47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos</b> <b>47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>R 44</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO <b>QUADRA35A LOTE 12D SALA 02</b>
---------------------------	--------------	--

CEP <b>74.912-160</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JARDIM BELA VISTA - CONTINUAÇÃO</b>	MUNICÍPIO <b>APARECIDA DE GOIANIA</b>	UF <b>GO</b>
--------------------------	---	--	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CIADASBANDEIRAS@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(62) 8164-2302/ (0000) 0000-0000</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/06/2022</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/10/2025** às **10:32:36** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



**CONTRATO SOCIAL**  
**Sociedade Limitada Unipessoal**

**COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA**

**ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA,** [REDACTED]

Resolve constituir uma **Sociedade Limitada Unipessoal**, nos termos da Lei 10.406 de 10.01.2002, e demais legislação pertinentes que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**DO NOME EMPRESARIAL, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade girará sob o nome empresarial de: **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA**, com o nome de fantasia de: **"CB BANDEIRAS"**, e terá sede e foro na **Rua 44, s/nº, Quadra 35-A, Lote 012-D, Sala 02, Jardim Bela Vista - Continuação, Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.912-160**. (Art. 997, II, CC/2002).

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A sociedade terá por objeto:  
**Comércio varejista de bandeiras e acessórios;**  
**Comércio varejista de madeira e artefatos;**  
**Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios;**  
**Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida;**  
**Facção de roupas do vestuário, exceto roupas íntimas;**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de duração sociedade será por tempo indeterminado, e as suas atividades terão início na data de 10/05/2022. (Art. 997, II, CC/2002).

**DO CAPITAL SOCIAL, DAS COTAS E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:**

**ESPAÇO ABAIXO RESERVADO A JUNTA COMERCIAL**

---

**CLÁUSULA QUARTA** –O capital social será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, nesta data, e assim distribuído:

Sócios	Nº Quotas	Vlr. Unit.	Capital	%
<b>ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA</b>	100.000	1,00	100.000,00	100
Total	100.000	1,00	100.000,00	100

**(Art. 997, III; Art. 1055, CC/2002)**

**CLÁUSULA QUINTA** –Nos termos do artigo 1.052, § PRIMEIRO do Código Civil, consoante com a Instrução Normativa nº 81 do DREI de 10/06/2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial – DREI, a Sociedade Limitada permanecerá Unipessoal, por força da Lei 13.874 de 20/09/2019.

**CLÁUSULA SEXTA** - A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **(art. 1.052, CC/2002)**

#### **DOS ADMINISTRADORES, SEUS PODERES E ATRIBUIÇÕES:**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A administração da sociedade caberá a sócia **ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA**, isoladamente, com os poderes e atribuições de **ADMINISTRADORA**, autorizado o uso da sociedade, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. **(artigos 997, VI; 1.013. 1.015,1064, CC/2002).**

**Parágrafo Único** – Fica facultado a administradora nomear procurador(es), para um período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar o prazo e os atos a serem praticados pelos Procuradores assim nomeados.

**CLÁUSULA OITAVA** – A sócia **ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA**, poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### **DA REUNIÃO DE SOCIOS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS:**

**CLÁUSULA NONA** – Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o(a) administrador(a) prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado

**ESPAÇO ABAIXO RESERVADO A JUNTA COMERCIAL**

---

econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (**art. 1.065, CC/2002**)

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o(s) sócio(s) deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (**arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002**)

### **DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Ao fim de cada exercício social, que coincidirá com o término do ano civil, a administração elaborará, com base nos livros contábeis, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação civil e fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O lucro apurado ao término do exercício social será distribuído entre os sócios, e/ou deixado em suspenso (acumulado), e/ou incorporado ao capital social.

### **DA DISSOLUÇÃO, APURAÇÃO E PAGAMENTO DOS HAVERES:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A resolução da sociedade em relação a um sócio, bem como a apuração e pagamento dos haveres, ou a sua dissolução regular-se-á pelo disposto nos Artigos 1.028. a1.102 a 1.112 do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único**– Os mesmos procedimentos serão adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (**art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002**)

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Serão regidas pelas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), aplicável à matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

ESPAÇO ABAIXO RESERVADO A JUNTA COMERCIAL

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

#### **DAS OMISSÕES E DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Fica eleito o foro da comarca desta Cidade, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

#### **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**)

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, o qual vai redigido em VIA ÚNICA, assinado por todos de direito, mandando registrar e arquivar na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG), para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Aparecida de Goiânia/GO, 10 de maio de 2022

-----  
**ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA**

**ESPAÇO ABAIXO RESERVADO A JUNTA COMERCIAL**

---



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA consta assinado digitalmente por:

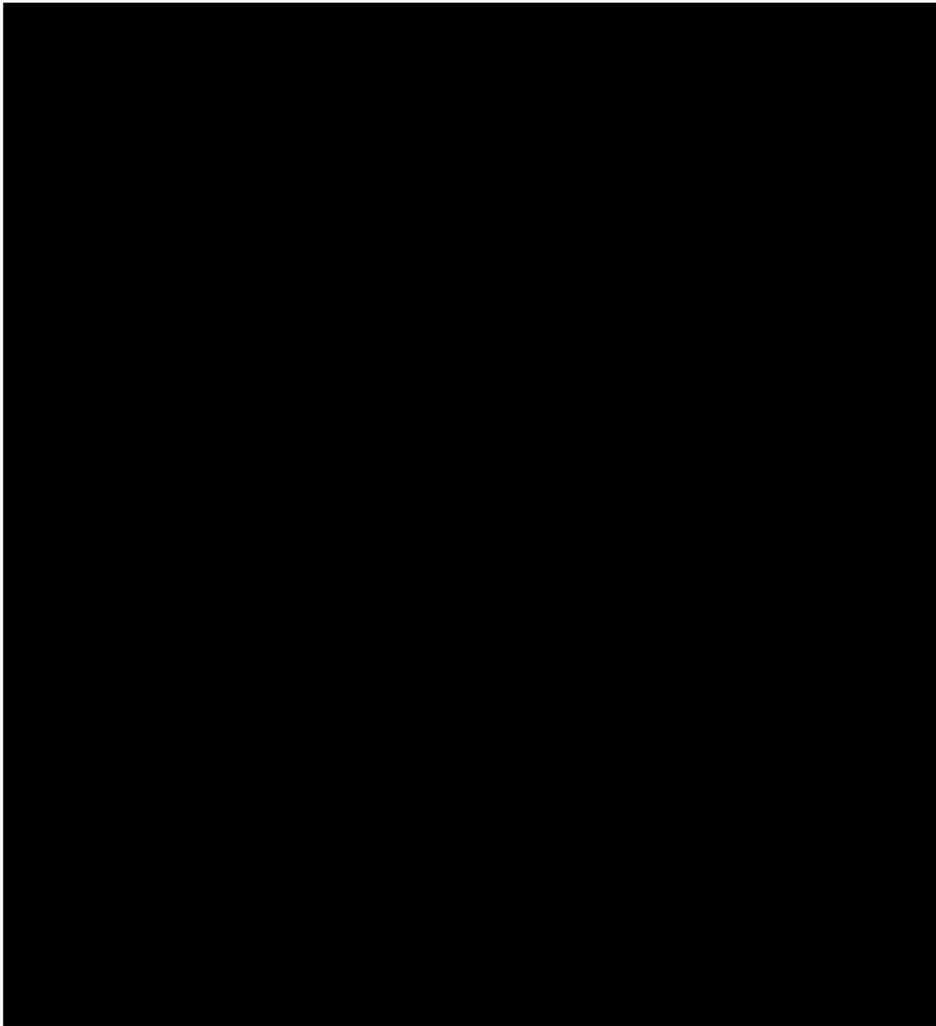
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
██████████	ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/06/2022 09:59 SOB Nº 52205661931.  
PROTOCOLO: 220370133 DE 23/06/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12208037930. CNPJ DA SEDE: 46884905000172.  
NIRE: 52205661931. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/06/2022.  
COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI  
SECRETÁRIA-GERAL  
[www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br](http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.







## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.884.905/0001-72  
Razão Social: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA  
Nome Fantasia: CB BANDEIRAS  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/08/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	25/03/2026	Automática
FGTS	Validade:	25/10/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	28/03/2026	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/12/2025
Receita Municipal	Validade:	16/11/2025

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

Emitido em: 21/10/2025 10:45

CPF: 036.XXX.XXX-85 Nome: ANDREZA RIBEIRO LIMA

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 21/10/2025 10:48:22

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**  
CNPJ: **46.884.905/0001-72**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (21/10/2025 às 11:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 68F7.92A5.4401.B397 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

**🚧 DADOS ATUALIZADOS**

Dados atualizados até: 10/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 10/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

Dados da consulta: 21/10/2025 11:00:42

**FILTROS APLICADOS:**

CPF / CNPJ sancionado:



**Consulta**

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA
Nenhum registro encontrado								



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA DA HORA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:00:14 do dia 21/10/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: ST1K211025110014

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Administração



CERTIFICADO DE REGISTRO SIMPLIFICADO - CRS  
Nº 0030888-9

Data Inscrição: 20/04/2023

Data Renovação:

Vencimento : 30/09/2026

DADOS DO FORNECEDOR

CNPJ: 46.884.905/0001-72  
Razão Social: COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA  
Nome Fantasia: CB BANDEIRAS  
Situação Cadastral: Ativos  
Endereço: RUA 44 ESQ C/ ARUANÃ QD 35A LT 12D SALA 02, S/N SALA 2 JD BELA VISTA  
Município: Aparecida de Goiânia  
Estado: GO CEP: 74.912-160

SÓCIO (S)

NOME:	CGC/CPF:	PARTICIPAÇÃO:	SÓCIO SERVIDOR:
ANDREIA DO NASCIMENTO SOUZA	021.179.571- 29	100%	NÃO

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Válido para a Modalidade de Convite ou Pregão até o valor de Convite, conforme legislação vigente, observadas as exigências adicionais estabelecidas nos instrumentos convocatórios.

DOCUMENTOS

Habilitação Jurídica	Nº Documento	Vencimento	Vencido	Situação da Certidão
CONTRATO SOCIAL	10/05/2022			
Regularidade Fiscal e Trabalhista	Nº Documento	Vencimento	Vencido	Situação da Certidão
CNPJ/CPF	46.884.905/0001-72			
CADASTRO DE CONTRIBUINTE ESTADUAL	109415361			
CADASTRO DE CONTRIBUINTE MUNICIPAL	2022005146	27/06/2025	X	
REGULARIDADE FAZENDA FEDERAL E A DIVIDA ATIVA E INSS	FA3F.EA1A.C83B.DADD	24/12/2025		Negativa
REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL	54968544	31/10/2025		Negativa
REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL	2424050	29/10/2025		Negativa
REGULARIDADE FAZ. ESTADUAL (LICITAÇÃO)	20255268251	16/12/2025		NEGATIVA



REGULARIDADE COM O FGTS - CEF	2025092607105836832717	25/10/2025	
CERTIDAO DE DEBITOS TRABALHISTAS	37546225/2025	30/12/2025	Negativa

<b>Qualificação Técnica</b>	Nº Documento	Vencimento
-----------------------------	--------------	------------

<b>Qualificação Econômico-Financeira</b>	Nº Documento	Vencimento
--	--------------	------------

#### **Formulários e Declarações**

DECLARACAO DO EMPREGADOR

DECLARACAO DE  
SUPERVENIENCIA

---

### **CÓDIGOS DAS FAMÍLIAS DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS PARA OS QUAIS A EMPRESA ESTÁ APTA A FORNECER**

83.45      BANDEIRAS, FLAMULAS E PAVILHOES

---

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação da validade na internet no endereço [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) - Imprimir Certificado ou através do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços - SIMPAS - Extrato do Fornecedor.

Emitido em, 21/10/2025 às 10:45



## 1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

### i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

### ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

### iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

### iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

### v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
59.314.564/0001-41 - 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 16:14	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
59.600.259/0001-16 - 59.600.259 RUDINEI DOS SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 09:30	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
34.201.213/0001-01 - ASTER BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 22:04	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim

(2) Declaração referente ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
53.365.489/0001-61 - ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	23/09/2025 15:29	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
00.295.234/0001-03 - BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 20:17	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
43.296.980/0001-24 - CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	26/09/2025 07:35	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
15.242.539/0001-24 - COMERCIAL MUZAMINAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	26/09/2025 01:23	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
46.884.905/0001-72 - COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 21:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
30.510.368/0001-60 - CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 16:24	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
20.471.970/0001-82 - FABRICA DE CAPACHOS IMPORTACOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	23/09/2025 09:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
18.111.373/0001-03 - FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 14:18	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
78.796.778/0001-46 - G DE BORBA - MARISKAP Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 21:45	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
11.874.103/0001-05 - LAMBERTINY SERVICOS E COMERCIO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	24/09/2025 23:06	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
34.705.204/0001-40 - LC VENDAS E CONSULTORIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 22:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
58.130.256/0001-01 - MV SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 09:26	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
79.034.153/0001-00 - N. F. GRANDE & CIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 09:00	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
09.367.060/0001-11 - SOROCAPAX TAPETES HIGIENE CONSERVACAO E SEGURANCA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	26/09/2025 06:23	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
29.605.776/0001-17 - TECNOKAP SOLUCOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 18:26	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim
03.574.465/0001-44 - VIDEBAND INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/09/2025 17:31	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim

(2) Declaração referente ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
30.038.991/0001-62 - ZEP TEP COMERCIO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	26/09/2025 06:18	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim

(2) Declaração referente ao art. 3ª da lei complementar nº 123/2006

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa - SGA:

Prezado Senhor Superintendente,

Em atenção aos ditames da nova legislação aplicável às contratações públicas, fora realizada dispensa de licitação **com disputa eletrônica** via sistema Compras.gov.br, cadastrada como Dispensa nº 90058/2025, cadastrada no comprasgov sob o nº 201/2025, nos termos do Aviso de contratação e seus anexos (documento nº 1711028), com valor referencial máximo conforme quadro abaixo, para aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, nos seguintes termos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO ORÇADO (R\$)	PREÇO TOTAL ORÇADO (R\$)
01	BANDEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com especificações mínimas: em tecido poliéster, acabamento em linha de nylon , para hasteamento em mastro, para uso externo, dimensões 1,30m x 0,90m,	unidade	50	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
02	TAPETE DE FIBRA SINTÉTICA, com especificações mínimas: personalizado com a logomarca do Ministério Público, logomarca em 2 (duas) cores, ; tapete em fibra de vinil; cor grafite; dimensões: 700 x 1200 mm (comprimento x largura), espessura 10 mm.	unidade	40	R\$ 240,00	R\$ 9.600,00

A Sessão Pública, com início em 26/09/2025, se deu conforme Manifestações 1718857, 1720632, 1730321, 1724257, 1730321, 1735492, 1739831 e 1753543.

Após análise técnica e aceitação da área demandante (documentos 1732003, 1752837 e 1752837), as empresas relacionadas na tabela abaixo foram classificadas e habilitadas.

ITEM	QUANTIDADE	FORNECEDOR HABILITADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SEI DA PROPOSTA
01	50	COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00	1750627
02	40	COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72	R\$ 178,71	R\$ 7.148,40	1718917

Impende ressaltar que as empresas abaixo listadas foram desclassificadas por não apresentarem a proposta ajustada no prazo determinado, sem apresentar qualquer justificativa formal ou documentação que permitisse identificar as razões da desistência.

- N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ nº 79.034.153/0001-00
- ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 53.365.489/0001-61
- FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 18.111.373/0001-03

Por terem sido desclassificadas por ausência de envio da proposta ajustada no prazo determinado, elas podem estar sujeitas às sanções previstas no aviso de licitação ou edital e na legislação aplicável, conforme preconiza o inciso V do art. 155 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

(...)

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Diante da não existência de justificativa por parte dessas empresas, não é possível à agente de contratação conhecer os motivos do abandono da sessão, tampouco estabelecer contato com os licitantes para fins de esclarecimento ou apuração. Todavia, conforme rápida análise, não foram identificados os seguintes indícios:

- a) Recorrência em outros certames do MPBA;
- b) Morosidade superior a dois dias no andamento do certame;
- c) Outras circunstâncias que possam indicar conduta dolosa ou atentatória à lisura da licitação.

Ressalta-se, entretanto, que não é possível afirmar que houve intenção deliberada de prejudicar o certame ou simular competitividade sem elementos probatórios, apenas com o não envio dos documentos solicitados.

Compete ao pregoeiro conduzir a sessão pública e informar os fatos ocorridos durante o certame, incluindo eventuais abandonos por parte dos licitantes. Contudo, eventual apuração de irregularidades compete à autoridade competente, que poderá, se considerar pertinente, instaurar processo administrativo específico com base nos elementos dos autos nos termos do art. 156 da Lei.

Assim, considerando a ausência de elementos que permitam a análise das razões do abandono e a limitação da atuação do pregoeiro à condução e registro dos atos da sessão pública, finalizamos a sessão e o processo será encaminhado para a Autoridade Superior.

Ante o exposto, encaminha-se o expediente para adjudicação e homologação dos itens da dispensa eletrônica nº 90058/2025, salvo melhor juízo.

Após, solicita-se:

1. que seja informado o número da portaria de fiscais para a devida publicidade;
2. que seja juntado aos autos o relatório da dispensa gerado após a homologação em sistema;
3. que o processo seja **devolvido** para esta **COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES** para as providências cabíveis;

Respeitosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 21/10/2025, às 14:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1753624** e o código CRC **934E49BB**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Licitações,

Considerando a instrução processual, com fundamento nas Leis Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023, bem como as informações prestadas por essa Coordenação (doc. SEI nº 1753624), **homologo** a dispensa de licitação com disputa eletrônica nº **90058/2025** (201/2025 - numeração no compras.gov), para aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, e **adjudico o objeto** à empresa **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA**, CNPJ nº 46.884.905/0001-72.

Na oportunidade, informamos a Portaria nº 595/2025 para designação do gestor e fiscais da contratação.

Em atenção à manifestação dessa Coordenação, e após análise dos elementos constantes nos autos, **decido pela não instauração de processo administrativo sancionador** em face das empresas participantes da dispensa de licitação em referência.

A presente decisão, fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. **Ausência de reincidência:** Conforme manifestação da Coordenação de Licitações, não foram identificados indícios de reincidência em outros certames deste Ministério Público por parte das empresas envolvidas.
2. **Inexistência de prejuízo relevante ao procedimento:** A análise preliminar indica que os fatos não ocasionaram morosidade excessiva no andamento do feito, tampouco evidenciam conduta dolosa ou atentatória à lisura da licitação.
3. **Falta de elementos probatórios suficientes:** Não há provas que sustentem a ocorrência de conluio ou manipulação da disputa, sendo inadequado presumir má-fé apenas pela ausência de envio de proposta ajustada.
4. **Princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência:** A instauração de processo sancionador deve observar tais princípios, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal. Diante da baixa gravidade dos fatos e da necessidade de racionalização dos esforços administrativos, mostra-se desproporcional a abertura de procedimento sancionador.
5. **Discricionariedade administrativa:** A valoração das justificativas apresentadas e a conveniência da instauração de processo administrativo inserem-se no campo da discricionariedade da Administração.

Dessa forma, considero suficientes as justificativas apresentadas e entendo não ser pertinente a abertura de processo administrativo sancionador, encerrando-se o presente expediente quanto à apuração dos fatos.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto ao registro nos controles dessa Unidade.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 23/10/2025, às 19:27, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1756678** e o código CRC **F928C2F9**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

## RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

### DISPENSA 201/2025

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Dispensa 90058 - Aquisição de tapete e bandeira para o Ministério Público do Estado da Bahia.  
Entrega de propostas: De 22/09/2025 às 12:13 até 26/09/2025 às 07:59  
Abertura da sessão pública: Dia 26/09/2025 às 08:00 (horário de Brasília)

Característica: SISPP - Tradicional  
Modo de disputa: Aberto  
UF da UASG: BA

#### Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/09/2025 às 08:00:12	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/09/2025 às 14:03:45	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/09/2025 às 14:04:46	Boa tarde a todos.
Sistema	26/09/2025 às 14:05:14	Daremos início a etapa de julgamento com a convocação das empresas para apresentação de proposta ajustada, na ordem de classificação. ]
Sistema	26/09/2025 às 14:16:14	Informo que as propostas com valor inferior a 50% do valor orçado pela Administração deverão apresentar documentos que comprovem a exequibilidade da proposta, conforme exigência da IN n.º 073/2022 SEGES/ME.
Sistema	26/09/2025 às 14:16:22	ATENÇÃO! A comprovação da exequibilidade poderá ser apresentada através da abertura de sua planilha de custos, apresentação de notas fiscais, de contratos já executados e/ou de memórias de cálculos.
Sistema	26/09/2025 às 14:16:37	OBSERVAÇÃO: informo que não serão aceitas as propostas cadastradas em sistema que apresentarem conteúdo genérico incapaz de individualizar a marca, modelo, fabricante e/ou características gerais do produto ofertado, e, ainda, que contenham indicativo de alternativa de modelo, marca, fabricante e/ou preço, conforme item 3.3 do aviso de contratação.
Sistema	26/09/2025 às 16:31:54	Com a desclassificação da empresa N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ 79.034.153/0001-00 e por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 29/09/2025 às 14h00.
Sistema	26/09/2025 às 16:32:03	Boa tarde a todos.
Sistema	29/09/2025 às 14:13:27	Boa tarde prezados fornecedores. Daremos continuidade ao certame.
Sistema	29/09/2025 às 16:19:11	Com o envio da proposta pela empresa BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03, e por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 01/10/2025 às 09h30min.
Sistema	29/09/2025 às 16:20:05	Boa tarde a todos!
Sistema	01/10/2025 às 09:45:15	Bom dia a todos.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	01/10/2025 às 09:47:11	Tivemos um problema de questão técnica, mas já foi resolvido. Por isso, retomamos a sessão.
Sistema	01/10/2025 às 12:19:49	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 06/10/2025 às 09h30min.
Sistema	01/10/2025 às 12:19:55	Bom dia a todos.
Sistema	06/10/2025 às 09:34:38	Bom dia a todos.
Sistema	06/10/2025 às 09:34:48	Daremos continuidade ao certame.
Sistema	06/10/2025 às 09:42:07	Considerando que o processo não retornou da área técnica até o presente momento, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 08/10/2025 às 09h30min.
Sistema	08/10/2025 às 11:19:25	Prezados, bom dia.
Sistema	08/10/2025 às 11:20:20	No horário agendado para a sessão, por motivos de falha técnica/operacional do site do compras governamentais não foi possível abrir a sessão.
Sistema	08/10/2025 às 11:21:59	Por isso, a sessão de hoje está suspensa e seu retorno agendado para o dia 10/10/2025 às 09h30min.
Sistema	10/10/2025 às 09:30:55	Bom dia a todos.
Sistema	10/10/2025 às 09:38:19	Daremos continuidade ao certame.
Sistema	10/10/2025 às 12:00:22	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 10/10/2025 às 14h00.
Sistema	10/10/2025 às 14:01:58	Boa tarde prezados fornecedores.
Sistema	10/10/2025 às 14:02:11	Daremos continuidade ao certame
Sistema	10/10/2025 às 16:25:43	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 14/10/2025 às 09h30min.
Sistema	10/10/2025 às 16:25:47	Boa tarde a todos.
Sistema	14/10/2025 às 09:55:44	Bom dia a todos.
Sistema	14/10/2025 às 09:55:53	Daremos continuidade ao certame.
Sistema	14/10/2025 às 11:55:21	O não envio de documentos sem a devida justificativa pode gerar sanção administrativa.
Sistema	14/10/2025 às 12:04:41	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno será agendado para o dia 17/10/2025 às 09h30min.
Sistema	17/10/2025 às 09:32:05	Bom dia a todos.
Sistema	17/10/2025 às 09:32:20	Daremos continuidade ao certame.
Sistema	17/10/2025 às 11:38:56	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 17/10/2025 às 14h30min.
Sistema	17/10/2025 às 11:39:04	Bom dia a todos.
Sistema	17/10/2025 às 14:30:27	Bom dia a todos.
Sistema	17/10/2025 às 14:30:33	Boa tarde*
Sistema	17/10/2025 às 14:30:52	Daremos continuidade ao certame com a convocação da próxima empresa classificada no item 1.
Sistema	17/10/2025 às 15:37:58	Por não haver mais tempo hábil, a sessão será suspensa e seu retorno agendado para o dia 21/10/2025 às 09h30min.
Sistema	17/10/2025 às 15:38:03	Boa tarde a todos.
Sistema	21/10/2025 às 09:32:38	Bom dia a todos.
Sistema	21/10/2025 às 09:32:54	Daremos continuidade a dispensa.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	21/10/2025 às 11:21:26	Com a habilitação das empresas nos itens 1 e 2 o processo seguirá para adjudicação e homologação.
Sistema	21/10/2025 às 11:33:29	Agradecemos a participação de todos.
Sistema	21/10/2025 às 11:33:32	Bom dia!

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/09/2025 às 08:00:12	Abertura da sessão pública
26/09/2025 às 14:03:45	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Bandeira Institucional

material: poliéster, comprimento: 130, largura: 90, cor: de acordo projeto, características adicionais: dupla face, representação: diversas			
Quantidade:	50	Valor estimado:	R\$ 170,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R\$ 8.500,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000	Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.858.\*\*\*-5 - ANDREZA RIBEIRO LIMA para COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72, melhor lance: R\$ 170,0000 (unitário) / R\$ 8.500,0000 (total)

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
59.314.564/0001-41 - 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA UF endereço: MG	Sim	R\$ 200,0000	Proposta desclassificada
59.600.259/0001-16 - 59.600.259 RUDINEI DOS SANTOS UF endereço: PR	Sim	R\$ 170,0000	
53.365.489/0001-61 - ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA UF endereço: GO	Sim	R\$ 170,0000	Proposta desclassificada
00.295.234/0001-03 - BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTTEIS LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 2.000,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada: Bandeira Institucional - material: poliéster, comprimento: 130, largura: 90, cor: de acordo projeto, características adicionais: dupla face, representação: diversas Marca/Fabricante: BANDEIRAS ONLINE Modelo/versão: 90X130CM			
46.884.905/0001-72 - COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA UF endereço: GO	Sim	R\$ 170,0000	Proposta adjudicada

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
30.510.368/0001-60 - CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS UF endereço: BA	Sim	R\$ 390,0000	Proposta desclassificada
18.111.373/0001-03 - FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 149,0000	Proposta desclassificada
11.874.103/0001-05 - LAMBERTINY SERVICOS E COMERCIO LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 170,0000	
34.705.204/0001-40 - LC VENDAS E CONSULTORIA LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 180,0000	
79.034.153/0001-00 - N. F. GRANDE & CIA LTDA UF endereço: PR	Sim	R\$ 170,0000	Proposta desclassificada
03.574.465/0001-44 - VIDEBAND INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA UF endereço: SC	Sim	R\$ 170,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
26/09/2025 às 08:12:16	53.365.489/0001-61	R\$ 148,9000
26/09/2025 às 13:56:40	53.365.489/0001-61	R\$ 148,8000
26/09/2025 às 13:56:42	30.510.368/0001-60	R\$ 147,3000
26/09/2025 às 13:57:34	79.034.153/0001-00	R\$ 147,0000
26/09/2025 às 13:59:00	00.295.234/0001-03	R\$ 144,6500
26/09/2025 às 13:59:05	79.034.153/0001-00	R\$ 140,0000
26/09/2025 às 13:59:06	00.295.234/0001-03	R\$ 136,8000
26/09/2025 às 13:59:12	79.034.153/0001-00	R\$ 130,0000
26/09/2025 às 13:59:13	00.295.234/0001-03	R\$ 125,9400
26/09/2025 às 13:59:16	79.034.153/0001-00	R\$ 120,0000
26/09/2025 às 13:59:17	00.295.234/0001-03	R\$ 116,4300
26/09/2025 às 13:59:20	79.034.153/0001-00	R\$ 110,0000
26/09/2025 às 13:59:21	00.295.234/0001-03	R\$ 109,3400
26/09/2025 às 13:59:23	79.034.153/0001-00	R\$ 100,0000
26/09/2025 às 13:59:23	30.510.368/0001-60	R\$ 145,0000

Data/hora	Participante	Lance
26/09/2025 às 13:59:24	00.295.234/0001-03	R\$ 94,4800
26/09/2025 às 13:59:28	79.034.153/0001-00	R\$ 90,0000
26/09/2025 às 13:59:29	00.295.234/0001-03	R\$ 88,4700
26/09/2025 às 13:59:31	59.314.564/0001-41	R\$ 144,9900
26/09/2025 às 13:59:32	79.034.153/0001-00	R\$ 85,0000
26/09/2025 às 13:59:32	00.295.234/0001-03	R\$ 82,0800
26/09/2025 às 13:59:35	79.034.153/0001-00	R\$ 80,0000
26/09/2025 às 13:59:36	00.295.234/0001-03	R\$ 78,0000
26/09/2025 às 13:59:59	79.034.153/0001-00	R\$ 77,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/09/2025 às 14:00:13	O item 1 teve empate real para o valor 170,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	26/09/2025 às 14:00:13	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 14:17:50	Prezado fornecedor, boa tarde!
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 14:18:18	A empresa terá o prazo de 02 horas para encaminhar proposta ajustada, nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação;
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 14:19:02	Além disso, a empresa deve enviar comprovação de exequibilidade, tendo em vista que o preço ofertado está abaixo de 50% do valor orçado pela Administração;
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 14:19:30	A comprovação da exequibilidade poderá ser apresentada através da abertura de sua planilha de custos, apresentação de notas fiscais, de contratos já executados e/ou de memórias de cálculos.
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 14:20:12	Sr. Fornecedor N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ 79.034.153/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:21:00 do dia 26/09/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação e documento de comprovação de exequibilidade. .
Sistema para o participante 79.034.153/0001-00	26/09/2025 às 16:21:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:21:00 de 26/09/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ 79.034.153/0001-00.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:14:46	Boa tarde prezado fornecedor. A empresa terá o prazo de 02 horas para encaminhar proposta ajustada, nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:15:12	Além disso, a empresa deve enviar comprovação de exequibilidade, tendo em vista que o preço ofertado está abaixo de 50% do valor orçado pela Administração;
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:15:58	Sr. Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:16:00 do dia 29/09/2025. Justificativa: Para apresentação da proposta ajustada e comprovação de exequibilidade..



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:16:24	A comprovação da exequibilidade poderá ser apresentada através da abertura de sua planilha de custos, apresentação de notas fiscais, de contratos já executados e/ou de memórias de cálculos.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:17:25	Prezado fornecedor, você está ciente de todas as especificações do objeto e das exigências de qualificação técnica, bem como tem condições de comprovar exequibilidade e apresentar a proposta ajustada?
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:18:10	O não envio de documentos sem a devida justificativa pode gerar sanção administrativa.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 14:36:34	Prezado fornecedor atente-se para o ANEXO I- MODELO DE PROPOSTA pois consta a declaração do CNMP exigida no Aviso de Contratações
Pelo participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 16:04:29	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:04:29 de 29/09/2025. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 16:09:09	Acuso recebimento de 4 arquivos em formato .pdf.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	29/09/2025 às 16:13:02	Informo que a proposta será analisada pela área técnica.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	01/10/2025 às 09:54:45	Bom dia, fornecedor.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	01/10/2025 às 09:57:08	Após análise, a área técnica solicitou que o fornecedor apresente documento complementar que comprove o pleno conhecimento das especificações técnicas detalhadas e sua viabilidade de execução, conforme Apenso II do Termo de Referência.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	01/10/2025 às 12:08:44	Considerando que a empresa não encaminhou o documento solicitado em sede de diligência, que seria analisado pela área técnica para fins de análise de aprovação da proposta ajustada.
Sistema para o participante 00.295.234/0001-03	01/10/2025 às 12:09:05	A empresa será desclassificada.
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 09:39:04	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 09:39:42	A empresa terá o prazo de 02 horas para apresentar a proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação;
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 09:46:30	Sr. Fornecedor 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA, CNPJ 59.314.564/0001-41, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:47:00 do dia 10/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 09:46:56	Lembrando que a proposta deve conter a declaração do CNMP, conforme o modelo referido acima.
Pelo participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 11:17:23	solicito desclassificação
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 11:35:25	A empresa precisa encerrar a convocação para ser desclassificada.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 11:47:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:47:00 de 10/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA, CNPJ 59.314.564/0001-41.
Sistema para o participante 59.314.564/0001-41	10/10/2025 às 11:47:38	Por ausência do envio da proposta ajustada a empresa será desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 14:07:06	Boa tarde prezado fornecedor. Convocarei a empresa para apresentação da proposta ajustada conforme ANEXO I do Aviso de Contratações.
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 14:07:51	Sr. Fornecedor CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS, CNPJ 30.510.368/0001-60, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:08:00 do dia 10/10/2025. Justificativa: Para apresentação da proposta ajustada e declaração CNMP. .
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 14:08:36	A empresa terá o prazo de 02 horas para apresentar a proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação;
Pelo participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 14:18:07	Boa tarde estamos com dificuldade de acessar o portal e enviar a documentação teria como enviar uma e-mail para que possamos mandar?
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 14:28:48	Prezado fornecedor toda comunicação deverá ser feita por este chat e envio pela plataforma. Sugiro que entre em contato com o 0800 para sanar o problema
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 16:08:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:08:00 de 10/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS, CNPJ 30.510.368/0001-60.
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 16:13:06	Por ausência de envio da proposta, a empresa será desclassificada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.
Sistema para o participante 30.510.368/0001-60	10/10/2025 às 16:13:34	A ausência de justificativa para a ausência de envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 09:56:11	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 09:56:47	A empresa será convocada para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 09:56:55	No prazo de 02 horas.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 09:57:45	Sr. Fornecedor ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 53.365.489/0001-61, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:58:00 do dia 14/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 11:58:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:58:00 de 14/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 53.365.489/0001-61.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 11:59:11	O não envio de documentos sem a devida justificativa pode gerar sanção administrativa.
Sistema para o participante 53.365.489/0001-61	14/10/2025 às 11:59:19	A ausência de justificativa para a ausência de envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:32:56	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:33:03	A empresa será convocada para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:33:08	No prazo de 02 horas.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:33:44	Informamos que o não envio de documentos sem a devida justificativa pode gerar sanção administrativa.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:33:55	A ausência de justificativa para a ausência de envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 09:34:40	Sr. Fornecedor FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 18.111.373/0001-03, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:35:00 do dia 17/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 11:35:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:35:00 de 17/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 18.111.373/0001-03.
Sistema para o participante 18.111.373/0001-03	17/10/2025 às 11:36:06	Por ausência de envio da proposta ajustada, a empresa será desclassificada com base no item 5.3.1 do aviso de contratação.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:31:18	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:31:28	A empresa será convocada para apresentar proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:31:36	No prazo de 02 horas.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:31:44	Informamos que o não envio de documentos sem a devida justificativa pode gerar sanção administrativa.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:31:58	A ausência de justificativa para a ausência de envio da proposta poderá gerar sanções administrativas.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:32:33	Sr. Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:33:00 do dia 17/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
Pelo participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:37:06	Boa tarde!
Pelo participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:37:18	Estaremos enviando.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 14:47:29	Estamos aguardando.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 15:32:53	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:32:53 de 17/10/2025. 6 anexos foram enviados pelo fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72.
Pelo participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 15:33:27	documentos anexados.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 15:34:56	Acuso recebimento de 6 arquivos em formato .pdf.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	17/10/2025 às 15:35:20	Informo que a proposta será encaminhada para análise da área técnica.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:33:50	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:34:26	Após análise, a área técnica concluiu pela aprovação da proposta ajustada encaminhada pela empresa.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:34:40	E por isso será aceita a proposta em sistema.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:36:53	Considerando que a empresa encaminhou alguns documentos da habilitação, será concedido o prazo para que a empresa junte o restante dos documentos de habilitação e/ou apresente novamente as certidões já enviadas com prazo atualizado, caso queira.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:36:58	No prazo de 02 horas.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:37:20	Nesse prazo, a Agente de Contratação fará a análise dos documentos de habilitação já enviados.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 09:38:53	Sr. Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:38:00 do dia 21/10/2025. Justificativa: Apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 2.8 do termo de referência. .
Pelo participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 10:24:33	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:24:33 de 21/10/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 10:27:52	Acuso recebimento de um arquivo em formato .zip.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 10:28:15	Peço, por gentileza, que a empresa aguarde a análise dos documentos pela Agente de Contratação.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 11:18:34	Prezado fornecedor, após análise, a área técnica e a agente de contratação verificaram o atendimento da empresa no que tange aos documentos de habilitação, além de verificada a ausência de restrição à participação em certames nos sites/sistema indicados no item 5.4 e seguintes do edital.
Sistema para o participante 46.884.905/0001-72	21/10/2025 às 11:18:46	Por isso, a empresa será habilitada em sistema.

## Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
26/09/2025 às 14:00:13	Item com etapa aberta encerrada.
26/09/2025 às 14:00:13	Item teve empate real para o valor 170,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
26/09/2025 às 14:00:13	Item encerrado para lances.
26/09/2025 às 14:20:12	Fornecedor N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ 79.034.153/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:21:00 do dia 26/09/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação e documento de comprovação de exequibilidade. .
26/09/2025 às 16:29:48	Fornecedor N. F. GRANDE & CIA LTDA, CNPJ 79.034.153/0001-00 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 77,0000. Motivo: Ausência de envio de proposta ajustada, conforme item 5.3.1 do aviso de contratação. .
29/09/2025 às 14:15:58	Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:16:00 do dia 29/09/2025. Justificativa: Para apresentação da proposta ajustada e comprovação de exequibilidade..
29/09/2025 às 16:04:29	Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 finalizou o envio de anexo.
01/10/2025 às 09:58:12	Diligência cadastrada.
01/10/2025 às 09:58:49	Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 convocado para envio de anexo(s), em sede de diligência. Prazo para encerrar o envio: 11:59:00 do dia 01/10/2025. Justificativa: Apresentação documento complementar que comprove o pleno conhecimento das especificações técnicas detalhadas e sua viabilidade de execução, conforme disposto no Apenso II do Termo de Referência.
01/10/2025 às 11:59:00	Convocação do fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 para envio de anexo(s), em sede de diligência, finalizada pelo sistema.
01/10/2025 às 12:07:56	Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 teve a diligência para o item analisada e concluída às 12:07:56 de 01/10/2025.
01/10/2025 às 12:16:26	Fornecedor BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA, CNPJ 00.295.234/0001-03 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 78,0000. Motivo: A empresa não encaminhou documento solicitado em sede de diligência, conforme item 5.3.1 do aviso de contratação. .
10/10/2025 às 09:46:30	Fornecedor 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA, CNPJ 59.314.564/0001-41 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:47:00 do dia 10/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
10/10/2025 às 11:53:18	Fornecedor 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA, CNPJ 59.314.564/0001-41 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 144,9900. Motivo: Ausência de envio da proposta ajustada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. .
10/10/2025 às 14:07:51	Fornecedor CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS, CNPJ 30.510.368/0001-60 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:08:00 do dia 10/10/2025. Justificativa: Para apresentação da proposta ajustada e declaração CNMP. .
10/10/2025 às 16:14:08	Fornecedor CRISTINA FELISMINO DOS SANTOS, CNPJ 30.510.368/0001-60 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 145,0000. Motivo: Ausência de envio de proposta ajustada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. .
14/10/2025 às 09:57:45	Fornecedor ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 53.365.489/0001-61 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:58:00 do dia 14/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
14/10/2025 às 11:59:43	Fornecedor ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTACAO LTDA, CNPJ 53.365.489/0001-61 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 148,8000. Motivo: Ausência de envio de proposta ajustada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação..
17/10/2025 às 09:34:40	Fornecedor FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 18.111.373/0001-03 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:35:00 do dia 17/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
17/10/2025 às 11:36:37	Fornecedor FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 18.111.373/0001-03 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 149,0000. Motivo: Ausência de envio da proposta ajustada, com base no item 5.3.1 do aviso de contratação. .

Data/Hora	Descrição
17/10/2025 às 14:32:33	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:33:00 do dia 17/10/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
17/10/2025 às 15:32:53	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 finalizou o envio de anexo.
21/10/2025 às 09:35:05	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 170,0000. Motivo: Após análise, a área técnica aprovou a proposta ajustada encaminhada pela empresa. .
21/10/2025 às 09:38:53	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:38:00 do dia 21/10/2025. Justificativa: Apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 2.8 do termo de referência. .
21/10/2025 às 10:24:33	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 finalizou o envio de anexo.
21/10/2025 às 11:18:58	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 foi habilitado.
23/10/2025 às 19:26:35	Fornecedor COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA, CNPJ 46.884.905/0001-72 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 170,0000.
23/10/2025 às 19:26:35	Item homologado.

Item 2 - Tapete De Borracha

comprimento: 2,00, largura: 1,20, aplicação: piso, características adicionais: trama vinil/personalizado bicolor/fundo azul-mari-

Quantidade:	40	Valor estimado:	R\$ 240,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R\$ 9.600,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000	Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\* 858.\*\*\*\_5 - ANDREZA RIBEIRO LIMA para CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24, melhor lance: R\$ 178,7100 (unitário) / R\$ 7.148,4000 (total)

Propostas do Item 2

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
59.314.564/0001-41 - 59.314.564 LORENA POSSIDONIO DE LIMA UF endereço: MG	Sim	R\$ 270,0000	
59.600.259/0001-16 - 59.600.259 RUDINEI DOS SANTOS UF endereço: PR	Sim	R\$ 240,0000	
34.201.213/0001-01 - ASTER BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS LTDA UF endereço: DF	Sim	R\$ 520,0000	
43.296.980/0001-24 - CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA UF endereço: PR	Sim	R\$ 250,0000	Proposta adjudicada
15.242.539/0001-24 - COMERCIAL MUZAMINAS LTDA	Sim	R\$ 600,0000	



Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
UF endereço: MG			
20.471.970/0001-82 - FABRICA DE CAPACHOS IMPORTACOES LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 240,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: FortalModelo/versão: personalizado			
18.111.373/0001-03 - FARBRINDES COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 240,0000	
78.796.778/0001-46 - G DE BORBA - MARISKAP UF endereço: PR	Sim	R\$ 230,0000	
11.874.103/0001-05 - LAMBERTINY SERVICOS E COMERCIO LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 240,0000	
58.130.256/0001-01 - MV SERVICOS LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 240,0000	
09.367.060/0001-11 - SOROCAPAX TAPETES HIGIENE CONSERVACAO E SEGURANCA LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 300,0000	
29.605.776/0001-17 - TECNOKAP SOLUCOES LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 240,0000	
30.038.991/0001-62 - ZEP TEP COMERCIO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 400,0000	

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
26/09/2025 às 08:53:01	29.605.776/0001-17	R\$ 229,0000
26/09/2025 às 11:41:42	30.038.991/0001-62	R\$ 229,9900
26/09/2025 às 13:40:02	78.796.778/0001-46	R\$ 228,9000
26/09/2025 às 13:40:36	29.605.776/0001-17	R\$ 228,7000
26/09/2025 às 13:40:36	78.796.778/0001-46	R\$ 228,6000
26/09/2025 às 13:40:40	29.605.776/0001-17	R\$ 227,0000
26/09/2025 às 13:40:40	78.796.778/0001-46	R\$ 226,9000
26/09/2025 às 13:40:43	29.605.776/0001-17	R\$ 220,0000

Data/hora	Participante	Lance
26/09/2025 às 13:40:43	78.796.778/0001-46	R\$ 219,9000
26/09/2025 às 13:40:49	29.605.776/0001-17	R\$ 215,0000
26/09/2025 às 13:40:49	78.796.778/0001-46	R\$ 214,9000
26/09/2025 às 13:40:52	29.605.776/0001-17	R\$ 210,0000
26/09/2025 às 13:40:52	78.796.778/0001-46	R\$ 209,9000
26/09/2025 às 13:40:55	29.605.776/0001-17	R\$ 200,0000
26/09/2025 às 13:40:55	78.796.778/0001-46	R\$ 199,9000
26/09/2025 às 13:40:59	29.605.776/0001-17	R\$ 195,0000
26/09/2025 às 13:41:00	78.796.778/0001-46	R\$ 194,9000
26/09/2025 às 13:41:02	29.605.776/0001-17	R\$ 190,0000
26/09/2025 às 13:41:04	78.796.778/0001-46	R\$ 189,9000
26/09/2025 às 13:41:09	29.605.776/0001-17	R\$ 185,2500
26/09/2025 às 13:41:10	78.796.778/0001-46	R\$ 185,1500
26/09/2025 às 13:54:37	15.242.539/0001-24	R\$ 229,9600
26/09/2025 às 13:59:29	43.296.980/0001-24	R\$ 178,7100
26/09/2025 às 13:59:32	34.201.213/0001-01	R\$ 239,9900

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/09/2025 às 14:00:13	O item 2 teve empate real para o valor 240,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	26/09/2025 às 14:00:13	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 14:20:29	Boa tarde, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 14:20:58	A empresa terá o prazo de 02 horas para enviar a proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 14:21:31	Sr. Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 16:22:00 do dia 26/09/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
Pelo participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 14:55:20	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:55:20 de 26/09/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 15:20:33	Acuso recebimento de dois arquivos em formato pdf e outro em formato zip, somando ao todos três arquivos.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 15:21:11	Informo que a proposta e a ficha técnica serão encaminhados para análise da área técnica.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	26/09/2025 às 16:30:35	Prezado fornecedor, sua proposta será encaminhada para análise da área técnica juntamente com a proposta do item 1.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:47:58	Prezado fornecedor, bom dia.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:48:37	Após análise, a área técnica concluiu que a proposta ajustada enviada pela empresa atende às especificações técnicas do termo de referência.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:48:45	Por isso, será aceita em sistema.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:50:31	A empresa terá o prazo de 02 horas para enviar os documentos de habilitação.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:51:22	Mesmo já tendo encaminhado, a empresa poderá encaminhar novos documentos ou substituir os documentos já encaminhados que porventura estiverem fora do prazo de validade.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 09:51:51	Sr. Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 11:52:00 do dia 01/10/2025. Justificativa: Apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 2.8 do termo de referência. .
Pelo participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 10:19:06	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:19:06 de 01/10/2025. 9 anexos foram enviados pelo fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:05:44	Prezado fornecedor, ao verificar os atestados não é possível abrir o arquivo;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:05:58	nenhum dos dois arquivos de atestados;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:08:17	vou reabrir o campo para que a empresa reenvie os atestados;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:08:53	conforme item 2.8, c.1) do termo de referência;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:09:13	vou reabrir o prazo até o final do prazo concedido anteriormente;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:10:14	Sr. Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 11:52:00 do dia 01/10/2025. Justificativa: Apresentação de ATESTADO de capacidade técnica, conforme item 2.8 c.1) do termo de referência;
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:52:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:52:00 de 01/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24.
Pelo participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:52:52	Sr pregoeiro não identificamos a convocação com tempo habil para anexar os Atestados pois estava dando erro por causa do nome do arquivo
Pelo participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:53:02	se possivel reabrir anexamos na sequencia

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 11:56:55	Os mesmo se encontram no primeiro arquivo zip anexado
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:01:33	Fornecedor, eu encontrei os atestados no arquivo zipado, entretanto, como informei anteriormente não foi possível abrí-los.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:02:27	Por isso, reabri o prazo para reenvio.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:02:46	Verifiquei no SICAF dois atestados de capacidade técnica.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:05:51	São os mesmos arquivos?
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:06:03	Se sim, vou encaminhar esses documentos para análise da área técnica.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	01/10/2025 às 12:17:50	Por ausência de resposta, encaminharei para a área técnica os atestados que constam no SICAF como documento de habilitação técnica.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	21/10/2025 às 11:20:15	Bom dia, prezado fornecedor.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	21/10/2025 às 11:20:23	Após análise, a área técnica e a agente de contratação verificaram o atendimento da empresa no que tange aos documentos de habilitação, além de verificada a ausência de restrição à participação em certames nos sites/sistema indicados no item 5.4 e seguintes do edital.
Sistema para o participante 43.296.980/0001-24	21/10/2025 às 11:20:42	Por isso, a empresa será habilitada em sistema.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
26/09/2025 às 14:00:13	Item com etapa aberta encerrada.
26/09/2025 às 14:00:13	Item teve empate real para o valor 240,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
26/09/2025 às 14:00:13	Item encerrado para lances.
26/09/2025 às 14:21:31	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 16:22:00 do dia 26/09/2025. Justificativa: Apresentação de proposta ajustada nos moldes do ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA do aviso de contratação. .
26/09/2025 às 14:55:20	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 finalizou o envio de anexo.
01/10/2025 às 09:50:10	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 178,7100. Motivo: Após análise, a área técnica concluiu que o produto ofertado na proposta ajustada atende as especificações do termo de referência. .
01/10/2025 às 09:51:51	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:52:00 do dia 01/10/2025. Justificativa: Apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 2.8 do termo de referência. .

Data/Hora	Descrição
01/10/2025 às 10:19:06	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 finalizou o envio de anexo.
01/10/2025 às 11:10:14	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 11:52:00 do dia 01/10/2025. Justificativa: Apresentação de ATESTADO de capacidade técnica, conforme item 2.8 c.1) do termo de referência;
21/10/2025 às 11:20:48	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 foi habilitado.
23/10/2025 às 19:26:35	Fornecedor CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ 43.296.980/0001-24 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 178,7100.
23/10/2025 às 19:26:35	Item homologado.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### MANIFESTAÇÃO

Em atenção ao Despacho (doc. SEI n.º 1753624), informo que no item 02, onde se lê "COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72", leia-se CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ: 43.296.980/0001-24, devendo o item ser adjudicado para essa empresa e não COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 24/10/2025, às 14:04, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1759443** e o código CRC **32EEE1B1**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Licitações,

Considerando a manifestação da Coordenação de Licitações (doc. SEI nº 1759443), que aponta erro material especificamente quanto à adjudicação do **item 02** da dispensa eletrônica nº **90058/2025 (201/2025 - numeração no compras.gov)**, retifica-se o despacho constante no documento SEI nº 1756678 para constar que:

Onde se lê:

“Adjudico o objeto à empresa **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**, CNPJ nº 46.884.905/0001-72.”

Leia-se:

“Adjudico o **item 01** à empresa **COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSORIOS LTDA**, CNPJ nº 46.884.905/0001-72, e o **item 02** à empresa **CAPACHO EXPRESS COMÉRCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA**, CNPJ nº 43.296.980/0001-24.”

Mantêm-se inalteradas as demais disposições do despacho original.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para ciência e adoção das providências cabíveis.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 24/10/2025, às 17:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1759472** e o código CRC **B75B5E81**.

## DESPACHO

À

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios.

Homologada a Dispensa Eletrônica, com adjudicação integral do objeto à(s) empresa(s) COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ n.º 46.884.905/0001-72 e CAPACHO EXPRESS COMERCIO DE TAPETES E CAPACHOS LTDA, CNPJ: 43.296.980/0001-24, encaminha-se o expediente para as providências cabíveis.

Após que o processo seja encaminhado para ciência da Unidade Gestora do recurso, sugerindo-se que, conforme fluxo instituído para o processo, seja promovido o encaminhamento deste para a unidade/ servidor responsável pela execução orçamentária, para adoção das providências relativas ao FIPLAN (lançamento de instrumento, empenho etc.), com posterior juntada dos documentos gerados.

Ato contínuo, seja encaminhado o expediente à unidade responsável pela elaboração da Autorização de Fornecimento de Material AFM, para formalização de tal documento, com consequente envio deste à empresa contratada, em conjunto com a nota de empenho.

Após a inclusão de tais documentos (e comprovações de entrega) no processo SEI em epígrafe, seja o expediente encaminhado à unidade solicitante da demanda (caso diversa da unidade anterior), para ciência, arquivo do processo e acompanhamento da futura execução contratual.

Por fim, pedimos que o processo de pagamento, relacionado a este procedimento de contratação direta, após a emissão da nota de empenho seja encaminhado para a Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios.

Atenciosamente,

Andreza Ribeiro Lima  
Assistente Técnico Administrativo  
DCCL - Coordenação de Licitações  
Matrícula 353.765



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Ribeiro Lima** - Assistente Técnico Administrativa, em 29/10/2025, às 10:17, conforme Ato Normativo n.º 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1760912** e o código CRC **3AAA8CE1**.



Contratações e Outros Ajustes *Dispensa de licitação eletrônica nº 90058/2025 (Comprasgov 201/2025)* foi atualizado.

# Dispensa de licitação eletrônica nº 90058/2025 (Comprasgov 201/2025)

**Processo nº:**

19.09.02345.0013911/2025 03

**Tipo:**

Dispensa de Licitação

**Data:**

segunda feira, Setembro 22, 2025 12 15

**Objeto:**

Aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições estabelecidas neste aviso e seus anexos.

**Fundamentação legal:**

Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

**Envio de Propostas de Abertura:**

UASG 926302

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Data e hora da fase de lances dia 26/09/2025 a partir das 08 00 horas (Horário de Brasília DF).

ID PNCP 04142491000166-1-000270/2025

**Informações gerais:**

Unidade Gestora do Recurso 40.101/0003 – Diretoria Administrativa

**Arquivos:**

Aviso de contratação e seus anexos



Publicidade (PNCP)



Homologação







MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 595/2025

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.02345.0013911/2025-03, **RESOLVE**

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Dispensa de Licitação nº 251/2025 (201/2025 - numeração no compras.gov), relativo à aquisição de tapete e bandeira do Ministério Público do Estado da Bahia.

**GESTOR ORÇAMENTÁRIO:** Maria Amalia Borges Franco, matrícula 351.470.

**GESTOR DO CONTRATO:** Maria Amalia Borges Franco, matrícula 351.470.

**FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE:** Mário Augusto Maia Guimarães Miranda, matrícula 352.797 e Eliana Lima Rodrigues dos Santos, matrícula 354.915 respectivamente.

**FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE:** Eliana Lima Rodrigues dos Santos, matrícula 354.915 e Mário Augusto Maia Guimarães Miranda, matrícula 352.797 respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

**André Luis Sant'Ana Ribeiro**

Superintendente de Gestão Administrativa

*(Datado e assinado eletronicamente)*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** - Superintendente, em 06/11/2025, às 10:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1768311** e o código CRC **890F39FD**.

## DESPACHO

Encaminhamos o expediente à DADM - Coordenação de Execução Orçamentária, acompanhado da portaria de fiscalização nº 595/2025 relativa a **Dispensa de Licitação Eletrônica nº 251/2025 (201/2025 - numeração no compras.gov) homologada** no Portal Nacional de Contratações Públicas ([Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP \(www.gov.br\)](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br)) e publicada no Portal do MPBA (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3048>).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa, concomitante, ao fiscal administrativo da contratação**, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12; e a esta **Coordenação, no prazo de 08 (oito) dias úteis**, para divulgação do Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

*Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)*

*Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:*

...

*II 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. (grifo nosso)*

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

**Thalita Brito Caldas**  
Assistente Técnico Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
**Matrícula 354.181**



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** - Assistente Técnico Administrativa, em 06/11/2025, às 11:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1772206** e o código CRC **9873C428**.